



**EXPLORAÇÃO SEXUAL EM CANTEIRO DE  
GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA:**

**O CASO DA USINA  
HIDRELÉTRICA DE  
ITAIPU**





Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT), como requisito parcial à obtenção do título em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli.

Coorientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza

## EXPLORAÇÃO SEXUAL EM CANTEIRO DE GRANDES OBRAS: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

JHENNIFER LIMA KAVA

Trabalho De Conclusão De Curso Apresentado Ao Instituto Latino-Americano De Tecnologia, Infraestrutura E Território (ILATIT), Como Requisito Parcial À Obtenção Do Título Em Arquitetura E Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Cecilia Maria De Moraes Machado Angileli.

Coorientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa De Souza



An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a river winding through the urban landscape. A large dam is visible in the upper center, with water flowing through its spillways. The city's grid-like street pattern and various buildings are visible throughout the scene.

“pedimos licença pros  
trabalhos começá”

“cantar e dançar pra  
saudar  
o tempo que virá  
que foi, que está  
tocar pra marcar  
o rito de passá  
o rito de passá

abram os caminhos  
abram os caminhos  
abram os caminhos  
abram-se os caminhos”

**o rito de passá - mc tha**

# AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todos que acreditam em mim e no meu trabalho.

Agradeço a Olivia Maria, que migrou sozinha da Bahia para trabalhar em SP em casa de família. Criou eu e meus três irmãos sozinha com toda a força que herdou de minha avó Maria. Que me ensinou na marra que eu ia sim ter a oportunidade de estudar e me ensinou depois pelo exemplo, ao realizar seu sonho e se formar aos 40 e poucos anos, que nunca é tarde para isso. Agradeço a minha mãe então por ter me aberto o caminho.

Agradeço aos meus avós paternos e ao companheiro de minha mãe por me apoiarem nessa jornada e me lembrarem que tenho uma família. Agradeço pela força.

Agradeço a Eduarda e Rafael. Colegas de turma, de bar, de meet e do meu coração. E a Nataly, Vivi e Elize, minhas companheiras de casa que são minha segunda família.

Agradeço à UNILA pela oportunidade e agradeço aos meus professores. Em especial agradeço à Ciça, minha orientadora, que cuidadosamente me guiou com carinho e paciência mas sem perder a força para me puxar pra frente quando precisava. À Mari, minha coorientadora. A Ju, orientadora de coração. Agradeço por me abrirem o caminho.

Agradeço a todos que trabalharam comigo durante o estágio, que apoiaram meu trabalho e contribuírem para minha formação. Eu agradeço muito.

Agradeço imensamente à Elza, por abrir as portas de sua casa e literalmente abrir os caminhos para meu trabalho. Não há como medir sua sensibilidade e assertividade que levarei para vida. Muito obrigada.

Agradeço a todos que participaram desse projeto e confirmaram em mim para realizá-lo. Sou eternamente grata a todos vocês.

Por fim, agradeço a Deus que é quem me conduz nesses caminhos.



## RESUMO

Este estudo investigou a correlação entre os canteiros de obras das Grandes Obras de Infraestrutura (GOIs) e a prostituição no Brasil, concentrando-se na Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Destacou-se a formação cíclica entre os canteiros e a prostituição, resultando em transformações marcantes na espacialidade dessa atividade com a instalação da hidrelétrica. Os objetivos englobaram compreender os ciclos de exploração sexual gerados nos territórios das GOIs, analisar as transformações urbanas e socioespaciais decorrentes da ligação entre o canteiro de obras e os polos de prostituição, mapear políticas públicas de enfrentamento da exploração sexual nesses contextos e contribuir para políticas mais inclusivas. A metodologia incluiu análise bibliográfica e pesquisa de campo. Os resultados evidenciaram que a implementação de Itaipu reorganizaram o território, concentrando a prostituição numa zona específica. Isso refletiu a estratificação social e consolidou a segregação socioespacial. As conclusões destacaram a relação direta entre a construção de Itaipu e a formação da zona de prostituição, impactando negativamente as trabalhadoras do sexo. Salientaram a necessidade urgente de regulamentações e políticas para abordar a exploração sexual, realçando a importância de entender as complexas interações entre infraestrutura, espaço urbano e desigualdades sociais. Em suma, ressaltou-se a importância de uma abordagem holística e histórica para enfrentar os desafios sociais e espaciais decorrentes das GOIs para que seus impactos não continuem sendo invisibilizados.



# SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1</b>	<b>GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS</b>	<b>28</b>
	Os Impactos de Grandes Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil	<b>34</b>
	Desafios da Gestão de Impactos e Riscos: Olhar crítico sobre o EIA RIMA e os licenciamentos ambientais no Brasil	<b>40</b>
	Resistência dos atingidos/as por barragens	<b>44</b>
	Desafios de canteiros de grandes obras de infraestrutura: a exploração sexual	<b>54</b>
	Desafios das políticas públicas no enfrentamento da exploração sexual	<b>62</b>

# 2

## O TERRITÓRIO IMPACTADO POR ITAIPU

76

Contexto Político de sua Implantação

78

O Território de Foz do iguaçu

86

Os Canteiros de Obras

98

A Exploração Sexual e a Zona de Prostituição

100

A Exploração Sexual e a Segregação Socioespacial

110

Mulheres Atingidas, Crianças e Adolescentes

133

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

149

An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a winding river (the Anhangabaú River) cutting through the urban landscape. The city is densely packed with buildings, and the river flows from the top center towards the bottom. The image is in grayscale and serves as a background for the page.

# Introdução



As Grandes Obras de Infraestrutura (GOIs) são tidas como grandes males necessários nos planos de governos brasileiros. Elas trazem ganhos econômicos e estratégicos de caráter nacional, são vistas como marcos de desenvolvimento e industrialização e referências de soberania sobre o território. Entretanto, a implantação das GOIs provoca grandes transformações que não se restringem à escala nacional de planejamento, atingindo diretamente as escalas regionais e locais. Sua construção, portanto, altera drasticamente as dinâmicas sociais e físicas no território, acarretando futuramente outros transtornos, resultando em impactos diretos e indiretos.

Em uma retrospectiva histórica, os planos de mitigação dos impactos das GOIs se concentram no meio ambiente natural. Ou seja, os impactos que atingem o solo, os cursos hídricos, a fauna e a flora. Quanto aos impactos sociais, são muito mais difíceis de serem mapeados em sua totalidade, uma vez que transpassam contextos gerais e específicos de cada localidade e são um tema recente trazido pelos movimentos sociais. Além disso, é muito importante entender que o conceito de meio ambiente não se separa do espaço urbano e das pessoas (FARIAS, 2013). Assim, os danos e transformações que atingem o meio natural consequentemente atingirão, direta e indiretamente, as populações que ocupam esse espaço.

Dessa forma, discussões sobre a injustiça ambiental e racismo ambiental evidenciam que os principais atingidos pelos danos ao meio ambiente são as populações mais vulneráveis. A implantação das GOIs, portanto, desencadeia diversas transformações territoriais que acentuam as desigualdades sociais e provocam segregação socioespacial. Quanto maior a vulnerabilidade de um grupo na sociedade maiores as chances de ser atingido por esses impactos. Então, observa-se que há deficiências nos planos de mitigação desses impactos socioambientais, que se fazem necessários para o licenciamento ambiental das GOIs mas não contemplam as demandas locais das populações atingidas. E, assim, os impactos indiretos são ainda menos discutidos dentro das políticas de mitigação, como os processos de favelização e os polos de exploração sexual nessas localidades, ainda que seus danos perpetuem-se, por décadas, na formação urbana da cidade. Esse último tema é o foco principal dessa pesquisa.

Portanto, esse trabalho busca investigar as relações entre o canteiro de obras das GOIs e a exploração sexual em cidades interioranas e fronteiriças, a partir do estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu. Procura-se compreender os ciclos de exploração sexual que se desencadeiam no território interiorano brasileiro, maior alvo das GOIs. O objetivo principal é dar

# Introdução

visibilidade aos impactos velados de grandes projetos de infraestrutura e suas implicações na transformação do território. Espera-se, desta maneira, contribuir com novas reflexões sobre esses impactos e com isso a construção de políticas públicas e ações para a redução e eliminação destes impasses, evidenciando o caso da Região Trinacional, que passa atualmente por uma nova fase de implantação de grandes projetos vinculados ao corredor Bioceânico de Infraestrutura (ANGILELI, 2021).

Os objetivos específicos são: contribuir com estudos sobre os impactos socioambientais invisíveis de grandes obras de infraestrutura em cidades interioranas; analisar as transformações no território e as problemáticas socioespaciais decorrentes das conexões canteiro de obras - polos de prostituição; por fim, mapear as políticas públicas e ações de enfrentamento da exploração sexual em caso de grandes projetos de infraestrutura, discutindo as deficiências e lacunas presentes na implantação e elaboração desses projetos.

A motivação para a escolha do tema, parte de interesse pessoal pela área de planejamento territorial que se expandiu a partir da disciplina de Planejamento Territorial Regional, ministrada pela professora Cecilia Angileli, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unila. Nas aulas muito se discutiu acerca das diferentes escalas de análise e projeto,



além da necessidade do planejamento participativo, no qual o interesse da população local seja um dos pontos de partida e de leitura de um território. Em seu trabalho humanizado e com metodologia da história oral, nos introduziu aos espinhos, à responsabilidade e à sensibilidade da pesquisa.

Soma-se a isso, o interesse por discutir as violências de gênero no espaço urbano, por ser uma discussão escassa também na universidade. Nas aulas de Urbanismo ministradas pela professora Mariana Barbosa de Souza, surgiram muitos questionamentos acerca das formas de uso da cidade, lugares não hegemônicos, bem como acerca dos instrumentos urbanísticos que podem influenciar nesses usos. Fomos introduzidos, então, ao que já víamos na prática, ainda que sem enxergá-los: a segregação socioespacial e os conflitos sociais que movem as transformações no território. Agora, se apresentavam organizados de forma teórica, abrindo nossos olhos para as complexidades que envolvem a formação dos núcleos urbanos.

Esses trabalhos foram essenciais para entender que estamos reféns de um planejamento excludente e que perpetua as violências a grupos não dominantes. E o interesse de trabalhar questionando as dinâmicas sociais foi o que embasou esta pesquisa. Diante do exposto, as perguntas que orientaram este trabalho são: para além dos alçozes

de dentro de nossos lares, como a cidade se constrói na sociedade patriarcal? De que maneira o planejamento territorial reflete as violências de gênero? As pesquisas realizadas trouxeram diversas novas questões e muitos exemplos de violências. Mas nesse ponto, foi impossível desconsiderar a maior agente no território da Tríplice Fronteira, a Itaipu.

Assim, com a investigação no tema, alcançamos o possível paralelo entre a formação dos polos de prostituição e dos canteiros de obras para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaipu, bem como a tese de que essa relação é comum às GOIs. Observamos, portanto, a escassez de políticas e debates voltadas para a exploração sexual nas cidades atingidas por GOIs, a falta de diálogo com a sociedade e de interseccionalidade do tema, que fica em sua maior parte na área de serviço social. Dessa forma, é realizado o recorte do tema ao identificar essa violência velada que se configura no território interiorano e em sua espacialidade, observando a necessidade de compreender esse fenômeno a partir da área de estudo de planejamento urbano e territorial, de modo que essa pesquisa possa trazer novas discussões para o curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA.

# localização

fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina

oeste paranaense

município de Foz do Iguaçu

- zonas de prostituição
- canteiros de obras
- vilas de itaipu



Fonte: KAVA, 2023.  
Base cartográfica: Base  
mapa: IBGE. Sirgas 2000  
- UTM 22.

- LEGENDA
- Foz do Iguaçu
  - Paraná
  - Brasil





# metodologia

An aerial photograph of a city, likely Foz de Iguaçu, showing a wide river and a large dam structure. The city's grid-like street pattern is visible, along with green spaces and industrial areas. The image is in grayscale and serves as a background for the left side of the page.

A pesquisa divide-se em duas linhas de trabalho: o campo e o referencial bibliográfico. Ambos partem de um mesmo marco temporal e, então, se conectam e se complementam durante todo o processo de investigação sem seguir uma linearidade. Ou seja, conforme a necessidade de estudos teóricos dos temas que surgiam em campo, novos materiais bibliográficos foram introduzidos a pesquisa. Bem como, conforme na leitura do material bibliográfico disponível em que se identificava novas perspectivas de análise do território, eram traçadas novas estratégias de saídas a campo.

A linha de trabalho referente ao material bibliográfico parte da pesquisa exploratória dos conceitos-chave: as grandes obras de infraestrutura, a exploração sexual, a exploração sexual em contexto de grandes obras de infraestrutura, e ambos os temas também em contexto de Foz do Iguaçu. Outros conceitos utilizados para análise na pesquisa, são o de cidade-empresa e de segregação socioespacial a partir de produções acadêmicas que trabalham no contexto de Foz do Iguaçu e Tríplice Fronteira.

Inicialmente, após definir os conceitos-chave, procurou-se compreender suas definições dentro do tema de pesquisa e do estudo de caso. Então, são utilizados como fonte para o tema de exploração sexual em contexto de GOIs, os relatórios de instituições governamentais e não-governamentais,

CPIs e diagnósticos de municípios em situações paralelas. Adotando, assim, esses métodos de recorte e estudo do fenômeno de modo a tipificá-lo objetivamente em análise. O mesmo foi feito em relação às GOIs que, por sua vez, é mais abrangente em conceitualização, necessitando de referenciais que abordassem especificamente as UHE.

Já os materiais selecionados no recorte de Foz do Iguaçu são, em sua maior parte, produções acadêmicas realizadas no próprio território de pesquisa por outros campos do conhecimento, como história e serviço social. São dissertações, teses, artigos, documentários, entre outras publicações. Além disso, utilizam-se de recortes de jornais, reportagens e documentos revelados sobre o tema como forma de extrair mais informações para a análise.

A pesquisa de campo inicia-se a partir de uma entrevista-chave com Elza Mendes. Elza é ativista do bairro Cidade Nova e defensora popular, trabalhou por quase uma década na Zona de Prostituição em Foz do Iguaçu em um programa do governo de prevenção de ISTs. Elza atuou como educadora social na época e mantinha contato diretamente com as profissionais do sexo. Destaca-se a importância dessa entrevista na pesquisa uma vez que as informações contidas no depoimento abrangem desde o contexto social até as políticas públicas de enfrentamento da

exploração sexual em contexto de prostituição. Além disso, a partir dela são traçados quais os novos passos da pesquisa e entrevistados. Assim, na pesquisa são utilizadas as técnicas de pesquisa que envolvem entrevista e história oral, guiada e semi-estruturada, abordando o tema principal e com poucas perguntas, deixando o interlocutor livre em suas respostas.

Por fim, as análises foram realizadas a partir do referencial teórico e do material recolhido em saídas de campo e entrevistas. Foram traçados paralelos entre essas informações e cruzadas com as bases cartográficas e fotografias georreferenciadas, disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) e Itaipu Binacional a partir de outros pesquisadores que colaboraram com essa investigação

# trabalhos de campo

Ativista, educadora social e defensora popular

ELZA

entrevistas

REGINA

prostituta

ALUÍSIO PALMAR

Jornalista

VALDIR SASSI

historiador

LÚCIA

moradora do bairro

\*NOME FÍCTICIO

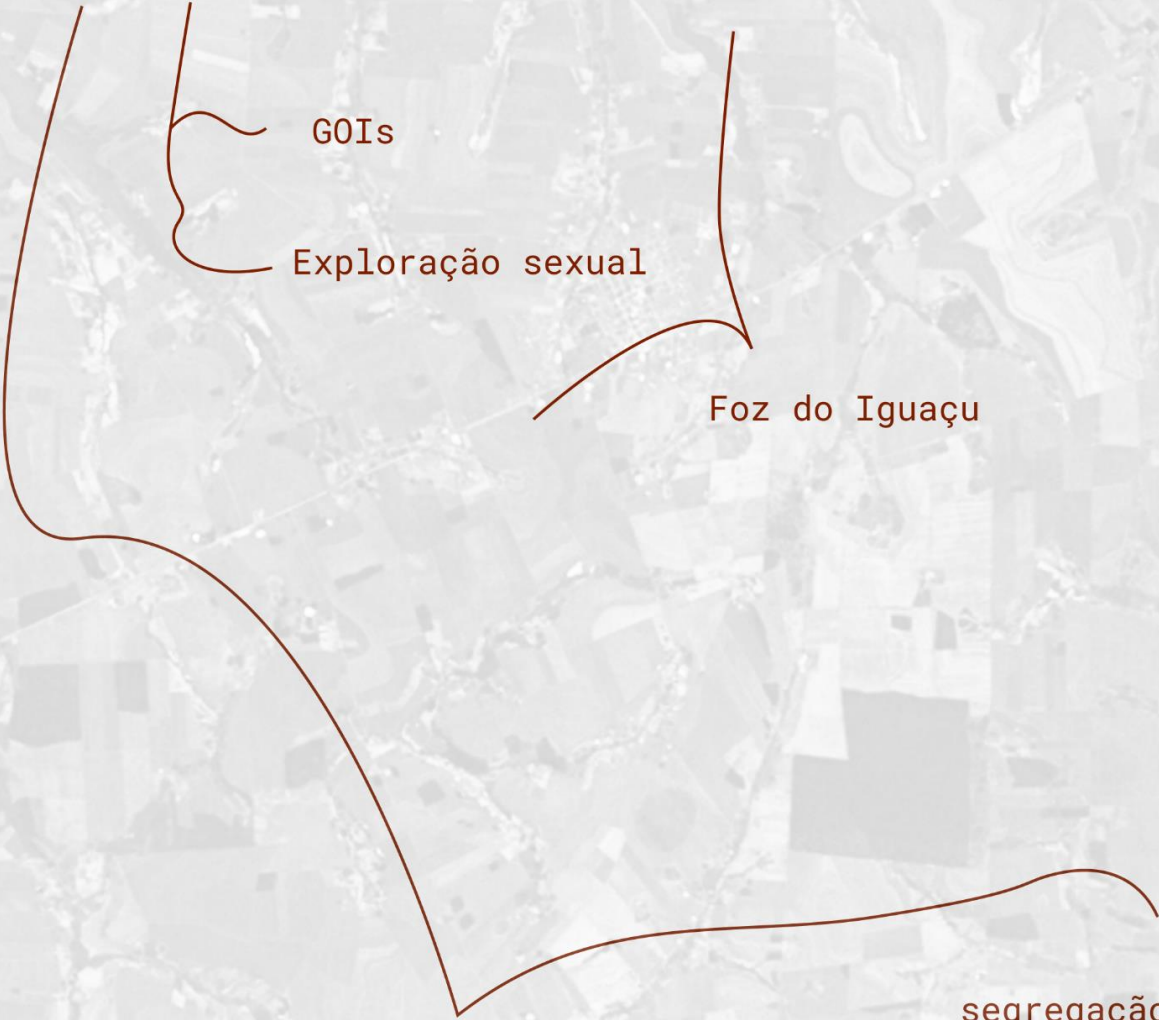
CRAM  
Centro De Referência De  
Atendimento À Mulher

visita a campo 1  
com elza

visita a campo 2  
com elza

coleta de informações

ref. bibliográficas



# conceitos norteadores

Neste trabalho optou-se por tratar três temas de maneira estruturante: cidade-empresa, segregação socioespacial e exploração sexual. A seguir temos as definições de cada um destes.



Casas em ruínas: a imagem de desolação na zona de Três Lagoas

## Zona de meretrício de Três Lagoas em ritmo de completa decadência

A prostituição saiu do confinamento e invadiu a cidade

Escombros, ruas esburacadas, poças de água estagnada e contaminada, mau cheiro, mulheres decrépitas, feias e visivelmente doentes formam um espetáculo de degradação total na zona de meretrício de Três Lagoas. Foz do Iguaçu apresenta diversas áreas e aglomerações onde a miséria humana desce aos mais baixos degraus, mas nenhum outro ambiente é tão fascioso quanto o conjunto montado ao redor do negócio da prostituição naquele distrito.



corroídos por ela, o que tornou excessivamente oneroso um programa na zona para o trabalhador que, em última análise, é o principal cliente das prostitutas. O freguês da zona normalmente tem de ir até lá de táxi, a um custo de 40 mil cruzeiros. Em qualquer casa, uma cerveja ou uma dose de bebida custa 6 mil cruzeiros, o quarto mais 5 mil e a mulher outros 40 ou 50 mil cruzeiros, sem falar no quase certo tratamento posterior para curar a gonorréia ou outra doença venérea, que dificilmente fica em menos de 300 mil cruzeiros.

situam na casa dos 5 milhões de cruzeiros. Se a localização e a destinação dessas edificações fossem outras, tais preços representariam um verdadeiro presente, mas lá é impossível reconhecer qualquer valor no patrimônio.

E a manutenção de uma casa em condições razoáveis na zona custa hoje cerca de 5 milhões de cruzeiros por mês. As prostitutas faturam exclusivamente com a venda do próprio corpo, enquanto a casa depende da venda de bebidas e do aluguel dos quartos para os "programas" — tarifas que também recaem sobre as



A MATERIALIZAÇÃO DOS CONCEITOS: EXPLORAÇÃO SEXUAL NA CIDADE EMPRESA SEGREGADA ESPACIALMENTE

Fonte: Reportagem "Os Filhos de Itaipu" de Mauri König, 2021. Foto: Jean Pavão para o Intercept Brasil. Via: theintercept.com

# exploração sexual

A exploração sexual é uma violência sexual e se define pelo uso sexual de pessoas para obtenção de qualquer lucro. Sendo categorizados em: exploração sexual no contexto de prostituição, tráfico e pornografia (PINHO; OLIVEIRA 2014).

Para o recorte do tema que aborda os bairros de prostituição em Foz do Iguaçu, é dada maior atenção a exploração sexual em caso de prostituição. Esse tipo de exploração se caracteriza pela troca da atividade sexual por recursos financeiros e envolve aliciadores que atuam em casas de prostituição ou na rua.

A exploração sexual em caso de prostituição necessita de aliciadores que se aproveitem da vulnerabilidade de crianças e adolescentes e de um mercado sexual que objetifica esses corpos. Nesse processo desenvolvem-se outras formas de exploração e violências como o consumo de drogas e trabalho forçado (PINHO; OLIVEIRA, 2014).

Na literatura fica claro que a prostituição é marcada pela exploração sexual, sendo um dos principais meios de iniciação nessas “zonas”. Os clientes das casas de prostituição não se questionam sobre as situações de exploração sexual e se calam frente a

essa rede de crimes organizados de aliciamento (SANTOS, 2011).

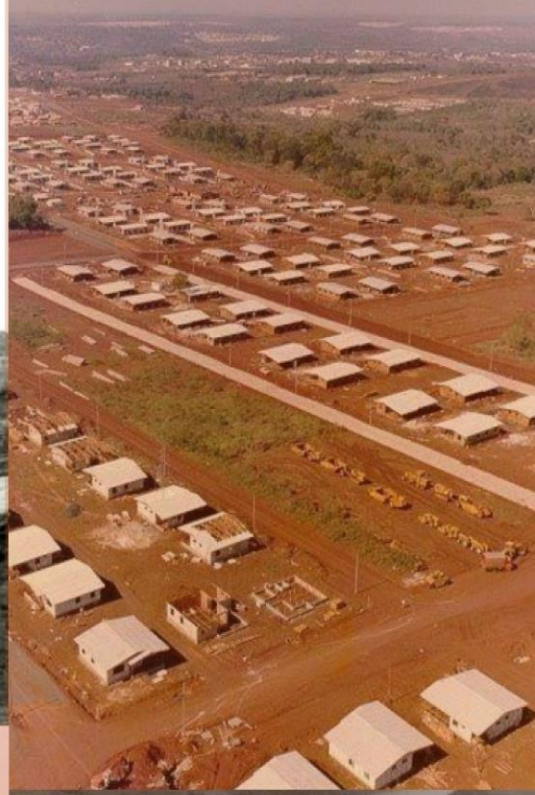
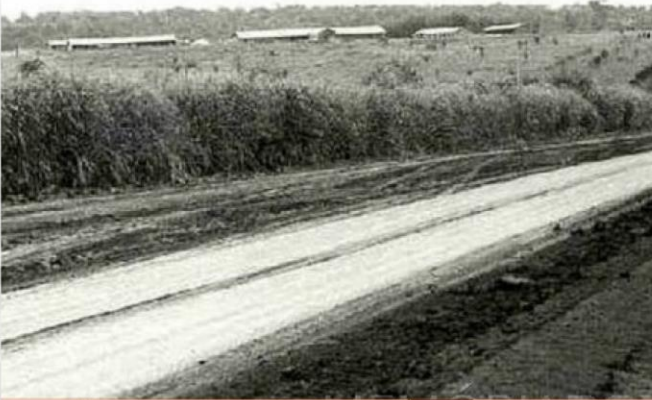
Nesse trabalho pretende-se seguir a mesma lógica de Pinho e Oliveira (2016) em não considerar apenas os espaços com exclusiva finalidade de exploração sexual como tal. Assim, devido a compreensão de como se dá de forma velada a exploração sexual opta-se por considerar esses bairros e casas de prostituição como espaços propícios para exploração sexual que ocorrem de forma permanente ou/e esporádica.

Embora parte da doutrina penal trabalhe com uma interpretação restritiva do leque de estabelecimentos identificados em tal conceituação penal, delimitando-os apenas aos espaços em que a exploração sexual é a finalidade exclusiva ou preponderante para sua existência (BITTENCOUR, 2009, 2013), no presente trabalho objetiva-se instrumentalizar a definição penal para uma interpretação mais ampla, a fim de identificar espaços privados em que ocorre de maneira permanente ou esporádica o fenômeno da exploração sexual especificamente no contexto da prostituição, tais como bares, boates, hotéis, casas de show e residências, num sentido também assumido, na seara penalista, por Cunha (2009), mas que para se materializarem acabam fazendo uso das outras modalidades de exploração sexual, descritas ao longo desse capítulo.” (OLIVEIRA, 2016, p. 17).

AS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Imagens: memoriaronдонense.com.br

# grandes obras de infraestrutura (gois)



## **cidade-empresa**

Considera-se cidade-empresa um aglomerado de edificações pertencentes a um empreendimento. São construções como residências, equipamentos públicos, áreas de lazer, comércios, hospitais, complexos esportivos que se estabelecem como uma “vila”. São espaços com controle e influência desses empreendimentos.

Assim, as vilas de Itaipu e o antigo alojamento dos barrageiros com as características de uma cidade-empresa. As vilas não se conectam com a cidade e tem divergências administrativas, estratificação social e caráter militar do traçado urbano (ANGILELI; ASSUMPÇÃO, 2021).



Identifica-se a segregação socioespacial urbana na criação de limites a grupos de população dentro da cidade. São limites criados a partir de bairros distantes do tecido urbano, falta de mobilidade, segurança, infraestrutura e outras aspectos que dificultam o acesso à cidade. Inclui-se em participar da cidade: utilizar do transporte público, do lazer, cultura, equipamentos públicos, acesso à saúde, educação, de forma igualitária. São aspectos que evidenciam a segregação socioespacial em Foz do Iguaçu uma vez que ao implantar as vilas se fragmenta o tecido urbano, criando vazios urbanos e dificultando os acessos (RIBEIRO, 2015).

## **segregação socioespacial**




**cidade-empresa**

**exploração sexual  
em contexto de  
prostituição**

- repressão
- território vigiado/controlado
- estratificação social
- migração de trabalhadores
- cidade formal/informal
- hierarquização
- explosão urbana
- violências/abuso
- desterritorialização/  
remoções/ expulsão
- injustiça ambiental
- exclusão social
- negligência social
- poder
- favelização
- capital/poder unilateral
- fragmentação urbana
- dependência
- limites e restrições de acesso

**grandes obras de  
infraestrutura  
(gois)**

**segregação  
socioespacial**



Em conjunto, esses conceitos apontam para desafios urbanos e sociais interligados, como a fragmentação urbana, a desigualdade no acesso aos recursos urbanos e a exploração de grupos vulneráveis. Já as GOIs se apresentam como um elo que desencadeia esses processos no espaço. Dessa forma é necessário partir desse primeiro conceito, as GOIs, para compreender os outros conceitos norteadores se debruçam sobre o território.

Portanto, atender aos desafios do problema de pesquisa, optamos por dividir esse trabalho em 2 capítulos:

O primeiro capítulo, “As Grandes Obras de Infraestrutura e seus Impactos Ambientais”, trata de compreender a dinâmica das Grandes Obras de Infraestrutura (GOIs) no território interiorano. Os subcapítulos se dividem no estudo do licenciamento ambiental, dos impactos socioambientais, dos canteiros de obras e das políticas nacionais de enfrentamento da exploração sexual.

O segundo capítulo, “A Itaipu” tem foco na Hidrelétrica de Itaipu e sua chegada em Foz do Iguaçu, apresentando o contexto de implantação e os impactos socioambientais no território. Ainda nesse capítulo, aprofundamos a relação do canteiro de obras com a exploração sexual, da formação da zona de prostituição e nos depoimentos que escancaram suas consequências.

An aerial photograph of a city, likely in a river valley, showing a winding river and a large dam structure. The image is faded and serves as a background for the text.

# **GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**





As GOIs vêm sendo implementadas desde a industrialização brasileira. A partir da década de 1960 (VERDUM, 2007) e, principalmente, durante a ditadura militar, milhares de obras público-privadas de infraestrutura foram construídas por toda a extensão do país, especialmente nas regiões interioranas. Elas são comuns ao modelo desenvolvimentista de plano de Estado dentro de uma agenda socioeconômica neoliberal. Essas políticas permitem a implantação de projetos de caráter nacional em uma escala macro, sobrepondo-se aos interesses locais.

Grandes obras de infraestrutura, realizadas em muitos casos por meio de financiamento público, foram e são estrategicamente apresentadas como soluções para viabilizar e justificar o desenvolvimento socioeconômico. No caso do Brasil, a história é repleta de exemplos que mostram como gestores públicos e a iniciativa privada incorporaram em suas estratégias projetos de infraestrutura nos níveis local, regional e nacional. (REIS, MORGADO, GIOVANELLI, 2021, p. 12).

Não se limitando aos interesses de Estado, ressalta-se que as GOIs são incentivadas também pelo apoio de empresas privadas nacionais e internacionais. Uma vez que são criadas relações de financiamento, terceirizações e concessões que entrelaçam interesses públicos e privados desde o processo de construção até as atividades produtivas. Caracterizando nessas obras não apenas estratégias de Estado, mas também de mercado. Nas linhas tênues entre esses interesses, desenvolveram-se diversas práticas de

corrupção que podem ser notadas nas GOIs.

O que verificamos analisando os diferentes casos e tipos de irregularidades envolvendo empreiteiros é que essas práticas podem ser entendidas não como um desvio anômalo, mas traço característico e estrutural da própria dinâmica do setor, inserido na lógica da acumulação de capital. (...) Nesse sentido, os assim denunciados casos de "corrupção" podem ser compreendidos por três razões básicas: como mecanismo de maximização dos lucros e obtenção de maiores ganhos a partir de uma obra específica; como repartição da mais-valia gerada pelo trabalho dentro da empresa, com transferência de cota-parte do lucro para não acionistas da firma realizadora da obra, geralmente agentes do aparelho estatal; como forma de concorrência, ou prática monopolista ou oligopolista por parte das empresas. (CAMPOS, 2014, p.399)

A fim de esclarecer o entendimento, as GOIs permeiam os mais diversos setores e trazem em comum a capacidade de grande transformação do território, exatamente do modo mais amplo que essa frase pode soar. Mineradoras, hidrelétricas, refinarias, a implantação de rodovias, pontes, gasodutos, transposições de rios, a construção de estádios como na Copa do Mundo, e muitos outros exemplos. São projetos de macro escala movidos pelos fluxos de capital e mercadoria, com grandes canteiros de obras formados por trabalhadores migrantes que são recebidos em territórios por vezes sem preparo para tal reestruturação, compondo assim parte da violência ao serem também violentados. Em geral, os proventos, renda e capital desses

empreendimentos se concentram nos governos e nas empresas envolvidas; por sua vez, não se deslocam para a população local.

A implantação destas obras causou diversas transformações socioambientais que permearam desde o início da construção até sua operação, moldando e direcionando o uso desses lugares a partir da ideia de um planejamento nacional do território. A sobreposição dos interesses do Estado e das grandes empresas que financiam as obras de infraestrutura aos interesses locais é predominante e considerada prioritária por atender aos ideais do mercado e da “modernização”.

Lembra Jean-Michel Roux (1980, p. 123) que “as transformações do território (...) não apenas resultam de uma pressão imperiosa do sistema socioeconômico. Elas também são o fruto de modelo de ‘desenvolvimento’ e ‘modernidade’ que se impõem aos detentores do poder”. Para esse autor, pensando com base no caso francês, esses modelos são produzidos e efetivados pelo aparelho de Estado. Este “possui um quase monopólio das reflexões sobre o planejamento do território”, “controla diretamente uma parte essencial dos investimentos mais determinantes para a organização do espaço” e “reúne todas essas decisões em uma rede de regulamentos e de justificações que apenas ele pode entender”. (SANTOS, 2008, p. 119).

Esse fenômeno tornou-se ainda mais agressivo nessas cidades interioranas, uma vez que possuem uma gestão territorial com menor compreensão dos impactos socioambientais em escala interdisciplinar. Além disso, nas cidades interioranas destaca-se a menor

integração das instâncias municipais que gerenciam o desenvolvimento da paisagem e também produção de pesquisa na área em comparação aos grandes centros. Nessas cidades, os projetos são discutidos em núcleos isolados, abrangendo tanto o contexto local quanto as análises nas escalas macro, meso e micro. Dessa forma, a discussão acerca dos problemas posteriores à implantação dos megaprojetos é percebida apenas em alguns aspectos, deixando diversas lacunas que vão se desdobrar em novas problemáticas pelo território.

(...) Se por um lado esse cenário pode sugerir a incapacidade das gestoras e dos gestores locais de analisar tais processos de maneira holística, por outro lado permite a inferência de que o anúncio do desenvolvimento por projetos individuais e não por planos que os reúnam é uma opção deliberada e estratégica, pois favorece intervenções pontuais e “miopes”, quando for extremamente necessário, não responsabilizando nem tensionando as agentes e os agentes de liderança desses territórios pelo entendimento integral do que está em jogo. Ou seja, o redesenho das cidades por partes, sem a premente articulação com o todo, dificulta a legibilidade dos impactos em curso pelas pessoas que as compõem. O risco que não se percebe, não se reconhece, não se mensura, não se questiona nem se mitiga. (ANGILELI, et al. 2015, p. 15-16).

Portanto, o desenho do território interiorano a partir da replicação de GOIs tem se mostrado um mecanismo predatório, muito maior do que nos contextos metropolitanos. Assim, o que se enxerga como política de desenvolvimento é, na prática, uma política exploratória.



Construção da Hidrelétrica de Itaipu.  
Foz do Iguaçu.  
Imagem: Betmann. Via Getty Images.



# OS IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL

As Usinas Hidrelétricas (UHE) são o meio de geração de energia elétrica predominante no Brasil. Segundo Verdum (2007), por volta de 1970 o avanço tecnológico permitiu a implantação de linhas de transmissão a longas distâncias o que desencadeou numa política nacional de aproveitamento de recursos hidráulicos em territórios interioranos, desenvolvida pela Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S/A, empresa brasileira criada em 1962.

A Eletrobrás atua como *holding*, mantendo para si uma fração de ações dentro de outras empresas afim de gerir esses grupos empresariais (VERDUM, 2016). Assim, o setor elétrico brasileiro permeia a relação público-privado, atuando a partir de consórcios e concessões públicas, movimentando capital nacional e internacional. De forma que esses empreendimentos mobilizem muitas outras empresas durante sua implantação e operação, como as empreiteiras do setor de construção civil. Portanto, é evidente como a expansão do setor elétrico passou a atrelar-se à ideia de “desenvolvimento”,

movimentando a economia e a urbanização nas cidades interioranas.

A implantação de uma UHE provoca grandes mudanças no território, das mais significativas a qual este trabalho será voltado está o deslocamento populacional. O primeiro processo ocorre anterior à implantação, quando demarcadas as terras de interesse do empreendimento, há o reassentamento das populações locais para outras áreas. São esses os grupos majoritários no entendimento de atingidos por barragens que somam populações indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais. A quantidade de populações atingidas varia conforme a localização geográfica e das dimensões do reservatório da UHE (VERDUM, 2016).

Dessa forma, dentre as modalidades de remanejamento populacional utilizadas no período e passíveis de agrupamento destacam-se: indenização, reassentamento urbano ou relocação, reassentamento rural, reassentamento em áreas remanescentes, cartas de crédito e outras formas. (VERDUM, 2016, p. 65.)

O segundo processo de deslocamento populacional se dá no período da implantação. Caracterizado pela

migração dos trabalhadores que vêm para a construção e operação do empreendimento é um movimento esperado pelas UHEs, que constroem vilas de moradia ou alojamentos para os então funcionários relacionados às GOIs. Estes sofrem desde a exploração de sua mão de obra, ruptura do seu vínculo social e a segregação socioespacial presente na territorialização desse espaço de trabalho.

Nesse sentido, identificamos dois deslocamentos ocorrendo em um mesmo período: dos trabalhadores das UHE e de trabalhadores atraídos pelo anúncio do projeto. Esse segundo grupo trata-se de um deslocamento autônomo atraído pelas mudanças no território provocadas pela UHE, da qual evidencia-se o aumento do setor de comércio e serviços e da prostituição. É a partir desse contexto que as cidades passam por uma explosão populacional sem contingentes para a mesma, com pouca infraestrutura capaz de suportar as migrações. Por mais que as GOIs criem espaços para seus funcionários, outros grupos migratórios e os próprios atingidos por barragens são tidos como responsabilidade do município em fornecer infraestrutura, saúde, educação, lazer e direito à cidade. Entretanto, a esfera municipal não é preparada o suficiente para conter as demandas do aumento de habitantes. Soma-se a essas condições, ao final da construção do empreendimento, o aumento da população desempregada referente aos construtores então demitidos.

Portanto, a explosão populacional das GOIs tendem a acentuar as desigualdades sociais nas cidades interioranas. Processos de favelização e segregação socioespacial são desafios urbanos que surgem a partir da fragmentação do território e da falta de políticas públicas enfrentadas nesses municípios. Dessa forma, há um aumento da dicotomia entre a cidade formal e a cidade informal, caracterizada por: espaços com infraestrutura e equipamentos públicos em contraste com espaços negligenciados pelo poder público; espaços de trabalho formal tidos como sinais de desenvolvimento em contraste com trabalhos informais, ilícitos e/ou precários; áreas de especulação e valorização imobiliária em contraste com ocupações, assentamentos irregulares em áreas de preservação e/ou de risco. Exemplo disso é o Gasoduto de Uucu-Coari-Manaus e a Hidrelétrica de Belo Monte, ambos os quais tem o aumento significativo da exploração sexual e da prostituição após a migração de trabalhadores(as) devido à construção da obra, Altamira/PA foi ainda, em 2015, considerada a cidade mais violenta do Brasil (REIS, MORGADO, GIOVANELLI, 2021).



Vila C e o Lago de Itaipu, Foz do Iguaçu.  
Imagens: Rebeca Melo. Via Getty Images.



Desse modo, a implantação das GOIs marcam essas cidades interioranas por receberem grande investimento do mercado e do domínio das demandas de grandes empresas. Isso se evidencia em processos nos quais transformam-se em um território de controle e delimitação urbana a partir dos interesses empresariais, em que a gestão pública é influenciada pelas decisões das grandes obras de infraestrutura instaladas (ANGILELI; ASSUMPÇÃO, 2020). Essa característica demonstra a dificuldade em produzir políticas públicas para a mitigação desses fenômenos nessas cidades, uma vez que os interesses centrais dessas regiões são os corporativos e voltados para as atividades hegemônicas de caráter funcional que definem o uso desses territórios em uma maior escala (SANTOS, 2008). Sendo assim, as demais necessidades que fogem a essas atividades são ignoradas bem como esses impactos diretos e indiretos das grandes obras de infraestrutura, sendo deixadas as demais demandas à mercê da própria sorte e das escolhas do mercado.

(...) O poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar a cidade do capital monopolista ou oligopolista (...). Num primeiro momento, boa parte (variável segundo os lugares) da formação do capital geral, devia-se aos próprios atores principais do jogo econômico, que arcavam com uma parcela de

responsabilidade na implantação das economias de aglomeração indispensáveis ao funcionamento da máquina econômica e do organismo social. Numa fase de transição, o poder público é levado a assumir cada vez mais esses encargos, nas obras públicas também beneficiam uma parcela considerável da população e um número importante de empresas. Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas, hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos equipamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional da capacidade de exportação, etc." (SANTOS, 1990, p. 94-95 apud SANTOS, 2008, p. 121-122).

Portanto, a cidade ou região atingida é entendida como de interesse empresarial e se transforma para continuar a garantir os investimentos do capital com o objetivo de um território rentável para o mercado, como discutido por Milton Santos (2008) sobre o território corporativo. Isso culmina em novas obras de infraestrutura que perpetuam e complexificam as dinâmicas subalternas da cidade formal dentro de um determinado território, como é o caso do turismo e da exploração sexual resultante em prostituição e tráfico humano. Portanto, identificamos essas problemáticas como inerentes às cidades com interferências de grandes projetos de infraestrutura, que apesar de fazerem parte do território não constituem a cidade formal, estando à margem das políticas públicas e gestão do próprio local em qual se materializam.

# impactos socioambientais

## impactos ambientais

Supressão da vegetação e mataciliar

assoreamento dos rios, erosão e depósito de sedimentos

Perdas de flora e fauna aquática e terrestre nativas

Qualidade da Água

modificação da paisagem

## impactos sociais

### diretos

Os povos indígenas, quando confrontados com empreendimentos econômicos do porte de usinas hidrelétricas, sofrem danos globais, influência deletéria em todos os setores de sua vida, desde as condições materiais de sua sobrevivência, até as suas concepções de vida e visões de mundo. Os danos raramente são exclusivos a um número populacional restrito, mas atingem a um povo como um todo, a uma etnia, a uma cultura (IPARJ, 1988 apud HELM,VERDUM, 2016, p. 167).

impactos globais

desemprego (construtores)

explosão urbana

recessão em alguns setores produtivos e atividades econômicas

desapropriações/remoções/reassentamentos

### indiretos

trabalho informal

prostituição/exploração sexual

desigualdade socioambiental

fragmentação urbana/segregação / ocupação desordenada do solo

sobrecarga dos serviços públicos

saúde: aumento de ISTs, alcoolismo e drogas ilícitas

ocupações de áreas ambientais e/ou de risco

saúde: doenças parasitárias

violência

aumento do fluxos rodoviários e portos secos

saúde: condições que envolvem famílias e plantações próximas as torres de transmissão de energia



# DESAFIOS DA GESTÃO DE IMPACTOS E RISCOS: OLHAR CRÍTICO SOBRE O EIA/RIMA E OS LICENCIAMENTOS DE IMPACTOS

Atualmente, para os grandes projetos de infraestrutura serem implantados é preciso adquirir o Licenciamento Ambiental (LA), uma ferramenta do Estado que regulamenta esses projetos para garantia da proteção ambiental. Segundo Rafael Nina (2016), esse instrumento atua de forma a sobrepor os interesses coletivos aos individuais de modo a equilibrá-los levando em consideração os impactos socioambientais desses empreendimentos.

O processo de LA passa por três fases: fase de planejamento, fase de instalação e a fase de operação. A primeira fase é produzida pelo próprio empreendedor, o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), criado através da Resolução nº.001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Estes documentos

apresentam um diagnóstico ambiental da área com os impactos da implantação e da não-implantação do projeto considerando os meios físicos, bióticos e socioeconômicos (NINA, 2016). Enquanto o EIA é um documento mais complexo e científico, o RIMA por sua vez tem o objetivo de democratizar o acesso à informação contida no EIA.

Percebe-se, portanto, que o EIA é um documento técnico-científico de extrema complexidade e cujos temas abarcam diversas áreas do conhecimento (Saraiva, 2015). Eventuais lacunas de informação ou desconhecimento de determinados assuntos podem suscitar a aplicação do princípio da precaução (Sanchez, 2006), gerando a interrupção do avanço para fases seguintes do processo para assegurar que não ocorram impactos irreversíveis não mitigáveis e prejuízos inaceitáveis em termos socioambientais. (NINA, 2016, p. 05)

Após o aceite do EIA/RIMA, pelo órgão licenciador e sua

disponibilização à sociedade, é realizada a Audiência Pública (AP) caso solicitada pela população ou quando julgada necessária pelo próprio órgão. Durante o processo de licenciamento ambiental, esse é o único espaço de participação da sociedade. Assim, a partir do EIA/RIMA e as atas da AP são verificadas a viabilidade do projeto e se aprovado é emitido a Licença Prévia que permite ao empreendedor elaborar o Projeto Básico Ambiental (PBA) no qual são detalhadas as propostas de compensação e mitigação dos impactos socioambientais. (NINA, 2016).

Este último documento exigido cabe apenas a análise do órgão licenciador, sem um retorno direto à participação pública e a suas indagações discutidas na AP. Ainda assim, se aprovado o PBA, passa-se para a fase de instalação, colocando em prática as medidas mitigatórias e realizados relatórios de monitoramento e fiscalização do órgão de licenciamento. Por fim é avaliado se as medidas compensatórias e de mitigação são suficientes para os danos causados na implantação e emitido a Licença de Operação, no qual começa a ser executado função do empreendimento com a continuidade do monitoramento ambiental (NINA, 2016).

Apesar do dever de proteção ambiental ser compartilhado entre o Estado (que conduz o procedimento e decide); o empreendedor particular (que apresenta os estudos e propõe as medidas); e a sociedade em geral (que pode ser afetada pelo empreendimento e participa e é ouvida no procedimento), a

forma como o LA está concebido gera uma concentração de interação entre o órgão licenciador e o proponente do projeto, limitando a participação da sociedade a uma etapa específica do processo. (NINA, 2016, p. 6).

A concentração do diálogo entre os órgãos públicos e os empreendimentos também criam cenários propícios para práticas de corrupção nas GOIs. O enfraquecimento das políticas ambientais somado ao território interiorano com pouca mobilização social e visibilidade nacional, também influenciam no processo de Licenciamento Ambiental (LA). Assim, são exercidas pressões do mercado sobre os órgãos de licenciamento de modo a flexibilizar a legislação e suprimir os impactos socioambientais dentro do processo de análise dos mesmos, criando uma falsa viabilidade do projeto. (REIS, MORGADO, GIOVANELLI, 2021). Nesse contexto existe uma fragilidade no processo de LA no qual o Estado já não consegue mediar os conflitos de interesse no território e coloca em risco a população local e o meio ambiente.

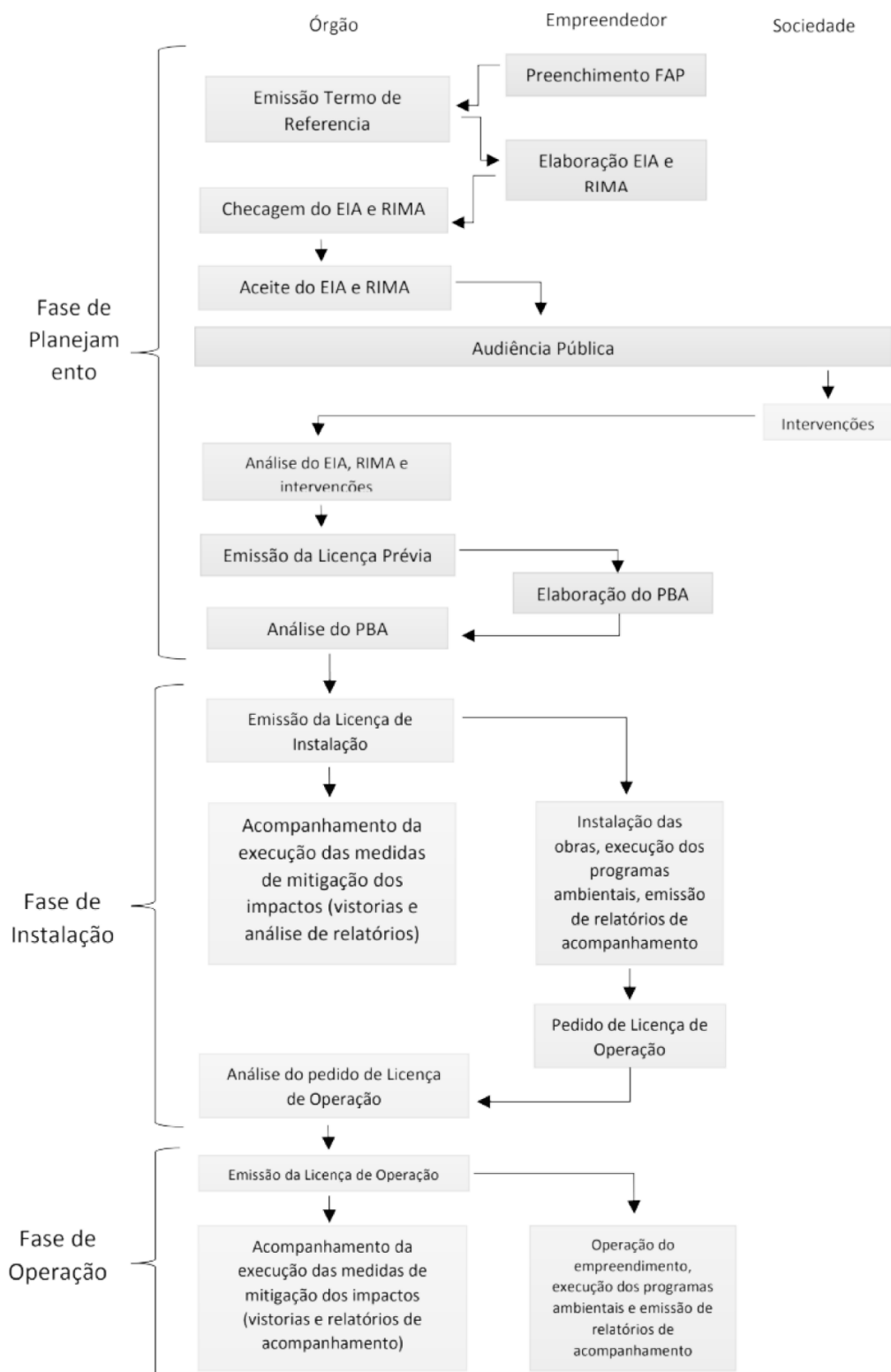
Na legislação, esse processo dá-se a partir de 1988 quando na Constituição Federal, no art. 225º, coloca-se a necessidade do EIA, que já vinha sendo estruturado pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) de 1981 (NINA, 2016). É um marco recente e conquistado após diversas obras de grandes infraestruturas, como a construção de Brasília e a UHE de Itaipu.



Além disso, é importante considerar que os fenômenos que são classificados como impactos das GOIs e analisados nos estudos foram sendo identificados ao longo do tempo, do avanço tecnocientífico e da mobilização popular. Assim, a elaboração do EIA/RIMA envolve questões mais complexas e não existem critérios claros e objetivos sobre como deve se dar sua construção, de tal modo que, a partir da influência do mercado, muitos EIA/RIMA acabam tornando-se apenas requisitos formais prévios à implementação de um determinado empreendimento. Por isso, a participação pública no processo de identificação e criação das políticas de mitigação são necessárias, pois colocam luz a problemas socioambientais específicos de suas localidades.

Uma vez que essas obras são implantadas nas mais diversas configurações de cidades, encontramos problemas específicos e gerais e estudando esses padrões de violação de direitos e injustiça ambiental é possível modificar também a legislação, os debates e o planejamento participativo da população de modo a conciliar os interesses públicos, privados e populares. Discutir a territorialização das desigualdades sociais que advém da implantação das grandes obras de infraestrutura contribuem para a formação de estudos de impactos socioambientais futuros mais abrangentes, democráticos e inclusivos.

Foi nesse contexto de maior atenção do setor elétrico para as questões sociais e ambientais, que os diversos segmentos sociais atingidos, ou ameaçados de serem vitimados, por projetos hidrelétricos, e diferentes ONGs (Organizações Não Governamentais) voltadas para a defesa do ambiente e dos direitos dos atingidos, bem como instituições científicas, procuradores, etc., desenvolveram suas estratégias no sentido de pressionar as empresas estatais do setor elétrico a assumir suas responsabilidades. Objetivava-se o encontro da transparência dos projetos hidrelétricos, assegurando-se aos potenciais atingidos e todos os demais segmentos sociais interessados, o acesso às informações e participação no processo decisório. (VERDUM, 2007, p. 48.).



Fonte: Diagrama elaborado por Rafael Nina (2016) em "Análise das intervenções da participação pública no licenciamento ambiental de centrais hidroelétricas no Brasil".

# RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS/AS POR BARRAGENS

O termo atingido por barragens é referência a uma identidade coletiva de resistência a partir do Movimento Atingidos por Barragens (MAB). Foi utilizado desde o período da ditadura pela Eletrosul para se referir à população deslocada de áreas de construção das hidrelétricas, bem como em áreas de mineração. A população recebia uma indenização pela perda da terra uma vez que era decretado utilidade pública, conforme Decreto nº 33655/41 (MAB - BRASIL, 2013). Essa compensação incidia apenas aos proprietários de terra.

Assim, o termo inicialmente englobava as condições de inundado e reassentado involuntário. Porém novas discussões surgiram a partir de reivindicações populares que trouxeram à ideia de atingidos, o conceito de deslocamento físico, econômico e dos modos de vida (ROLAND, 2020).

Entretanto, não há marco legislativo que regule os direitos dos atingidos por

barragens. Essa ausência normativa permite diferentes tratamentos das empresas para com os atingidos e acaba por fracionar a mobilização popular. As leis atuais acerca dos atingidos por barragens são: a Lei nº 14066/20 que aperfeiçoa as penalizações administrativas e criminais na Lei Nacional de Segurança de Barragens a partir do caso de desastre ambiental de Brumadinho e o Decreto nº 7342/10 acerca do cadastro socioeconômico na área de atingimento do empreendimento (ROLAND, 2020). Também há a proposta de Plano Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB) do MAB, que prevê estabelecer um marco normativo além de evidenciar a assimetria legislativa das empresas e dos atingidos.

A história do Movimento Atingidos por Barragens (MAB) tem relação com movimentos iniciais menores de atingidos por barragens que surgiram ao redor do Brasil que tiveram início no

contexto da ditadura militar no país. Isso se deve ao modelo de desenvolvimento daquele período, que buscava superar a crise energética no país ocasionada pelo crescimento urbano e industrial do país a partir de grandes projetos hidrelétricos.

Os primeiros passos para a criação do MAB se deram no final da década de 1970 por meio de movimentos de pessoas impactadas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, resultando na organização do Movimento Justiça e Terra por parte dos agricultores atingidos pela barragem. Na mesma época, surgiram as lutas dos Sem terra, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores diante das greves nas cidades e nos campos. (VEINER, VIEIRA, 2005).

No início da década de 1980, iniciaram-se três movimentos relevantes nas regiões Norte, Nordeste e Sul, por parte dos atingidos por barragens que buscavam lutar e defender seus direitos. Esses movimentos foram marcados por reuniões e congressos que fortaleceram a união entre os grupos atingidos em suas regiões. Apesar do destaque desses movimentos dessas três regiões do país, a década de 1980 foi marcada por diversas lutas advindas de outras regiões do Brasil que contribuíram para a consolidação do movimento nacional nos anos 1990. Ainda em 1989, a CRAB organizou em Goiânia o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com troca de

de experiências entre os inúmeros afetados.

Nesse contexto, essas vítimas das barragens realizaram um marco importante ao aprovarem uma pauta e um plano de lutas nacionais.

a elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora; que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos; cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias; fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico (VEINER, VIEIRA, 2005. P. 11-12)

O Movimento Nacional foi estimulado pela diversidade dos diversos movimentos regionais, resultando em seu fortalecimento. Dessa forma, com o Encontro de Goiânia criou uma Comissão Nacional Provisória, que foi fundamental para a organização do Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens em 1991, em Brasília (VEINER, VIEIRA, 2005). Nesse contexto, criaram o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), visando estabelecer um movimento no âmbito nacional de viés popular e autônomo. Com a criação do MAB, o dia 14 de março ficou marcado como Dia Internacional de Luta contra Barragens.

A década de 1990 foi marcada por novos desafios, como construir um movimento nacional, unificar as lutas dos atingidos, colocar na ordem dia a necessidade de implantar um novo

modelo energético e um novo modelo de desenvolvimento. Em contrapartida, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, RIO 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi possível expor os enormes impactos sociais e ambientais ocasionados pelas grandes barragens construídas.

Outro marco da década de 1990 foi a pressão dos movimentos de luta em relação às empresas a cumprirem os compromissos assumidos por meio de ocupações de canteiros de obra, acampamentos e manifestações. Isso contribuiu para o crescimento da legitimidade do MAB, apesar dos desafios da organização nacional diante da falta de recursos e de pessoas para coordenação regional.

Desde a consolidação do MAB há cerca de trinta anos, o movimento conta com novos desafios e continuidade das lutas por reivindicações antigas. Apesar de algumas derrotas que permearam a trajetória do movimento, o MAB contou também com algumas vitórias.

O MAB se posiciona extremamente contrário ao processo de privatização do setor elétrico, uma vez que possibilita o controle da energia e das águas ao capital privado e também ao estrangeiro (VEINER, VIEIRA, 2005). Por essa razão, o MAB tem como um de seus objetivos a defesa de um setor elétrico público, constituído por empresas estatais e por um planejamento energético que estejam submetidos ao controle democrático dos trabalhadores e da

sociedade, se diferenciando assim, completamente do modelo tecnocrático e autoritário que predominou durante a ditadura e se mantém até hoje em grandes empresas responsáveis pelo setor energético do país. Além de defender um novo modelo energético, que tenha como base a economia de energia e o desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis de energia.

A formação do MAB a partir de movimentos locais evidencia a resistência contínua dessas comunidades frente ao atual modelo energético. Demonstrando a importância desse território e as violências desencadeadas, cujos impactos persistem, questionando não apenas as práticas empresariais, mas também os paradigmas do desenvolvimento. As marchas de resistência e a defesa de um setor elétrico público refletem não apenas uma busca por reparação, mas um anseio por uma transformação profunda na abordagem energética. Isso ressalta a necessidade de um diálogo abrangente sobre justiça social e ambiental, visando construir um futuro mais equitativo e sustentável.

# **A história do Mastro ao MST, e o processo de desapropriações e reassentamentos. Áreas desapropriadas: Bela Vista e Alvorada do Iguaçu.**

O Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) surgiu no início da década de 1980 diante das realidades vivenciadas pelos agricultores e sindicatos dos trabalhadores desta região. Em 1981, ocorreram as primeiras reuniões do MASTRO, marcando o início das discussões em torno de um histórico de luta pela terra no Brasil, mais especificamente na região oeste do estado do Paraná.

O surgimento do movimento nessa região se deve ao histórico de concentração de terras e aos movimentos por parte dos pequenos agricultores que foram expropriados de suas terras ao longo da construção da Hidrelétrica de Itaipu na década de 1970. Dessa forma, o surgimento do MASTRO tem influências do Movimento Justiça e Terra, que visava indenizações justas aos afetados pelas barragens de Itaipu. Além disso, era composto por

trabalhadores do campo, meeiros e filhos de pequenos proprietários de terras, muitas vezes sem direito à indenização de terras uma vez que pertencente às colonizadoras, e teve grande influência das igrejas católicas e luteranas, que eram os locais de encontro dessa população (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, todo o histórico em torno das terras na região e o impulsionamento dos movimentos após a construção da Hidrelétrica de Itaipu estão diretamente relacionados à constituição de fortes movimentos nesse sentido. Diferentemente dos movimentos que buscavam reparações, o enfoque do MASTRO está na reforma agrária. O movimento era estruturado em modelo horizontal e buscava por negociações.

Além disso, o MASTRO fomentou ainda o surgimento de outros movimentos sem-terra no estado do Paraná, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) (FABRINI, et al, 2012). Apesar da relevância desses movimentos na região, eles não possuíam uma comunicação efetiva entre si.

Em contrapartida, aconteceu em 1984 o primeiro encontro de âmbito

nacional, articulado por camponeses oriundos de diversos movimentos regionais, não somente do Paraná, como também de outros estados brasileiros. Com isso, esses camponeses estabeleceram alguns princípios relevantes no contexto de suas lutas. Em 1985, ocorreu o I Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba, definindo como principal forma de luta as ocupações.

Dessa maneira, o MASTRO influenciou também a formação do Movimento dos Sem Terra (MST) em 1984, que visava democratizar o acesso às terras no país a partir da articulação de inúmeras associações fundamentadas na luta pela terra no campo brasileiro. Com isso, o MST alcançou o que os movimentos menores que o antecederam não foram capazes de alcançar: a unificação das diversas vertentes da luta pela reforma agrária, sob o princípio de que a democracia somente seria possível na presença da reforma agrária (FABRINI, et al, 2012). O MST se consolidou a partir de ações de massa, marcadas por ocupações e acampamentos em latifúndios tanto no estado do Paraná como no restante do Brasil.

Os movimentos voltados para questões de terra e lutas no campo foram muito significativos nas regiões Oeste, Sudoeste e Centro-Sul do Paraná ao longo da década de 1980, expandindo-se para outras regiões do estado e do país a partir da década de 1990 (FABRINI, et al, 2012). No início dos anos 2000, esses conflitos permaneceram e

até se intensificaram em determinadas regiões paranaenses que sofreram processo de modernização da agricultura.

Como consequência desses movimentos que defendem a reforma agrária, surgiu também uma frente conservadora, a chamada Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), fazendo frente às lutas dos camponeses, sobretudo dos sem-terra. Outro grupo opositor aos camponeses é a União Democrática Ruralista (UDR), formada por fazendeiros que defendem o direito da propriedade que estaria ameaçado diante das mobilizações camponesas (FABRINI, et al, 2012).

Ao longo dos anos 2000, os movimentos ligados às questões do campo no Estado do Paraná ganharam mais diversidade em termos sociais e políticos. Alguns desses movimentos incluem sem-terra, mulheres camponesas, pequenos agricultores, indígenas, ilhéus, pescadores, entre outros (FABRINI, et al, 2012). Apesar das mobilizações serem marcadas pela ocupação de propriedades, a luta também ocorre por meio de denúncias de violências sofridas, ocupações de órgãos públicos, marchas, caminhadas e atos públicos.

Esses movimentos lutam por questões como a desapropriação de terras; renegociação das dívidas dos pequenos agricultores; melhoria da infraestrutura dos assentamentos; distribuição de alimentos; assistência

médica aos acampamentos, entre outros. Além das reivindicações relacionadas às questões agrárias, esses movimentos lutam contra privatizações do patrimônio público.

O processo de desapropriações e assentamentos no estado do Paraná ocorreu de maneira bastante significativa. No contexto da construção da Hidrelétrica de Itaipu, esse processo ocorreu antes, durante e depois da obra. A desapropriação das regiões próximas às construções de usinas hidrelétricas ocorreram sob a justificativa de utilidade pública, priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento das populações locais e aspectos ambientais.

Nesse contexto o Distrito de Alvorada do Iguaçu foi o primeiro a ser desapropriado. Tratava-se de uma região delimitada geograficamente por diversos rios como o Ocoy, Paraná e Bela Vista. Teve origem a partir de ocupação indígena e posteriormente das colonizadoras com a extração da erva mate, sendo criado pela Lei nº431/64 de Foz do Iguaçu, com 36.250 hectares e 5.000 habitantes inicialmente, dentro do município de Foz do Iguaçu (FARIAS, 2017).

Naquele período, a região apresentava perspectiva de crescimento em termos econômicos, sobretudo pela produção rural, contudo o desenvolvimento do distrito não ocorreu em vista da construção da hidrelétrica, que previa a inundação da região. Alguns dos planos urbanos voltados para o distrito encontram-se guardados no acervo da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI). Equipamentos públicos, áreas reservadas a indústria e a aeroporto

## **O processo de desapropriações e reassentamentos em Bela Vista e Alvorada do Iguaçu**



constam nos projetos de Alvorada do Iguaçu.

Com isso, os responsáveis pela obra focaram em forçar de alguma forma a saída das pessoas que habitavam e trabalhavam no distrito (MAMED, 2016). Um dos métodos usados foi a compra das terras para que as famílias deixassem o local. Foram utilizadas também ameaças no intuito de coagir e pressionar as pessoas a venderem suas terras por pouco dinheiro.

Algumas pessoas apresentaram resistência às propostas, fazendo com que a estratégia adotada focasse em desativar as principais infraestruturas da cidade como hospitais, escolas e comércio, a fim de obrigar os habitantes a saírem de suas terras. Isso gerou um tipo de isolamento social e econômico, que resultou na saída de mais um parcela de pessoas (MAMED, 2016). A lei nº1014/79 de Foz do Iguaçu transfere as áreas públicas do Distrito de Alvorada de Iguaçu para a Hidrelétrica Itaipu Binacional.

Apesar disso, algumas pessoas não deixaram a região até que o distrito fosse, de fato, inundado diante do funcionamento da hidrelétrica. Conseqüentemente, a região do distrito Alvorada do Iguaçu desapareceu com a inundação gerada pela produção de energia na região. Isso fez com que toda a população que habitava naquele local migrasse para outras regiões do estado do Paraná. O distrito é extinto, enfim, pelo Decreto Municipal nº2/80 de Foz do Iguaçu.

Nesse contexto, as ações em torno da construção da hidrelétrica na região impulsionaram diversos movimentos de luta dos expropriados que buscavam garantir melhores remunerações na aquisição de suas terras, além de indenizações, sobretudo em relação aos camponeses que possuíam terras com capacidade produtiva.

Atualmente as áreas remanescentes do extinto Distrito de Alvorada do Iguaçu são conhecidas como Vila Bananal. Esta fica separada geograficamente do município de Foz do Iguaçu pelo Lago de Itaipu, sendo a única forma de chegar por terra até lá, é passando por meio do município de Santa Terezinha de Itaipu. A cidade vizinha está tão próxima ao antigo distrito que a sede alagada de Alvorada fica perto do que hoje é a praia artificial de Santa Terezinha de Itaipu e os resquícios das antigas construções podem ser vistas em períodos de esvaziamento do lago.

A região inundada de Alvorada do Iguaçu é responsável por grande parte dos royalties de Foz do Iguaçu. Isto é, da compensação paga pela Itaipu Binacional pelas áreas produtivas que foram inundadas nos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu

# Distrito ALVORADA DO IGUAÇU

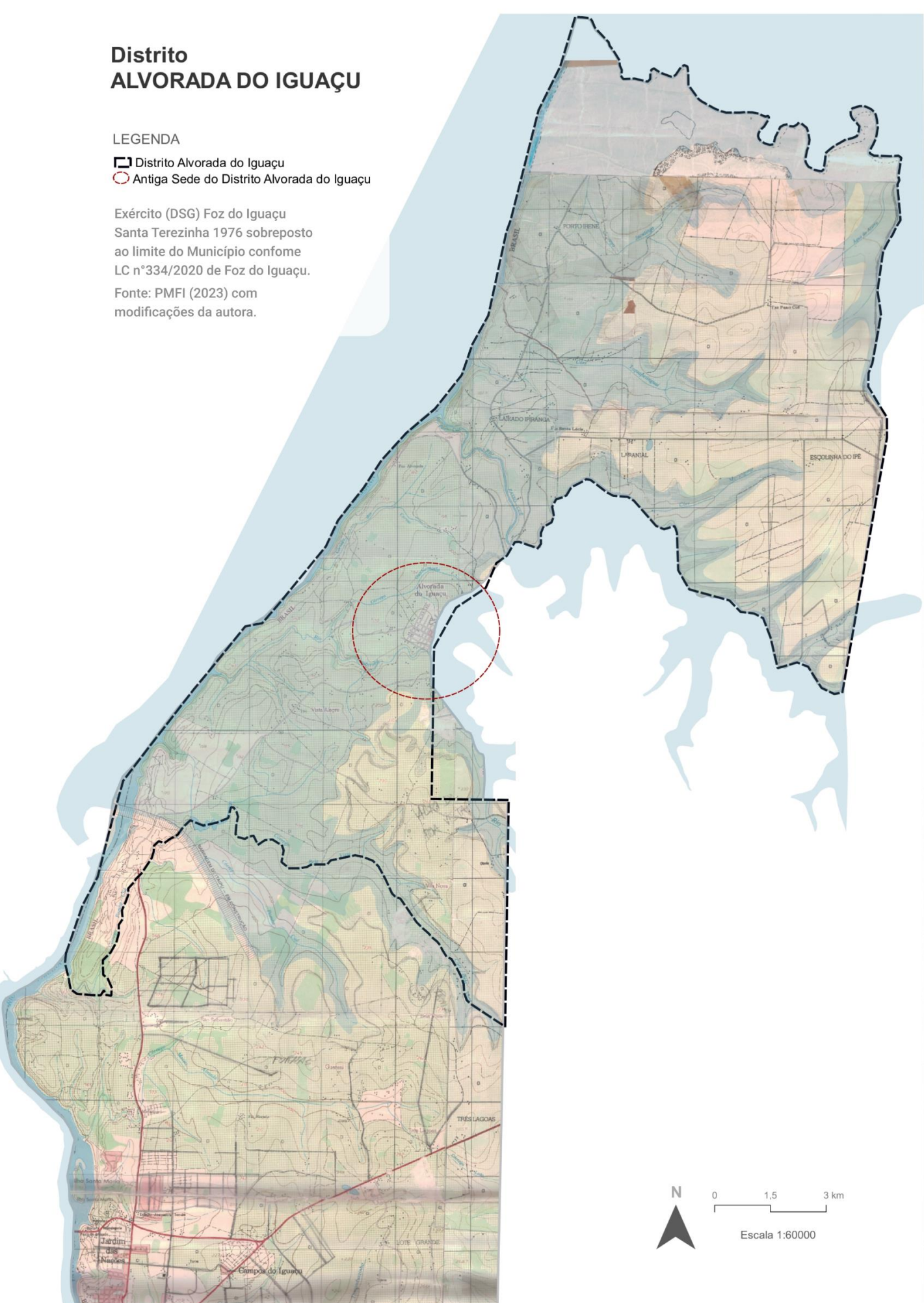
## LEGENDA

▭ Distrito Alvorada do Iguaçu

○ Antiga Sede do Distrito Alvorada do Iguaçu

Exército (DSG) Foz do Iguaçu  
Santa Terezinha 1976 sobreposto  
ao limite do Município conforme  
LC n°334/2020 de Foz do Iguaçu.

Fonte: PMFI (2023) com  
modificações da autora.





## A população Ava-Guarani

Dentro dos grupos expropriados pela Hidrelétrica de Itaipu está a população indígena Ava-Guarani. Entretanto, as remoções e realocações não iniciaram-se apenas devido a hidrelétrica, uma vez que a própria expansão das colonizadoras ao oeste paranaense já iniciavam esse processo violento. A constituição do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, que incidia diretamente sobre o território indígena, fez com que muitas famílias tivessem que ir para fora dos limites do parque (DA SILVA, 2016).

Posteriormente, isso viria acontecer novamente devido a implantação da hidrelétrica. Sendo cerca de 30 aldeias Ava Guarani que ocupavam um extenso território do oeste paranaense margeando o rio Paraná e a margem paraguaia foram expulsos de suas terras. As indenizações da Itaipu ocorreram junto aos dos posseiros, que receberiam os títulos de propriedade, além de terem que passar por uma avaliação de "indianidade". (DA SILVA, 2016).

Hoje a população indígena que permaneceu para além desses processos está limitada a uma área na margem do Lago de Itaipu, em Área de Preservação Permanente, no município São Miguel do Iguaçu. Em terra, estão cercados por áreas de plantações de antigos colonos.



"Fotografias reveladas pela Comissão Nacional da Verdade do Paraná em 2017 mostram funcionários de Itaipu posando em frente a várias casas guarani em chamas." Fonte: Reporterbrasil.org.br, 2023.

# OS CANTEIROS DE OBRAS E A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Neste ponto do trabalho trataremos dos trabalhadores que são deslocados no sentido das construções e canteiros de obras. Assim, para a construção das GOIs é necessário o deslocamento de milhares de trabalhadores(as) para essas cidades, destinados(as) a morar em vilas operárias e/ou alojamentos próximos aos canteiros de obras. São predominantemente homens, entre 18 e 64 anos, com média de 32,7 anos, com baixa escolaridade, em sua maioria casados e com filhos (SANTOS, 2011). São trabalhadores distantes de suas redes sociais, no qual, sua exploração se torna ainda mais invisibilizado no interior fronteiriço. Estes homens migram em sua maioria do Nordeste, seguidos de Sudeste e Sul, e por último do Centro-Oeste, e o principal motivo para o interesse no trabalho na construção da GOI é a necessidade financeira, a busca por melhores condições de vida e falta de oportunidades (SANTOS, 2011).

A jornada de trabalho nas GOIs é exaustiva, com turnos longos e predominantemente braçal. Uma vez que alguns canteiros podem funcionar por 24h e exigir jornadas por escalas, os funcionários acabam trabalhando em turnos noturnos e por cerca de 10 horas.

utilizando dos alojamentos apenas para dormir (SANTOS, 2011). Apesar de ser um trabalho temporário, a construção pode demorar anos e varia conforme o tamanho da obra. Em geral, conforme a pesquisa do ChildHood (SANTOS, 2011), o lazer é centrado nas conversas com os próprios amigos do alojamento, em jogos e televisão. As infraestruturas e conforto desses espaços variam de acordo com o empreendimento empresarial. Além disso, a maior preocupação com os funcionários é sobre as condições de salubridade, riscos físicos e alimentação, enquanto outras necessidades podem ser esquecidas, tais como o apoio psicológico (Figueiredo, Santos, Peixoto, 2015).

Assim, observa-se que na maior parte do tempo esses homens ficam isolados. Ainda na pesquisa do ChildHood (SANTOS, 2011), é demonstrado que há forte discriminação por parte dos moradores locais da cidade com os trabalhadores das GOIs, além de distância social e também física, caracterizada pelo afastamento dos alojamentos e vilas dos centros urbanos da cidade. Portanto, as condições de vida dentro da construção das GOIs favorecem rupturas pessoais, culturais, sociais de vínculos com as famílias e com a sociedade. A permanência nesse

contexto amplia os comportamentos de gênero e favorece outros comportamentos sexuais, atividades de lazer e vício. Dentro desses aspectos, é comum recorrer as drogas e a prostituição.

Dessa forma, para além desses fenômenos que afetam esses trabalhadores temporários das GOIs, destaca-se a migração e formação de áreas de prostituição próximas a esses canteiros de obras, desenvolvidas a partir da vulnerabilidade social de outros grupos minoritários como mulheres, crianças e adolescentes.

A prostituição se mostra intensificada em regiões de intenso fluxo de pessoas, como no caso de cidades turísticas ou por construções de GOIs. São perceptíveis principalmente pelo aumento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) nos municípios em que ocorrem esses fluxos populacionais. Outros apontamentos são o de consumo de drogas lícitas e ilícitas que também ocorrem na implantação de GOIs.

Pesquisas mostram que há: descuido na proteção sexual, principalmente associada ao consumo de álcool; aumento dos casos de DSTs/ Aids e hepatites entre a população local, por causa das relações sexuais envolvendo os turistas; incremento do mercado do sexo, incluindo tanto a prostituição profissional quanto a exploração sexual comercial; aumento das emergências médicas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas pelos turistas e intensificação do consumo dessas substâncias entre os jovens moradores (Figueiredo e McBritton, 2006; Santos e Paiva, 2007; Santos e Figueiredo, 2009). (FIGUEIREDO; SANTOS; PEIXOTO, 2015, p. 93-94).

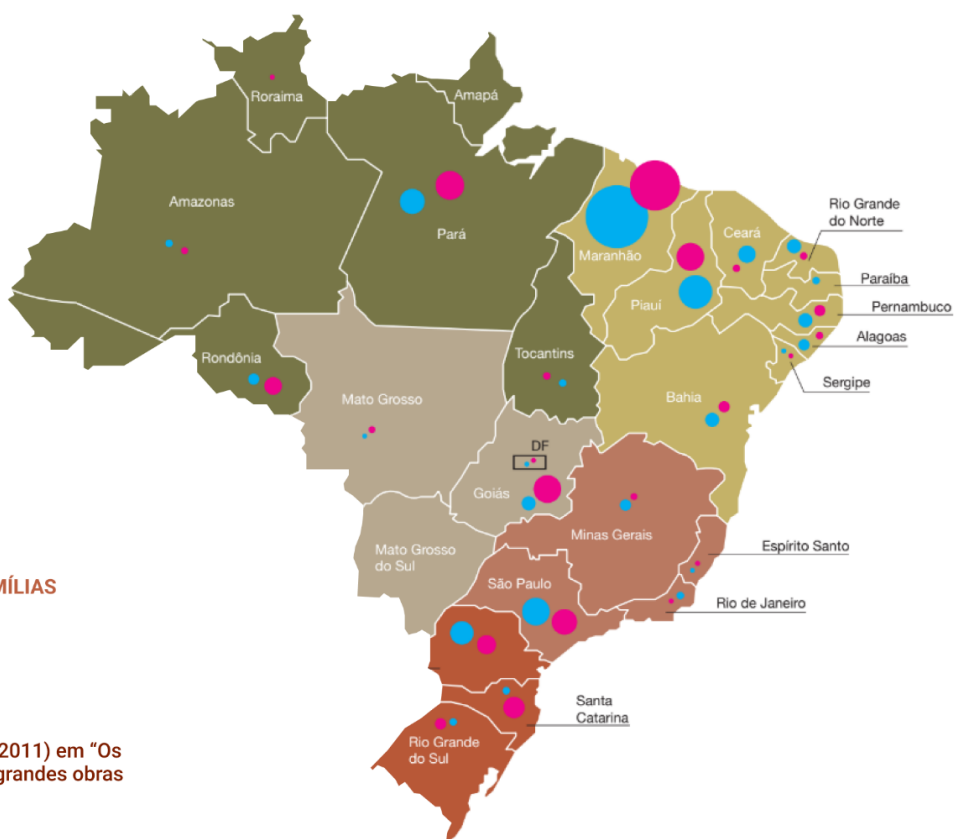
Nas localidades próximas às grandes obras, bem como nos acampamentos ou vilas temporárias onde residia o pessoal que trabalhava na construção das represas, a prostituição aumentou, embora nessas últimas tenham sido "invisibilizadas", limitadas e encobertas por causa dos controles que eram impostos nos acampamentos. (VERDUM, 2007, p. 100).

**DE ONDE SÃO AS FAMÍLIAS**

**LEGENDA**

- Onde nasceu
- Onde reside

Diagrama de Santos (2011) em "Os homens por trás das grandes obras do Brasil", ChildHood.



### USO DE ÁLCOOL, CIGARRO E DROGAS ILÍCITAS

■ Usa atualmente   ■ Já experimentou/ Usou e parou  
■ Nunca usou

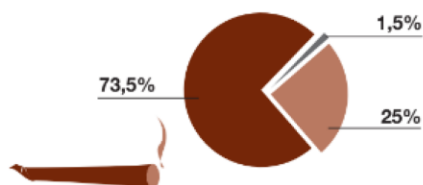
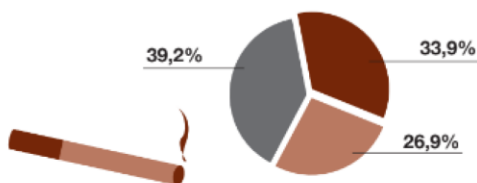
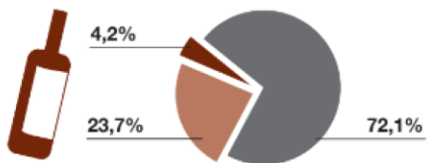


Diagrama de Santos (2011) em "Os homens por trás das grandes obras do Brasil", ChildHood.

Os abusos e a exploração sexual são pouco debatidos e ignorados nas discussões municipais e órgãos regulamentadores como um impacto das grandes obras. O que contribui para a consolidação de injustiças ambientais, segregações, violência de gênero e a consolidação desse sistema para esses grupos. Estes são espaços comumente chamados de "zona" e conhecidos pela população local. Tal qual as vilas operárias, são espaços isolados e segregados da estrutura central e formal das cidades, sendo suas dinâmicas cotidianas encobertas por anúncios de desenvolvimento urbano.

A exploração sexual de crianças e adolescentes nos arredores das grandes obras que se erguem no interior do Brasil é uma realidade incontestável. Quase 85% dos entrevistados relatam ter presenciado meninos ou meninas envolvidos no comércio sexual nas proximidades das obras, 67% dizem que os colegas pagaram para fazer sexo com crianças e adolescentes, e 25% reconhecem ter feito o mesmo. (SANTOS, 2011, p.18).

A relação entre o canteiro de obras e as zonas de prostituição mostra-se cíclica e converge a partir do deslocamento de trabalhadores, sejam eles profissionais do sexo ou das obras de infraestrutura, que atuam em condições insalubres e sob o comando institucional do poder público-privado. A falta de vínculos com o território decorrente da migração sazonal e as condições de trabalho desses trabalhadores do canteiro de obras criam espaços propícios de

ruptura com as normas e padrões comportamentais e proporcionam uma cultura de normalização da exploração sexual. (SANTOS, 2011).

A ocorrência de prostituição nos arredores das obras, assim como a exploração sexual de crianças e adolescentes, é corriqueira. Quase todos, 97,2%, afirmam que a prostituição é comum por onde andam. Costuma-se dizer que as prostitutas seguem as obras e muitas vezes chegam até antes dos trabalhadores nos canteiros. Crianças e adolescentes também estão nessa situação, afirmam 84,5% dos entrevistados. Mais da metade dos entrevistados, 57,3%, presencia ou já presenciou a exploração sexual de crianças e adolescentes. (SANTOS, 2011, p. 13).

As zonas de prostituição têm sua configuração espacial modificada conforme as necessidades e interesses de instituições, empresas ou do poder público, sendo direcionadas para locais afastados da cidade formal. Especificamente, ao anúncio de grandes obras de infraestrutura, essas zonas tendem a se deslocar para os arredores do canteiro de obras em busca da demanda ali existente. As migrações de trabalhadoras do sexo, bem como de crianças e adolescentes para esses espaços, podem ocorrer previamente à migração dos trabalhadores das obras, vindas de outros municípios, e continuam até seu ápice. A dissipação dessas áreas implica em múltiplos fatores, como o fim das obras e a demissão dos trabalhadores, pressão institucional e novas migrações, que conformam um ciclo de violência contínua e exploração sexual ao redor.

das construções de grandes obras de infraestrutura, resultando em consequências profundas nos territórios nos quais se desencadeiam.

Se, por um lado, as empresas e gestores públicos responsáveis pelos impactos das grandes obras de infraestrutura parecem buscar formas de inserção das vilas operárias e propor soluções para a mitigação dos danos superficiais provocados por esses empreendimentos, como espaços de lazer, equipamentos urbanos e mobilidade. Por outro lado, não se responsabilizam por danos como a ampliação da segregação urbana, de áreas de injustiça ambiental e de violações de direitos humanos como os polos de prostituição e exploração sexual que se conformam nas cidades atingidas, ignorando a necessidade de políticas de combate a essas problemáticas em outras escalas de análise.

Essas relações entre as GOIs e a exploração sexual vêm sendo debatidas a partir da compreensão de que as zonas de prostituição favorecem espaços de exploração sexual e desencadeiam novos aliciamentos e zonas na região afetada. Denúncias de adolescentes vítimas de exploração sexual desencadearam no estudo de caso de Altamira, cidade atingida pela UHE de Belo Monte.



A Usina Hidrelétrica de Belo Monte teve suas obras iniciadas em 2011 e concluídas em 2016, na região do rio Xingu, no Estado do Pará. Em geral há um aumento em toda a região do comércio sexual, atingindo aldeias indígenas e populações ribeirinhas na região de implantação da usina. Entre as denúncias constam situações de cárcere privado, aliciamento e tráfico sexual, que foram discutidos na CPI da Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes. (BRASIL, 2014).

De 2010 a 2011, a construção da Usina de Belo Monte, no Pará, por exemplo, fez crescer a população de Altamira de 100 mil para 145 mil habitantes, representando um acréscimo de 45% (CLAM, 2012). Segundo o Movimento de Mulheres de Altamira do Campo e da Cidade, essa vinda de trabalhadores homens contribuiu para o crescimento das notificações dos casos de exploração, abusos e violência sexual e agressão física. Os casos de abuso sexual praticamente dobraram, em termos de notificação; entre menores, passaram de 43 para 75 casos entre 2010 e 2011; e furtos, roubos e crimes de violência contra as mulheres também registraram um aumento de 28% no mesmo período (CLAM, 2012; OLIVEIRA e PINHO, 2014). (FIGUEIREDO; SANTOS; PEIXOTO, 2015, p. 92).

Apesar dos grandes impactos da implementação da UHE de Belo Monte e do consequente aumento da exploração sexual, destaca-se o esforço da população em combater e mitigar essa situação. Foram tomadas diversas iniciativas para compreender as dimensões dessas violências no território de Altamira, incluindo a realização de diagnósticos, debates

abertos e planos municipais focados na exploração sexual. Essas movimentações se dão através da gestão participativa, órgãos públicos e universidades que se articularam na construção dessas ações e políticas públicas.

Por outro lado, o contexto mais atual de Altamira e região é revelador não do apagamento da questão da infância e da juventude, mas certamente do recrudescimento das iniciativas neste campo. A criação de projetos como o Rodas de Direito, a realização do diagnóstico sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em Altamira (bem como a realização de seminários e publicações correlatos), a implementação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira e a eleição de nova equipe para o Conselho Tutelar, talvez sejam os principais elementos que demonstram a multiplicação de ações neste campo, provenientes de searas distintas da administração pública, da gestão participativa, do ativismo e, destacadamente, da universidade. (PINHO; OLIVEIRA, 2014, p. 205).

Essas mobilizações permitem que as vulnerabilidades causadas pelas grandes obras de infraestrutura não sejam apagadas, uma vez que estão sempre sendo debatidas e acompanhadas pela população. Ainda assim, destaca-se a necessidade de contrapor esse fenômeno nos processos de Licenciamento Ambiental (LA).

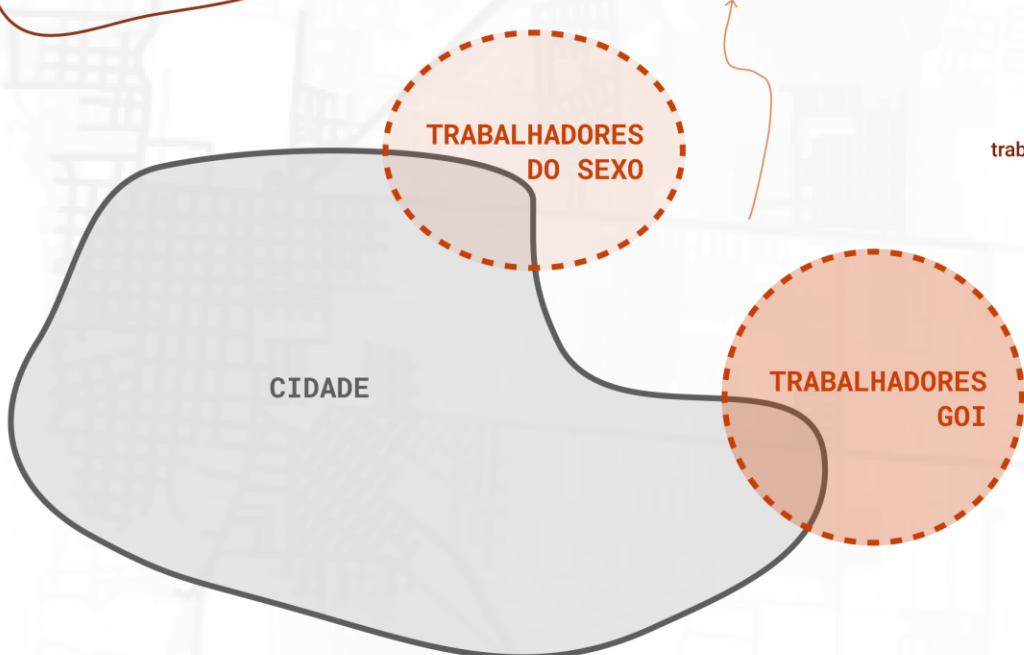
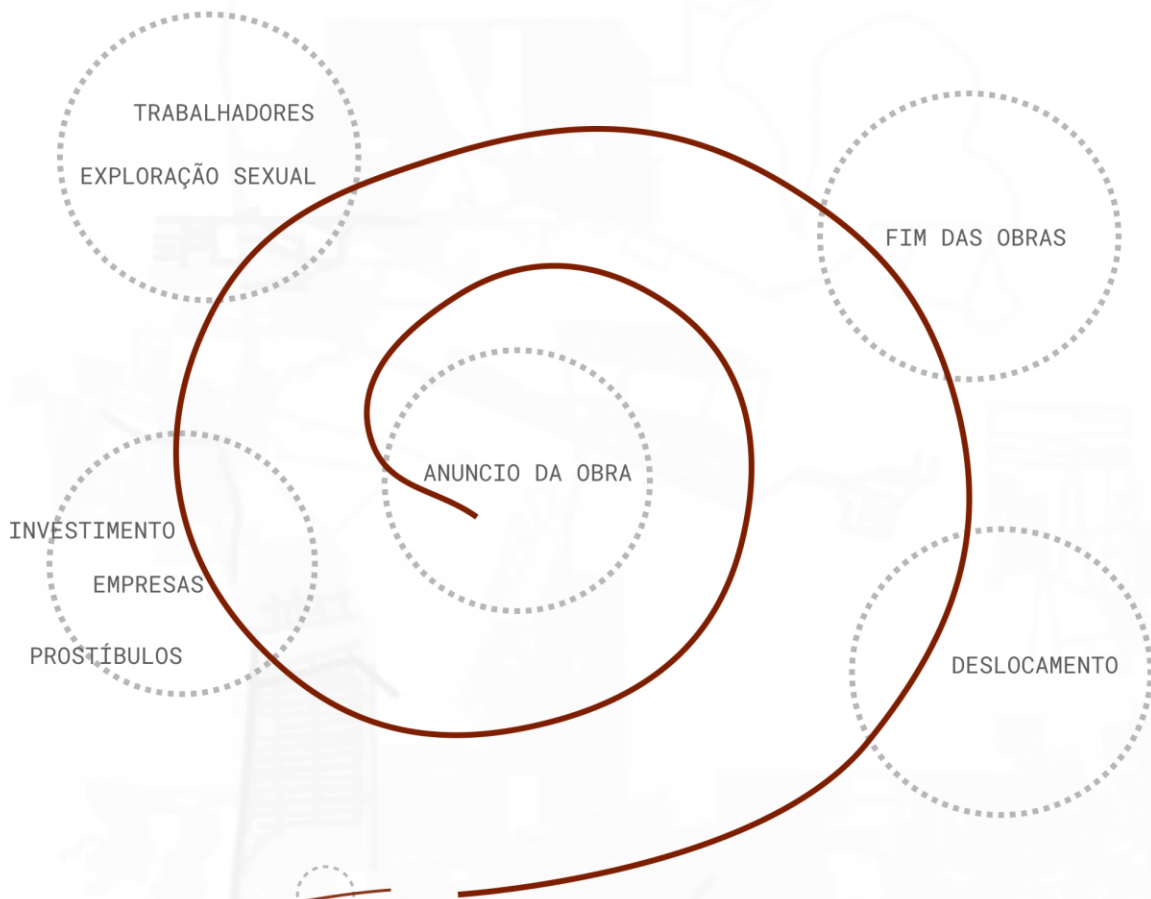


Diagrama dos ciclos de deslocamento dos trabalhadores(as) relacionados as GOIs.  
Fonte: a autora, 2023.



Imagens: portaldacidade.com  
Foz do Iguaçu. Barrageiros (contrutores da UHE de Itaipu).



# DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

Os marcos legais acerca da exploração sexual surgiram no fim da década de 1980, com a promulgação da Constituição de 1988. Nesse mesmo período, o Brasil acompanhou as mudanças e participou de congressos internacionais com o objetivo de proteger os direitos humanos, o que influenciou nas políticas internas. Um exemplo disso foi o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, no qual o Brasil foi signatário em 1996 (Scorsato, 2014).

Já as políticas nacionais de combate à exploração sexual tiveram início em 1993, quando surgiu a primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de investigar essas práticas e criar os Centros de Defesa da Criança e do

Adolescente (Cedeca) para acolhimento e proteção das vítimas junto ao Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef). A partir de diversos encontros, congressos e discussões, em 2000 surge o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que estrutura estratégias e ações. Posteriormente, em 2001 surgem os programas de combate à exploração sexual como o Programa Sentinela e o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (serviços Família Acolhedora e Centro de Referência) (SCORSATO, 2014).

Apresenta-se a seguir as principais regulamentações e políticas públicas voltadas ao combate da exploração sexual no Brasil.

# LEGISLAÇÕES

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação da EC 65/2010)

**Estupro: Art. 213.** Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 a 12 anos. § 2º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 a 30 anos.

**Violação sexual mediante fraude: Art. 215.** Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

**Assédio sexual: Art. 216-A.** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

**Constituição  
do Brasil de  
1988**

**Código Penal  
Decreto-Lei  
n. 2.848, de 7  
de fevereiro  
de 1940 e  
atualizações**

# LEGISLAÇÕES

**Estupro de vulnerável: Art. 217-A.** Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º Incorre a mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. § 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. § 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

**Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente: Art. 218-A.** Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

**Art. 218.** Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

**Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual: Art. 228.** Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. § 1º Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

**Código Penal  
Decreto-Lei  
n. 2.848, de 7  
de fevereiro  
de 1940 e  
atualizações**

**Casa de prostituição: Art. 229.** Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

**Rufianismo: Art. 230.** Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. § 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

**Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual: Art. 231-A.** Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

**Código Penal  
Decreto-Lei  
n. 2.848, de 7  
de fevereiro  
de 1940 e  
atualizações**



# LEGISLAÇÕES

**Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual: Art. 231.** Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. § 2º A pena é aumentada da metade se: I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

**Código Penal  
Decreto-Lei  
n. 2.848, de 7  
de fevereiro  
de 1940 e  
atualizações**

**Art. 34** Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

**Convenção  
sobre os  
Direitos da  
Criança –  
Decreto n.  
99.710, de  
21 de  
novembro de  
1990;**

**Art. 240.** Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracenam.

**ART. 241** Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

**Art. 241-B.** Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena: reclusão, de 1 a 4 anos, e multa.

**ART. 241-C** Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga por qualquer meio, adquire, possui ou armazena o material produzido na forma do caput deste artigo.

**Estatuto da  
Criança e do  
Adolescente  
– Lei n.  
8.069, de 13  
de julho de  
1990 e  
atualizações**

# LEGISLAÇÕES

**Art. 241-D.** Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena: reclusão, de 1 a 3 anos, e multa. Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

**Art. 244-A.** Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena: reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. § 1º Incorre nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. § 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

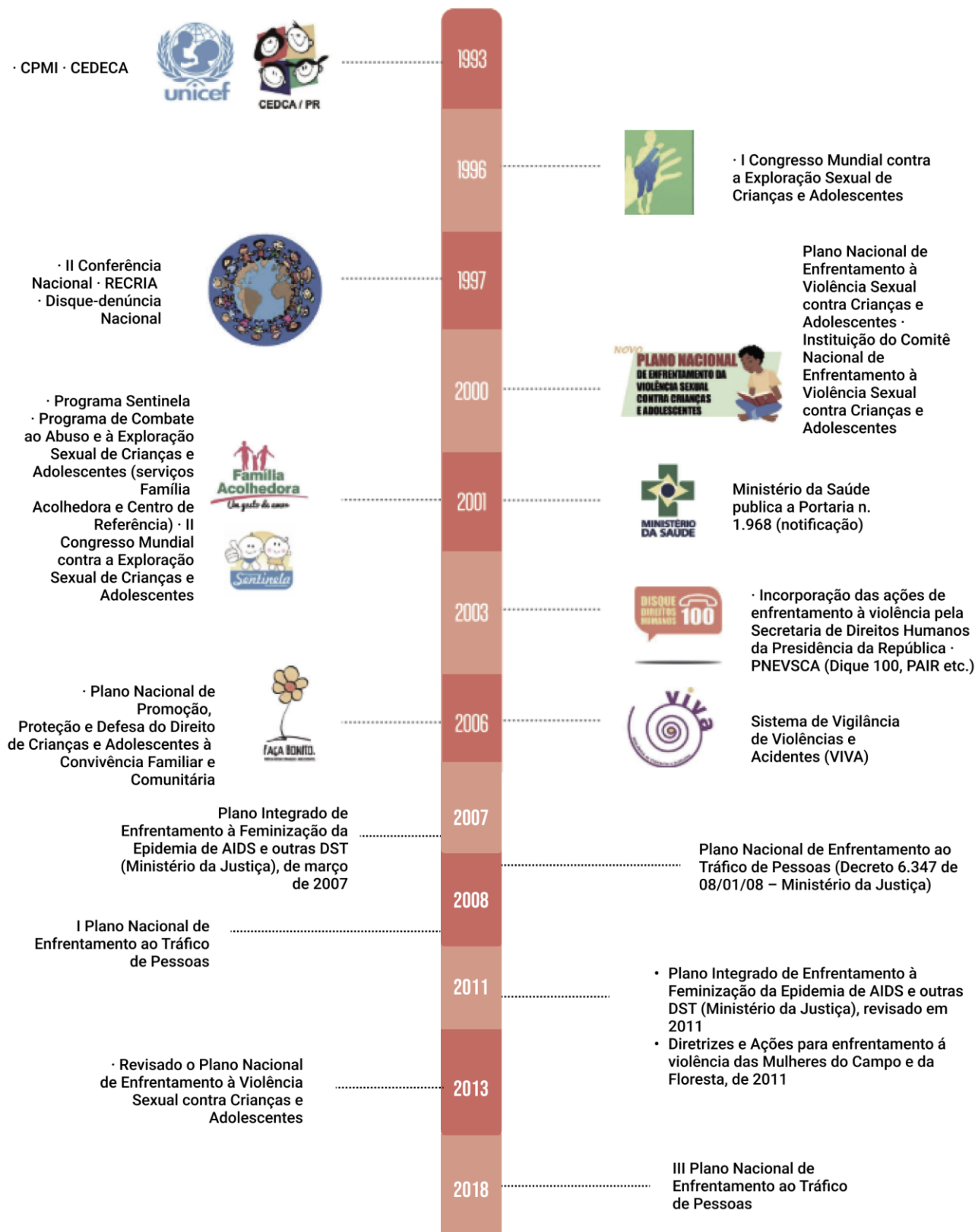
**Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e atualizações**

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança – Decreto n. 5.007, de 8 de março de 2004

Protocolo de Palermo – Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004; • Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores – Decreto n. 2.740, de 20 de agosto de 1998; • Decreto n. 5.007, de 8 de março de 2004; • Resolução n. 357, de 15 de março de 2004;

Anexo à Resolução n. 357, de 15 de março de 2004; • Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação (Convenção n. 182 da Organização Internacional do Trabalho).

# POLÍTICAS PÚBLICAS Exploração Sexual



Fonte: Linha do tempo das Políticas Nacionais de enfrentamento à exploração sexual, em SCORSATO, NATALLE, De AGUIAR (2014) em "INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E DIREITOS: enfrentamento à violência sexual em Foz do Iguaçu Iniciativa da Rede Marista de Solidariedade". Com adaptações da autora.

# Exploração sexual e Grandes Obras de Infraestrutura

Um marco importante no combate à exploração sexual em contextos de GOIs foi a 'Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes', destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2014). A comissão demorou cerca de 2 anos, de 2012 a 2014, tendo como presidente a Deputada Érika Kokay (PT/DF) e como relatora a Deputada Liliam Sá (PSD/RJ), e analisou todas as denúncias de exploração sexual registradas entre 2003 e 2011.

No relatório final da CPI, as GOIs são citadas como um gatilho para o aumento de exploração sexual, assim como os megaeventos, a infraestrutura hoteleira e aeroportuária. No relatório, são citadas as obras como a UHE de Belo Monte e a Copa do Mundo de 2014. Os parlamentares destacam a necessidade de políticas públicas voltadas para esse contexto. Também apontam deficiências na efetivação da legislação até o momento.

Finalmente, os parlamentares enfatizam a necessidade de maior atenção por parte dos agentes políticos para esses cenários (BRASIL, 2014). Em um de seus pronunciamentos, a Deputada Érika Kokay relata como

deslocamentos dessas atividades anteriormente citadas dificulta o combate a rede de exploração sexual que está constantemente migrando pelo território nacional.

O que nós vimos com esse desbaratamento do bordel que submetia as mulheres a cárcere privado, aqui falado pela Ministra Maria do Rosário, foi o deslocamento de rota. Deslocou-se. E quem me disse que não haverá deslocamento de rota para os megaeventos? Vai haver deslocamento de rota se nada for feito, como está havendo para as grandes obras. Essa menina, citada aqui pela Ministra Maria do Rosário, foi aliciada no sul do País – foi aliciada no sul do País! –, passou 4 ou 5 dias em uma van para chegar ao Pará, porque ela foi fazer parte desse deslocamento para poder atender às necessidades que se estabelecem como necessidades importantes de lazer para os homens que estão construindo Belo Monte. (BRASIL, 2014, p. 70-71).

Ademais, outro ponto importante destacado na CPI é a fala de Denise de Carvalho Campos, membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED. Ela ressalta a constituição da 'Carta de Porto Velho', documento criado a partir de discussões de redes de combate à exploração sexual (BRASIL, 2014). Este documento ressalta a importância do Estado revisar as medidas de licenciamento de mega infraestruturas para priorizar a proteção de crianças e adolescentes. uma vez que o Estado é financiador desses projetos e do modelo de desenvolvimento adotado.

Ao final, observa-se no relatório a impunidade recorrente aos crimes de

exploração sexual e turismo sexual, que se desenvolve como uma rede criminosa e muitas vezes é naturalizada, sendo vista como um problema individual. Apesar disso, o aumento das denúncias é um sinal positivo, demonstrando que há um processo de identificação dessas violências. No encerramento do relatório são apresentados os encaminhamentos da comissão e novas propostas legislativas (BRASIL, 2014). Apresentam-se algumas das propostas a seguir:

Art. 1º Esta Lei visa a tipificar o estupro de vulnerável independentemente do consentimento da vítima ou desta já ter mantido relações sexuais anteriores.

(...)

§ 5º O consentimento da vítima ou a ocorrência de relações sexuais anteriores não afasta o crime de estupro de vulnerável nem abrandam a sua pena.” (BRASIL, 2014, p. 613).

Art. 1º Dispõe sobre o funcionamento de boates e casas de espetáculo. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Esta Lei veda o funcionamento de boates e casas de espetáculo sem o alvará específico.

Art. 2º Fica vedado o funcionamento de boates e casas de espetáculo em locais com alvará apenas para bares, restaurantes e similares.

Art. 3º O funcionamento de boates e casas de espetáculos dependerá de alvará específico para esse fim. Art. 4º O desrespeito ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis, acarreta o imediato fechamento do estabelecimento e a suspensão do direito de obter alvará para esse fim pelo período de cinco anos. Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2014, p. 616).

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade a criação de um banco de DNA específico nos crimes contra a dignidade sexual contra crianças e adolescentes.

§4º Nas hipóteses de crimes contra a dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes, será criado um banco de DNA específico, contendo as informações genéticas dos criminosos. (BRASIL, 2014, p. 617).

Art. 1º Esta Lei obriga empresas a adotarem plano de combate à exploração de crianças e adolescentes em contratos para realização de grandes obras.

VI – plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no caso de contratos para realização de grandes obras.

XIX – descumprimento do plano de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no contrato para realização de grandes obras.

V – impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de cinco anos, na hipótese do inciso XIX do art. 78 desta Lei. (BRASIL, 2014, p. 629-630).

Art. 1º Esta Lei objetiva punir os postos de combustíveis em que for praticada a exploração sexual de menores de dezoito anos.

Art. 2º Os postos de combustíveis em que for comprovada a exploração sexual de menores de dezoito anos terá seu funcionamento suspenso, por até 30 (trinta) dias.

Art. 3º Em caso de reincidência, o posto terá o seu alvará de funcionamento cassado.

Art. 4º Os proprietários de postos de combustíveis cujo alvará de funcionamento for cassado ficarão proibidos de exercer essa atividade pelo prazo de cinco anos. (BRASIL, 2014, p. 643).

## Exploração sexual e Foz do Iguaçu

As políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual em contexto de prostituição em cidades de fronteira tiveram início nos anos 1990 a partir da mobilização nacional e internacional de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de ONGs e outros organismos relacionados (SCORSATO, 2014).

Um relatório elaborado por uma comissão parlamentar mista de inquérito nacional (CPMI) em 1993 investigou o tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para exploração sexual comercial. O estudo constatou que a cidade de Foz do Iguaçu, juntamente com a região da Tríplice Fronteira, é uma das áreas mais impactadas por esse crime (PEREIRA, 2010). Isso se deve, entre outros motivos, ao intenso fluxo de pessoas que alimenta o mercado sexual nessa região, conforme evidenciado pelo relatório da comissão.

Apesar da subnotificação, um estudo da Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF) de 2002 constatou que cerca de quatro mil crianças e adolescentes estariam em

Assim como o Brasil, a Argentina e o Paraguai também enfrentam dificuldades em combater esse crime devido à ausência de dados diante do subregistro, o que conseqüentemente dificulta o conhecimento das autoridades responsáveis sobre a real situação.

A falta de conhecimento da sociedade e das próprias vítimas de exploração sexual, aliada ao medo de sofrerem repressão por parte das redes de crime organizado na região da fronteira (PEREIRA, 2010). A partir dos anos 2000, as políticas públicas de combate à exploração sexual começaram a ser implantadas na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) (SCORSATO, 2014).

No que se refere à Hidrelétrica de Itaipu, sua primeira participação consta no ano de 2002, a partir da inserção na Rede Proteger no Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA). No site da Itaipu Binacional (ITAIPU BINACIONAL, 2023), podemos ver informações sobre o programa até o ano de 2014.

A seguir, apresenta-se a linha do tempo das políticas de enfrentamento da exploração sexual em Foz do Iguaçu.



- 2001**
- Início das ações de enfrentamento à violência sexual na região da Tríplice Fronteira com o Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial financiado pela OIT.
- 2002**
- Realização de estudos diagnósticos sobre exploração sexual comercial no Brasil (Foz do Iguaçu) e no Paraguai (Ciudad del Este), apresentados em um seminário trinacional em Ciudad del Este
- 2003**
- Criação dos Comitês Locais de Enfrentamento à Exploração Sexual em Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazu (AR).
  - Lançamento de campanhas de combate ao abuso e comércio sexual de crianças e adolescentes: “Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Vítimas de Exploração Sexual e Comercial” em Foz de Iguaçu, “Programa Luz de Infância, para la Prevención y Erradicación de la Explotación Sexual Comercial Infantil” em Puerto Iguazú, campanha da Rede de Combate e Prevenção à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil em Foz do Iguaçu.
- 2004**
- Conformação da Rede de Protección a la Niñez y Adolescencia de Alto Paraná no lado paraguaio da fronteira.
  - Criação do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente em parceria do município de Foz do Iguaçu, Governo Estadual e Itaipu Binacional
- 2005**
- Início do Programa Acordar, uma rede de quatro entidades que desenvolvem ações de prevenção, atenção direta, atendimento familiar e sensibilização social.
  - Encerramento do Projeto OIT/IPEC de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai.
- 2006**
- Início do Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico para fins de Exploração Sexual.
- 2007**
- Realização do Seminário de Proteção à Criança e ao Adolescente na Tríplice Fronteira.
  - Início da transição do Programa Sentinela até a implantação do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).
- 2008**
- Intervenção do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para implantar efetivamente o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Foz do Iguaçu.
- 2009-2010**
- Desenvolvimento do Programa Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no Mercosul (PAIR Mercosul).



An aerial photograph of a river valley, showing a winding river and surrounding urban and agricultural areas. A dam structure is visible in the distance, partially obscured by the text.

# **O TERRITÓRIO IMPACTADO POR ITAIPU**





## A Itaipu

A Usina Hidrelétrica de Itaipu está situada no Rio Paraná, entre Brasil e Paraguai. O rio nasce da junção dos rios Paranaíba e Grande, marcando a divisa entre os países até seu encontro com o Rio Iguaçu, na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Essa construção representou um marco com transformações significativas na região.

Após anos de discussões, em 22 de junho de 1966, o Brasil e Paraguai formalizaram o interesse em estudar a utilização compartilhada desses recursos, resultando na assinatura da "Ata de Iguaçu" (ITAIPU BINACIONAL, 2023). Nessa época, ambos os países estavam sob governos autoritários, com o Brasil sob regime militar e o Paraguai sob a presidência vitalícia de Alfredo Stroessner. Os dois buscavam consolidar suas posições no contexto internacional.

O problema de Itaipu e de toda a Bacia do Prata é basicamente um problema político, indo de encontro às estratégias geopolíticas, nas quais a defesa das fronteiras e a necessidade de desenvolvimento do país são elementos presentes na retórica dos militares, da qual Golbery de Couto e Silva foi um dos pensadores de maior influência. (RIBERO, 2002, p. 27).

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, foi resultado dessa colaboração, estabelecendo as condições para a construção e operação da hidrelétrica. Posteriormente, em 17 de maio de

e 1974, foi criada a Empresa Binacional Itaipu, com participação de 50% de cada país no capital social (Itaipu Binacional, 2012). Sob uma estrutura jurídica singular, a empresa atua sendo nem estatal tampouco sociedade anônima. A administração interna é conduzida pelo Conselho de Administração de Itaipu, enquanto o controle externo é responsabilidade da Ande, no Paraguai, e da Eletrobrás, no Brasil.

O projeto de construção foi realizado por meio de uma parceria entre o Brasil e o Paraguai, coordenada pelo Consórcio Ieco – ELC, composto pelas empresas International Engineering Company, sediada em São Francisco (EUA), e Eletroconsult, com base em Milão (Itália). A construção foi conduzida por um grupo de empreiteiras, como a Unicon no lado brasileiro e a Conempa no lado paraguaio (Itaipu Binacional, 2012).

Para tornar possível a construção de Itaipu, foi feita a desapropriação de 101.092,5 hectares, um processo que ocorreu entre 1978 e 1992. No total, foram adquiridas 8.519 propriedades, sendo 6.913 rurais e 1.606 urbanas. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas foram afetadas por esse processo. As áreas desapropriadas acabam por ter um papel importante no contexto político e econômico na administração pública da região no lado brasileiro por estar ligada ao royalties. (Itaipu Binacional, 2012).

Os royalties são a compensação da empresa pela utilização dos recursos hídricos à sociedade, são regulamentados pelo Tratado de Itaipu, assinado em 1973. Esses pagamentos estão em vigor desde março de 1985, quando a comercialização de energia teve início sendo os repasses feitos mensalmente de acordo com a quantidade de energia gerada (Itaipu Binacional, 2012). A distribuição dos royalties, no Paraguai, é de responsabilidade do Ministério de Hacienda. No Brasil, essa distribuição é regida pela Lei dos Royalties, que destina 45% para os Estados, outros 45% para os municípios e 10% para órgãos federais (Itaipu Binacional, 2012). Essa divisão é proporcional à área alagada dos municípios, garantindo que os mais diretamente afetados sejam os maiores beneficiados, em geral os que tiveram maior área ocupada pela empresa.

## As Vilas

Para a implantação da hidrelétrica optou-se por instalar alojamentos e vilas operárias que suportassem o contingente de pessoas necessárias para a execução e operação do empreendimento. Foram construídas 11 vilas operárias, sendo 3 destas no município de Foz do Iguaçu: Vila A, Vila B e Vila C. (RAMMÉ, 2018).

As vilas de Itaipu do lado brasileiro são caracterizadas pela desconexão com a cidade e pela estratificação social interna e externa a empresa, ou seja, dentro do ambiente de trabalho, bem como nas moradias. Os trabalhadores eram distribuídos nas vilas operárias, nas quais o acesso à qualidade de projeto arquitetônico, urbano, aos equipamentos públicos e de lazer variavam conforme sua classe social. A integração posterior das vilas à cidade também seguiu esse padrão: a Vila B, dos administradores e empresários, tornou-se um condomínio fechado; a Vila A, dos técnicos e setor administrativo, formou um bairro consolidado e com grande investimento da Itaipu; por último a Vila C, formada pelos operários do canteiro de obras, continuou isolada cercada por limites urbanos como as torres de transmissão e o Lago de Itaipu, sendo esse o bairro mais afastado do centro de Foz do Iguaçu.

A segmentação e hierarquização pelo padrão de habitação e infraestrutura urbana representa um duplo processo na cidade de Foz do Iguaçu: externo, como descreveu Ribeiro (2002) por meio da análise de documentos da CPT; e interno, onde se explicita a divisão social do trabalho dentro da usina entre operários, funcionários técnicos e funcionários com ensino superior. No entanto, a separação funcional dentro dos locais de atuação na hidrelétrica expandia-se para fora das dimensões laborais e se expressava de forma latente nos conjuntos habitacionais. Em outros termos, não havia segmentação e hierarquização de habitação só entre as vilas dos funcionários de Itaipu com o restante do município, mas entre as próprias vilas e até mesmo dentro de alguns conjuntos habitacionais que não eram homogêneos. (RIBEIRO, 2015, p. 26).

As diferenças de organização espacial a partir da divisão de classes sociais nas vilas operárias são evidentes. Enquanto a Vila A tinha sua localização próxima ao centro da cidade, cercada por avenidas importantes e prédios administrativos da Itaipu, a Vila C sequer tinha rede de esgoto sanitário até os anos 2000. É importante ressaltar que, apesar das diferenças de organização espacial e social entre a Vila A e a Vila B, elas ainda eram localizadas próximas uma da outra e seus moradores dividiam certos equipamentos públicos como as escolas. (RIBEIRO, 2015).

As vilas operárias de Itaipu formam um território de controle e poder empresarial. Isso é caracterizado pelo controle da organização socioespacial das vilas, bem como pelo zoneamento que tende à autonomia em relação à

cidade e segrega indiretamente os moradores da mesma, pela arquitetura classista produzida e por estratégias de 'segurança pública' exercida pela empresa sobre os trabalhadores e o território. Todas essas características demonstram a influência da Itaipu Binacional dentro do município de Foz do Iguaçu e do próprio tecido urbano, fenômeno comum à implantação de grandes obras nas cidades interioranas brasileiras definidas como cidade-empresa (PIQUET, 1998, p. 4 apud RIBEIRO, 2015, p. 31).

As transformações da Itaipu na paisagem foram muito significativas, tanto pelas vilas operárias, quanto pelos impactos ambientais do alagamento para construção do Lago de Itaipu e das expropriações. Também ocorre a necessidade de maior comércio e infraestrutura na cidade devido ao contingente populacional, bem como um maior planejamento das expansões urbanas e de tráfego.

Dentre os impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura no tecido urbano e nas populações locais, temos a segregação urbana e processos de favelização, dois dos quais valem ser ressaltados. Em Foz do Iguaçu, elas ocorrem principalmente na parte norte da cidade e iniciam-se com as expropriações anteriores à construção que afetam as populações indígenas, campesinas e as profissionais do sexo, sendo as duas primeiras para a construção do lago e realizadas à

força e a última para construção das vilas.

Ribeiro (2002) conclui que para os barrageiros, agricultores e meretrizes, a construção da usina de Itaipu produz um sentido de desenraizamento. Os trabalhadores da usina vieram de outras regiões do país, perdiam seu vínculo com seu local de origem e viviam confinados no canteiro de obras da usina, isolados do restante da cidade. Agricultores foram desapropriados de suas terras alagadas pela formação do lago de Itaipu, removidos à força de suas antigas propriedades. A "zona" (prostíbulo) sofreu duas remoções num curto espaço de tempo realizado pela Itaipu, promovendo um isolamento espacial das meretrizes, o que configura para autora, em todos esses casos, um processo de "desterritorialização", (...). (RIBEIRO, 2015, p. 22-23).

As expropriações realizadas pela Itaipu desencadearam a migração para o bairro Três Lagoas, localizado em região periférica da cidade próximo à BR-277, tanto por profissionais do sexo e bordeis quanto por moradores da área das vilas operárias. Alguns campesinos foram para o Paraguai devido à valorização da terra no lado brasileiro (RIBEIRO, 2015). Segundo Aluíso Palmar, citado por Ribeiro (2015, p. 153), posseiros e meeiros foram removidos de suas terras e levados pela Itaipu Binacional para o norte do país e depois retornaram para as favelas de Foz do Iguaçu.

Dessa narrativa de Aluízio Palmar fica evidente que os proprietários receberam uma indenização. Alguns compraram terras no Paraguai, movimento que se correlaciona ao fenômeno dos "brasiguaios". O fato mencionado



na narrativa acima não é associado à relação com a chegada dos proprietários brasileiros que compraram terras com as indenizações da Usina de Itaipu, com expropriações ocorridas do outro lado da fronteira. Fenômeno que é descrito por Catta 2009. Aluizio evidencia que os trabalhadores que não dispunham dos meios de produção, somente da força de trabalho, não receberam indenizações. Segundo ele, essa massa expropriada foi viver nas favelas, algumas que já existiam e outras foram criadas. Fica evidente em sua narrativa que a usina de Itaipu tentou deslocar parte desse fluxo para a região norte, talvez, como forma de impedir ou diminuir o processo de favelização no município, transferindo os camponeses para outra região. (RIBEIRO, 2015, p.153-154).

As expansões urbanas na região norte da cidade, influenciadas diretamente e indiretamente pela Itaipu, não tiveram acompanhamento das infraestruturas das vilas, ficando sob responsabilidade do município atender às demandas dos novos assentamentos. Além disso, a maior parte da população rural foi removida de suas terras para a construção dos novos loteamentos urbanos, estabelecendo o rompimento de vínculo com sua terra. Ribeiro (2015) destaca que ao serem inseridas no meio urbano, essas populações sofreram mudanças intensas nos modos de viver e no sustento de suas famílias, tendo que se adaptar a novas condições de trabalho e novos cotidianos no meio urbano. E, apesar da grande influência da Itaipu sobre o município, não há políticas previstas pela empresa para a mitigação desses processos de segregação urbana em Foz do Iguaçu.

Além disso, os conflitos socioespaciais da implantação da hidrelétrica, que partem do controle deste território reafirmando a condição de cidade-empresa, a Itaipu também cede espaços dentro de sua área para uso das universidades, como o projeto do campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e o centro de ensino e pesquisa Parque Tecnológico de Itaipu. As articulações em se manter estas instituições de pesquisa e conhecimento dentro de um território controlado demonstram uma tentativa de isolamento dessas atividades dos demais espaços do município. Esse é o mesmo efeito que vemos em todo o modo de organizar o território de Itaipu, a partir da fragmentação do tecido urbano, onde um não dialoga com o outro, em um território de ilhas urbanas espalhadas.

Esse tensionamento fragiliza a autonomia universitária, em especial porque a Unila enfrenta problemas em relação à sua consolidação e infraestrutura. O campus original, por exemplo, é um dos “projetos doados por Itaipu”, juntamente ao terreno, sendo este dentro de um espaço de controle binacional, localizado na margem esquerda da usina. O projeto assinado por Oscar Niemeyer teve o custo de cerca de 11 milhões, nasce/morre alheio a paisagem local e isolado territorialmente. Assim, a universidade “sem Muros e sem Fronteiras” sofreu e sofre para alcançar os seus propósitos, e isso se deve também pela interferência de uma empresa em sua constituição, onde as decisões estratégicas não foram orientadas somente pela instituição tutora UFPR em seus anos iniciais, mas pela própria Itaipu Binacional, cedendo seus quadros técnicos à Unila e, de alguma forma,

comprometendo sua autonomia.  
(ANGILELI; ASSUMPÇÃO, 2021, p. 205).


Por fim, destaca-se ainda o caráter militar da empresa e o controle dentro de Foz do Iguaçu e dos municípios envolvidos, ao demarcar territórios, estabelecer tratados, projetos e financiar obras de infraestrutura.

(...) a estrutura urbana construída pela Itaipu, ocorreu a partir da apropriação e utilização de recursos públicos (...) que eram para ser divididos entre 26 municípios da região que foram afetados pela construção da hidrelétrica, mas os recursos foram centralizados em Foz do Iguaçu. (RIBEIRO, 2015, p. 26)

Ressaltando que a Itaipu foi formada no período militar pelo financiamento do Estado. E ao se estabelecer em uma região fronteiriça intensifica-se seu papel, que para além da geração de energia está, também, o interesse estratégico da nação e empresarial de controle tecnológico e de conhecimento.

Assim, os desafios que esse processo colocou e coloca aos moradores ao formalizar a segregação espacial e indica-la e significa-la como um falso desenvolvimento, é apresentada de maneira poética por um de seus moradores, Mano Zeu. A seguir veremos mais sobre esse território e esses impactos.





**crônica de Mano Zeu,  
rapper e Dj  
iguaçuense.  
Foz do Iguaçu, 2022.**

“

A Vila A foi uma espécie de Distrito Federal de Foz. Juventude tresloucada germinada no asfalto quente dos anos 80 e 90. Enquanto seus pais passavam os dias girando turbinas de hidrelétrica, a molecada pulava de mosh nas diversões clandestinas gastando seus réus primários e usufruindo dos privilégios de ser classe média em uma cidade afundada até o pescoço na pobreza extrema. Eu vivia na favela do Jd. Paraná, nas imediações da Vila A. Eram tempos difíceis para a periferia se manter viva, não tínhamos muito do que usufruir além do movimento da música numa cidade dissonante jogada às traças. O mundo era um moinho e eu adolescente inocente de ouvidos mergulhados em sonhos, flertando com o punk, namorando o funk e tocando música eletrônica na minha favela, rincão de todos os ritmos, que adormecia com modas de viola imorríveis e despertava com hinos evangélicos arrebatando velas inteiras. As paredes do barraco sopravam melodias das mais diversas, irradiando domingos ensolarados ao samba de Bezerra e rock de Raul, executados em vinil, fita K7 e CD, nos lendários '3 em 1' da Gradiente, que embalavam corpos incansáveis em festas memoráveis regadas a cerveja barata, vinho e pinga com refrigerante. Alto e bom som duelando com o barulho dos disparos das garruchas de dois tiros que cantavam em dueto no breu das noites desoladas pelo neoliberalismo. O rock e o rap chegou na Vila A por conta de seu entorno, as famigeradas periferias que cresciam como mato em meio a uma urbanização forçada e mal planejada. As garagens do Petropão engoliam as noites estridentes distorcidas pelas guitarras e contrabaixos de baixo orçamento e as velas do Jd. Paraná gritavam versos de rap em meio a poeira vermelha que adentrava as frestas dos barracos de madeirite. Houve um tempo em que nós da favela éramos proibidos de entrar na Vila A depois do horário comercial. O bairro todo monitorado pelos guardinhas da Itaipu, só nos aceitava para trabalhar como jardineiros, empregadas domésticas, serviços gerais no mercado da Cobal e na limpeza do Floresta Clube. Éramos o bonde que ficava de fora dos lendários carnavais do Floresta, acoçados pela polícia nas ruas marginais, com seus toques de recolher e agressões físicas e verbais. O Gramadão era reduto de uma juventude muito louca entorpecida de música alternativa, mergulhada em utopias políticas e psicoativos. Fugindo das caretices familiares e dos guardinhas que pilotavam seus carros gurgel, quando pegos em flagrante com substâncias proibidas pela lei, eram rapidamente resgatados pelos pais no Centro Executivo. Ao mesmo tempo as favelas vizinhas eram e são criminalizadas e estigmatizadas, jogadas ao léu, sem grandes investimentos e abandonadas pelos planos diretores. Hoje a Vila A goza de um projeto de primeiro 'bairro inteligente' do Brasil. Apegada ao seu passado não vemos propostas de integração com seu entorno e sim a velha e estúpida segregação. Na prática, o tal bairro inteligente não vai muito além de semáforos, câmeras de vigilância e empreendimentos comerciais. Faz parte do programa Acelera Foz, que privilegia determinados setores sociais, valorizando determinados espaços em detrimento de outros. **É a velha política de uma cidade construída acima do massacre e remoção do povo originário.**”

# O território de Foz do iguaçu

Inicialmente, apresentamos a empresa Itaipu e seu local de implantação a partir de um olhar estratégico e político. Agora, apresentamos a formação do município, que vem antes da hidrelétrica, e seu desenvolvimento local a partir do marco dessa GOI.

A cidade de Foz do Iguaçu nasceu a partir da colônia militar instalada em um território de tríplice fronteira com Porto Iguaçu, Argentina, e Ciudad del Este, Paraguai, território esse dos povos Guaraní. Em 1914, Foz do Iguaçu tornou-se um município e logo começou a aproveitar os recursos naturais para o interesse turístico, apesar de manter a exploração de madeira e erva-mate como pontos fortes de sua economia. A partir de 1930, houve o interesse em aumentar a população do oeste paranaense, para o qual o Estado

incentivou as migrações dos estados do Sul para a cidade. Foi delimitado o Parque Nacional do Iguaçu e o Primeiro Batalhão da Fronteira, caracterizando os interesses estratégicos da nação para a região. (RAMMÉ, 2020)

A expansão urbana e consolidação desse tecido, no qual destaca-se a formação de comércios, serviços, loteamentos acontecem a partir de 1960. Período marcando por diversas obras de infraestrutura voltadas para a relação comercial com os países vizinhos, como a BR-277, o Aeroporto Internacional e a Ponte da Amizade. Assim a cidade caracterizava-se por um traçado urbano ortogonal concentrado na parte sul, entre a BR277 e a Avenida das Cataratas. (RAMMÉ, 2020).

Com a implantação da Hidrelétrica de

Itaipu acontece uma explosão urbana em Foz do Iguaçu com o porcentual de taxa de crescimento de 300% (RAMMÉ, 2020). O canteiro de obras aloca-se no extremo norte da cidade e conseqüentemente suas vilas operárias ficam em direção a BR-277, formando um grande eixo longitudinal que influenciou nas futuras expansões urbanas de toda essa área da cidade, ao longo dos anos.

A explosão demográfica não apenas atinge Foz do Iguaçu mas também as cidades vizinhas, como Cidade do Leste, que recebeu vilas operárias de Itaipu, Porto Iguaçu e demais municípios lindeiros. Intensificam-se, portanto, as infraestruturas voltadas para o escoamento de mercadorias e o setor logístico, constitui-se o agronegócio na região oeste paranaense, formando um aglomerado transfronteiriço. (CARDOSO; MOURA, 2017).

(...) As obras de Itaipu marcaram, portanto, o início de um novo momento histórico na ocupação dessa porção do território, com repercussão na orientação dos vetores de expansão da ocupação nesses espaços de fronteira, estabelecendo progressivamente novas relações com os principais centros urbanos nacionais e internacionais. (CARDOSO; MOURA. 2017, p. 80).

As configurações socioespaciais deste território que articulam relações de interesse nacionais e internacionais em processo contínuo de expansão de influência, por meio do Parque Nacional do Iguaçu e da Itaipu Binacional, aumentam os fluxos populacionais na

região e atraem ainda mais investimentos do mercado e obras de infraestrutura e tecnologia para a região. A partir do uso corporativo desse território interiorano e fronteiriço sobrepõem-se interesses estratégicos nacionais, internacionais, turísticos, logísticos, do agronegócio e comércio que ditam as principais formas de uso do espaço geográfico.

O aglomerado transfronteiriço no qual se encontra Foz do Iguaçu também é conhecido como Metrópole Trinacional, com mais de 1 milhão de habitantes distribuídos em um grupo com "8 municípios: dois no Brasil, cinco no Paraguai e um na Argentina" (ANGILELI, ASSUMPÇÃO, 2021, p.201). Essa região metropolitana com constante circulação de pessoas e produtos tem parte no setor da educação que é uma atividade crescente na fronteira nos últimos 30 anos. Isso se dá com a implantação de universidades públicas e faculdades privadas tanto no lado brasileiro, quanto paraguaio, que intensificam os fluxos sazonais na região e fomentam novas produções acadêmicas de conhecimento e tecnologias.

Como pode-se observar, a região de Foz do Iguaçu tem seu território sobreposto por diversos usos e atividades onde se materializam em dinâmicas complexas de fluxos e apropriações. As hierarquias que determinam esses usos são verticais e estão sujeitas aos interesses e estratégias de mercado que vêm de grandes empresas e do Estado. Sendo

assim, sua urbanização e planejamento urbano ocorre de forma a prevalecer os desejos dessas grandes corporações em detrimento de partes da população e suas necessidades, que se desenvolvem à margem dessas escolhas. Além disso, é preciso considerar o grande fluxo de migração sazonal no território transfronteiriço que acontece pelo turismo, obras de infraestrutura, comércio, universidades e por atividades ilegais, como o tráfico de drogas, de mercadorias e pessoas, que são dinâmicas também hierarquizadas ao se pensar planejamento e a apropriação do território que constituem a cidade formal e informal.

Cria-se, então, um cenário de conflito para conciliar os interesses locais aos planejamentos em grande escala, que se somam à pouca mobilização da população local, desarticulada devido aos intensos processos de violação de seus direitos. Isso é evidente na própria implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que desapropriou as populações indígenas que viviam no local, hoje ocupado pelo lago de Itaipu, e nas subsequentes desapropriações e processos de favelização decorrentes da implantação de obras de infraestrutura e projetos do setor turístico, entre outras violências.

Em meio a essas especificidades, também destacamos os desafios comuns aos dois territórios sobrepostos no que diz respeito ao acesso à terra. As disputas fundiárias compõem a gênese desses dois territórios e em diversas escalas: I) entre países, como na Guerra da Tríplice Aliança; II) entre posseiros, povos originários e grandes e

mpreendimentos de infraestrutura, como na implantação da Itaipu Binacional; III) entre posseiros, povos originários e o agronegócio com a mecanização do campo; IV) entre os grandes projetos de requalificação urbana e turística e os moradores(es) de favelas e de ocupações da região. (ANGILELI; ASSUMPÇÃO, 2021, p. 202).

O processo de favelização em Foz do Iguaçu tem grande influência da Itaipu Binacional a partir de sua implantação, quando ocorrem as expropriações para a construção do lago e de suas vilas operárias. (RIBEIRO, 2015). Posteriormente, esses processos decorrem do aumento populacional em curto período de tempo, aliado à especulação imobiliária na região central, o que vai estimular o surgimento de loteamentos nas bordas da cidade e próximos aos recursos hídricos. A diminuição do espaço disponível para a construção desses loteamentos também é um fator que corroborou para a ampliação do tecido urbano e do mercado imobiliário ilegal, assim como as migrações de populações paraguaias e brasileiras nesses processos entre os dois países (RIBEIRO, 2015). Além disso, Ribeiro (2015) coloca que os assentamentos informais na história de Foz do Iguaçu se interligam ao desenvolvimento do comércio informal e de áreas com morfologias menos favoráveis ao setor imobiliário, como encostas e áreas de proteção ambiental.

Nesse sentido, há diversas formulações que justificam que o desenvolvimento urbano da área central do município se deu de costas para o Rio Paraná, como forma de ocultar ou camuflar essas comunidades. Creio que esse processo

de velamento corresponde fundamentalmente à ocultação da relação de dependência econômica do município com o comércio não oficial, que se associam às margens do rio anteriormente a ocupação desse território por essas comunidades no desenvolvimento das práticas relacionadas ao contrabando, atividade econômica importante na região. (RIBEIRO, 2015, p. 166-167).

Compreende-se, portanto, que o planejamento de Foz do Iguaçu se dá de modo a conformar uma cidade formal e informal com dinâmicas econômicas que se materializam no território trinacional. A cidade formal pode ser entendida como parte das áreas de influência da Itaipu Binacional, principalmente suas vilas e parte do que são os corredores turísticos, nos quais é distribuída a maior parte dos equipamentos de lazer, infraestrutura e participação nos planos de desenvolvimento urbano da cidade. Trata-se da materialização do conceito de cidade-empresa e cidade-mercadoria (ANGILELI; ASSUMPCÃO, 2021), que se sobrepõem a uma cidade informal, caracterizada por populações socioeconomicamente vulneráveis e que são excluídas dos benefícios ou produtos dessas atividades da cidade formal.

No esquema a seguir, temos uma análise da região a partir do conceito de cidade-empresa. Observamos que há transformações no modo de controle exercido no território pela empresa no período de construção/implantação e no período de operação e formalização de sua influência.

Dessa forma, vemos que Foz do Iguaçu, como já discutido, é afetada por uma variedade de conflitos de poder. Dentro da dicotomia da cidade formal e informal, surge a questão da prostituição na cidade, que se sobrepõe aos vários cenários relacionados à fronteira: à usina hidrelétrica, ao crime organizado e ao turismo.

Nas próximas páginas, com o objetivo de melhorar a compreensão, apresentamos cartogramas em linha do tempo da formação das favelas e dos focos de prostituição em comparação à expansão do tecido urbano e à influência da hidrelétrica na segmentação do território. Buscamos espacializar a dicotomia da cidade formal-informal que se desdobra pela região.

Além disso, apresentamos um diagrama-síntese da linha do tempo entre a construção da hidrelétrica e a formação da Zona de prostituição em Foz do Iguaçu, de modo a estabelecer conexões.



# Análise a partir do conceito de cidade-empresa

- Segunda ponte Brasil-Paraguai
- Estudo de Requalificação da Margem brasileira da Itaipu Binacional
- Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu
- Projeto Beira Foz
- Corredor Bioceânico

1970

## vilas de itaipu

Vilas construídas para os trabalhadores e construtores da UHE de Itaipu (em área da UNIÃO a partir de concessão de aforamento). Caracterizadas por residências, sistema viário, equipamentos públicos de saúde, educação e lazer financiados pela empresa. Nesses espaços identifica-se o controle do uso do espaço e do acesso a ele por parte da instituição/empresa proprietária.

agência:  
Privada

as áreas públicas (e sua manutenção) são transferidas para o município.  
"integração"

2023

## planos de paisagem

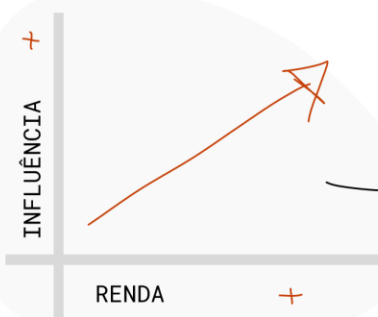
Projetos urbanos e de paisagem criados pela empresa (em parcerias público-privadas) para o município, abrangendo ou não as regiões das "antigas vilas" e sendo multiescalar. Caracterizados por uso de termos como revitalização e da atuação de escritórios de arquitetura externos. São apresentadas propostas de modificações da paisagem a partir do zoneamento, da implantação de vias e novos empreendimentos com objetivo de valorização imobiliária/turística/empresarial.

agência:  
Políticas públicas

pessoas  
CAPITAL

Deslocamento

DESTERRITORIALIZAÇÃO  
REMOÇÕES



- Disposição nas vilas
- Tipologia de moradia
- Autonomia no território
- Decisões de planejamento

Fonte: a autora (2023).

## Cartograma

# ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE DISTINTAS CONFIGURAÇÕES

Fonte: a autora (2023).

Elaboração a partir das referências:

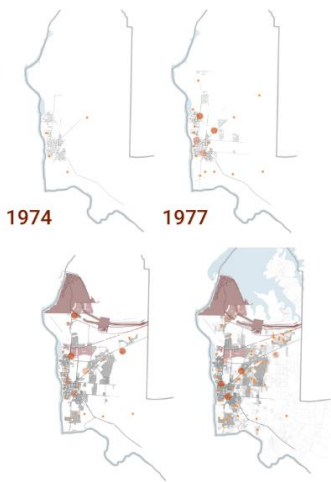
Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

Assentamentos irregulares:

Belém (2022).

Polos de Prostituição:

White(2010).



### LEGENDA

- Lago
- Hidrografia
- Itaipu Binacional
- Furnas
- Via A(1), Vila B (2), Vila C (3)
- Pontos de prostituição primário
- Pontos de prostituição secundário
- Assentamentos irregulares
- Perímetro municipal
- Traçado urbano 1974
- Traçado urbano 1977
- Traçado urbano 1979
- Parcelamento do solo 2023

1974

## Cartograma

# ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE DISTINTAS CONFIGURAÇÕES

Fonte: a autora (2023).

Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

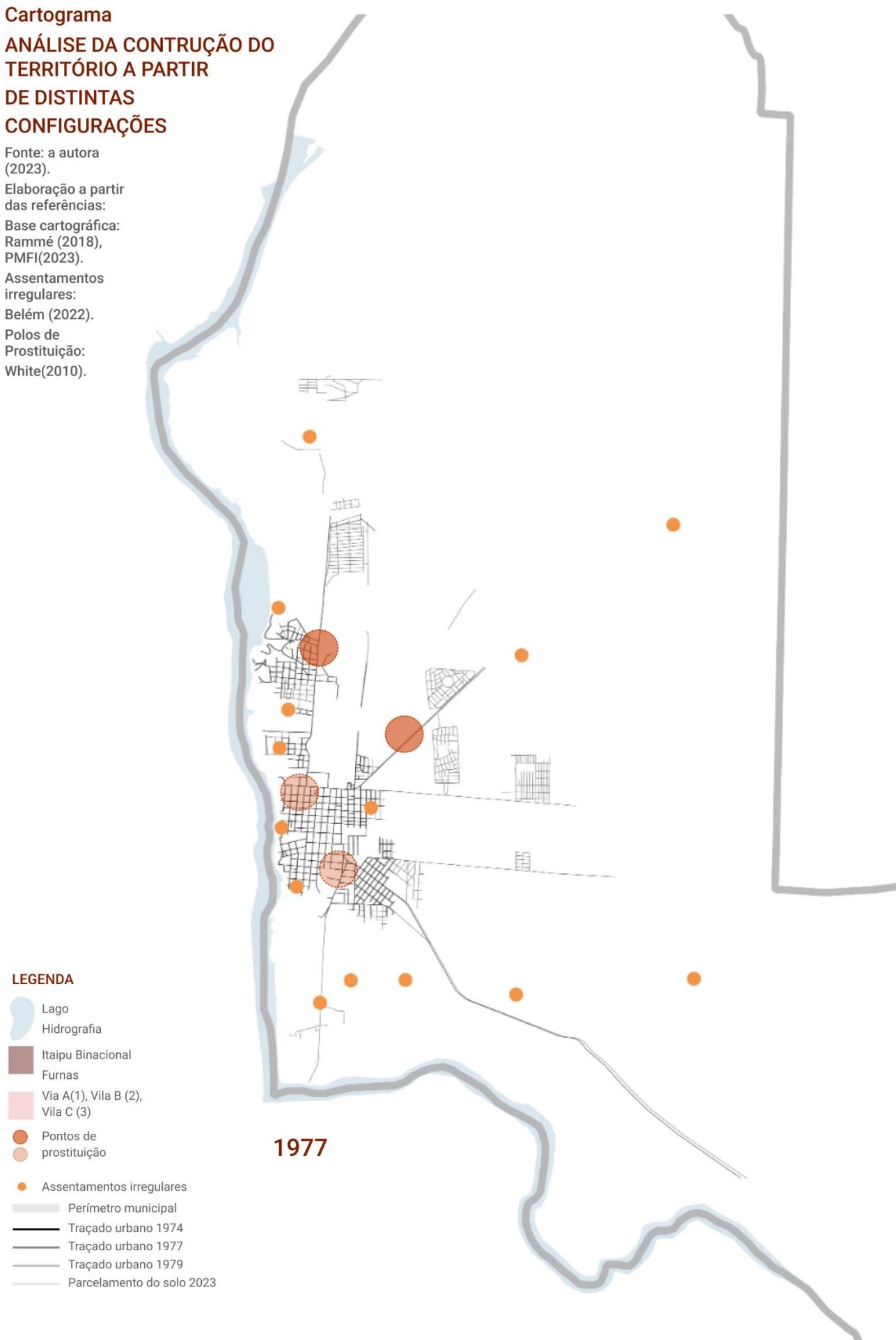
Assentamentos irregulares:

Belém (2022).

Polos de

Prostituição:

White(2010).



### LEGENDA

- Lago
- Hidrografia
- Itaipu Binacional  
Furnas
- Via A(1), Vila B (2),  
Vila C (3)
- Pontos de  
prostituição
- Assentamentos irregulares
- Perímetro municipal
- Traçado urbano 1974
- Traçado urbano 1977
- Traçado urbano 1979
- Parcelamento do solo 2023

## Cartograma

# ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE DISTINTAS CONFIGURAÇÕES

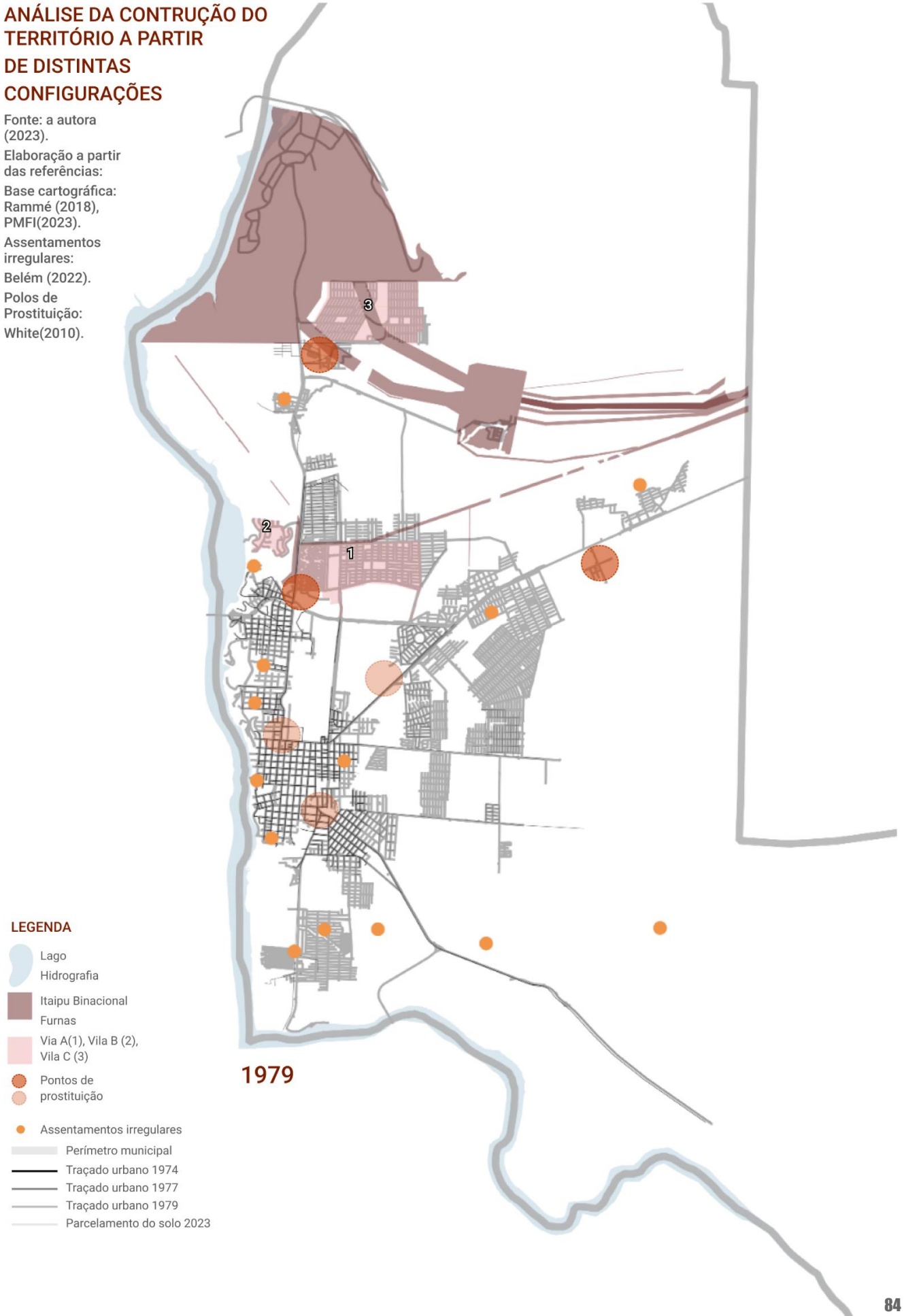
Fonte: a autora (2023).

Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

Assentamentos irregulares: Belém (2022).

Polos de Prostituição: White(2010).



## Cartograma

# ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DE DISTINTAS CONFIGURAÇÕES

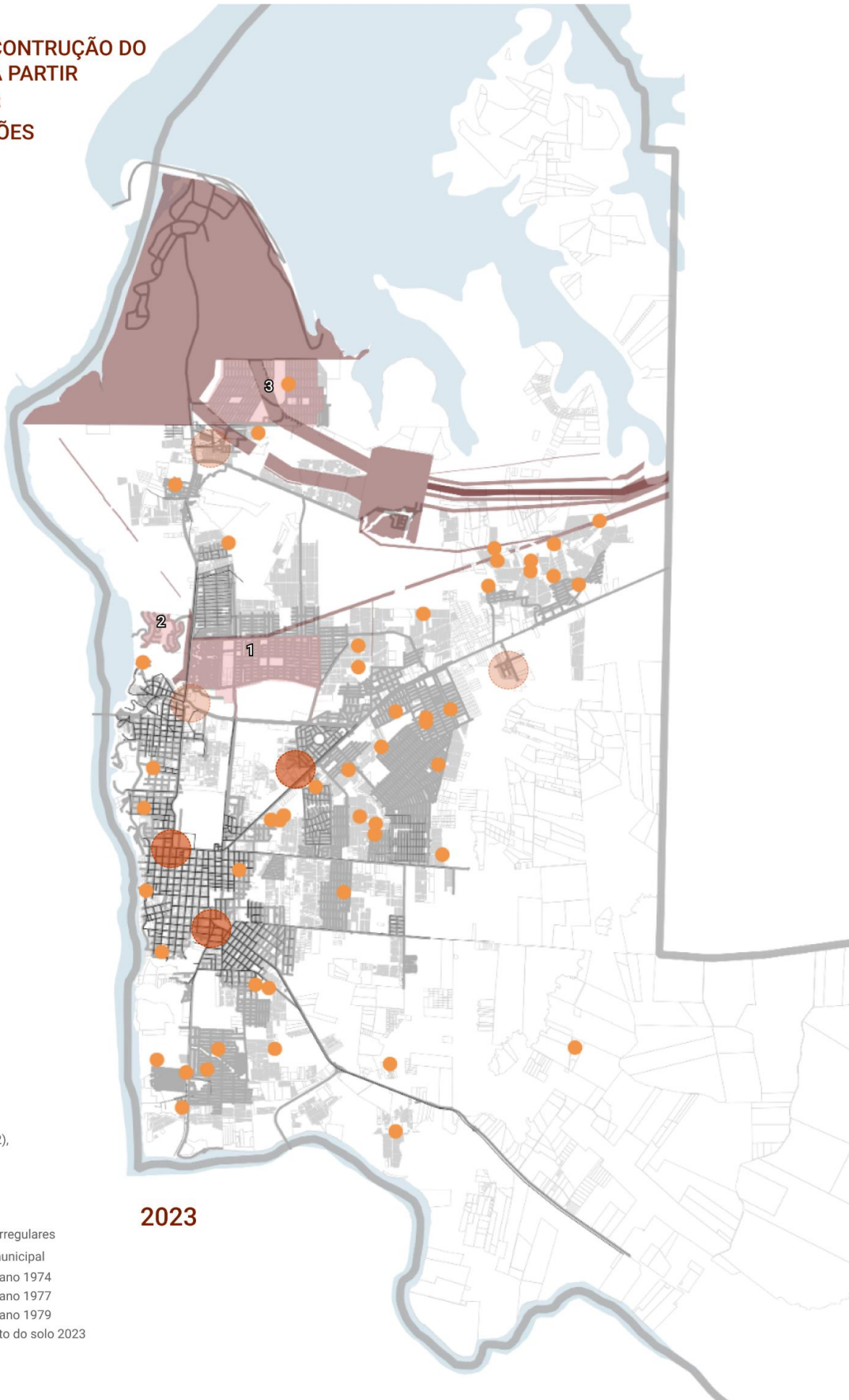
Fonte: a autora (2023).

Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

Assentamentos irregulares: Belém (2022).

Polos de Prostituição: White(2010).



2023

### LEGENDA

- Lago
- Hidrografia
- Itaipu Binacional  
Furnas
- Via A(1), Vila B (2),  
Vila C (3)
- Pontos de  
prostituição
- Assentamentos irregulares
- Perímetro municipal
- Traçado urbano 1974
- Traçado urbano 1977
- Traçado urbano 1979
- Parcelamento do solo 2023

Governo Lula

Plano Real

RECESSÃO ECONÔMICA

RECESSÃO ECONÔMICA

"MILAGRE ECONÔMICO"

Turismo - Logística - Polo Universitário<sup>2</sup>Compras e exportação - Muamba - alta do dólar<sup>2</sup>Construção da Usina Hidrelétrica<sup>2</sup>extração de madeira e erva mate<sup>2</sup>

2010

Início das políticas de combate a exploração sexual

**Penitenciária Estadual em Foz do Iguaçu**

2000

Aumento da violência e criminalidade

**Penitenciária Estadual em Foz do Iguaçu**

1990

\*Demissão em massa dos trabalhadores atuantes na construção da UHE

**1993 - 1º Cadeia Pública em Foz do Iguaçu**

1980

**TRÊS LAGOAS**  
10.000 mulheres<sup>1</sup>

construção da barragem 1974-1984

**BR277 CENTRO**

1970

ZONA DE PROSTITUIÇÃO

825 crianças sem pai na certidão de nascimento<sup>1</sup>

**+3.400 Hab**  
população foz<sup>2</sup>

4.280 crianças sem pai na certidão de nascimento<sup>1</sup>

**+102.000 Hab**  
população foz<sup>2</sup>

**A zona é dissolvida e atinge a cidade<sup>1</sup>**

**+74.000 Hab**  
população foz<sup>2</sup>

7.605 crianças sem pai na certidão de nascimento<sup>1</sup>

**+84.000 Hab**  
população foz<sup>2</sup>

**+206.000 Hab**  
população foz<sup>2</sup>

# diagrama-síntese

\*Diagrama elaborado durante a pesquisa, apresenta datas aproximadas de modo a compreender os aspectos em diferentes escalas. Referências:

<sup>1</sup> The Intercept, 2021.

<sup>2</sup> PDDIS, 2016, p. 84.

Fonte: a autora (2024).

Prostituição de menores em hotéis por pessoas de influência

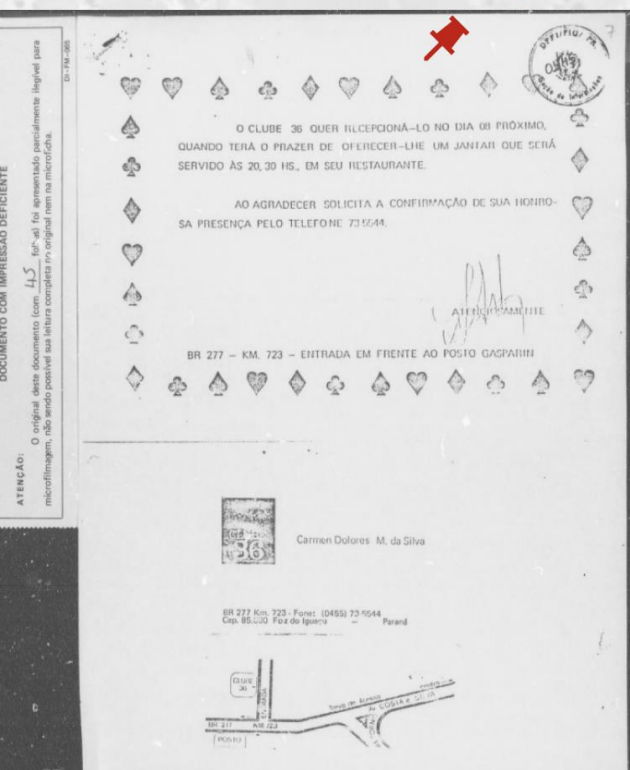
Este trabalho tem como foco a zona de prostituição formada na região do Três Lagoas relacionada à implantação da Hidrelétrica de Itaipu. Entretanto, é importante mencionar que há outras formas de exploração sexual atuantes na fronteira trinacional.



## EXPLORAÇÃO SEXUAL

Cassinos e clubes clandestinos e a política iguaçuense

Tráfico de mulheres para prostituição internacional



que o delito está sendo praticado. Na segunda metade da década de 90, por exemplo, os jornais passaram a informar sobre o tráfico de mulheres brasileiras para bordéis no Paraguai, através da fronteira em Foz do Iguaçu. Meninas eram levadas, de suas casas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, dentre outras, com falsas promessas de bons empregos, para serem exploradas sexualmente em cidades paraguaias na fronteira com o Brasil. Utilizando-se do mesmo ardil, traficantes conseguiram levar muitas brasileiras para Espanha. Essas mulheres foram escravizadas em casas de prostituição e ficaram sem condições de retornar ao país até que a imprensa ao divulgar o fato acabou por gerar a libertação delas.<sup>50</sup>

(f) Rede da indústria do turismo: agências de viagem, hotéis, spas/resorts, taxistas, transporte do turista.

"... em Foz do Iguaçu, de acordo com a pesquisa de campo, os motoristas de táxi têm um acordo com as casas de prostituição, que funciona da seguinte maneira: o cliente escolhe a moça que deseja (que algumas vezes é menor de idade) através de álbuns de fotos... em seguida a moça é contatada e o motorista de táxi vai apanhá-la para a realização do programa..." (Relatório Região Sul)

Fonte: LEAL, Maria Lúcia, 2002.

Fonte: a autora (2023).





# O canteiro de obras

Para a construção da hidrelétrica, foi necessário o deslocamento dos barrageiros, os 40 mil trabalhadores que vieram para o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na época o maior canteiro de obras do mundo (RIBEIRO, 2002). Esse é um dos importantes deslocamentos na região que abordaremos neste trabalho, antes de discutir a situação das trabalhadoras do sexo.

Os alojamentos dos barrageiros ficavam isolados da cidade e incluíam dois cinemas, espaços de lazer e esportes, escolas de alfabetização e um centro comunitário com comércio e serviços. Havia o interesse de manter os barrageiros entre esses espaços e o canteiro de obras, impedindo-os de criar vínculos com o território.

Esses homens solteiros eram alojados em dormitórios em formato de H, com seis pessoas por dormitório. Em vez de usar seus nomes de batismo, eles eram identificados por números em seus crachás (RIBEIRO, 2002). Outra característica importante era o fato de serem trabalhadores 'acostumados ao trabalho em usinas' (RIBEIRO, 2002).o ciclo que compõe os trabalhadores de

canteiro de grandes obras de infraestrutura.

Os alojamentos dos trabalhadores eram isolados do restante das obras. Homens e ruas eram identificados por números. Este isolamento espacial talvez fosse um componente que dificultasse a sociabilidade com as pessoas do lugar. De acordo com dados divulgados pela Itaipu, os solteiros dividiam entre si 1.648 quartos dos alojamentos instalados no canteiro de obras. No auge da construção, até seis homens dormiam nos beliches dos vários alojamentos em forma de "H". Aos sábados, os varais do lado de fora ficavam coloridos pela roupa lavada pelos próprios trabalhadores (Cf. Informativo Unicon, 1980). (RIBEIRO, 2002, p. 60).

O ambiente de trabalho desses homens era caracterizado por ser intenso, com turnos de até 24 horas, pouca transparência de informação e segurança precária. Tudo estava sob controle da empresa, que contava com seu próprio aparato policial para monitorar os trabalhadores, garantindo uma dinâmica de trabalho de natureza militar para aumentar a produtividade (RIBEIRO, 2002). A Itaipu Binacional estabelecia regras rigorosas de trabalho, que eram fiscalizadas por seus agentes internos. Os trabalhadores viviam sob uma legislação própria da

instituição binacional, adaptada para garantir a produção e evitar reivindicações. Por se assemelhar à configuração de uma grande empresa e ainda ser binacional, ela restringia a divulgação de informações fora de seu território, e essas informações só eram discutidas muito depois do término da obra, com base nos relatos dos barrageiros, conforme demonstrado por Ribeiro (2002).

Os alojamentos ficavam próximos à usina e o mais distantes possível da cidade, muitas vezes se misturando ao próprio canteiro de obras. A circulação desses homens no território, portanto, era limitada e se estendia apenas até as zonas de prostituição do município, presentes no bairro Três Lagoas.

À noite, muitos peões “davam um pulo” no “pé inchado”, como eram chamadas as boates. Muitos faziam parte do percurso a pé. Devido à enorme distância, no dia seguinte o resultado era o inchaço nos pés, e daí a denominação. As “zonas” eram um dos únicos locais freqüentados pelos barrageiros, uma vez que dificilmente circulavam pela cidade. No depoimento de Amaro Gaspar, pode-se perceber que a circulação nos espaços urbanos era bem demarcada: “Nossa relação com a cidade era só a zona, nas trocas de turno. Dentro do canteiro nós tínhamos tudo, até cinema. Nós só saímos pra aprontar: ir na zona” (Entrevista, 1998). (RIBEIRO, 2002, p. 60).

Note-se que essa zona de prostituição era frequentada principalmente à noite e durante as trocas de turnos pelos barrageiros, parecendo ser uma das atividades permitidas pela Itaipu, ocorrendo fora dos limites do canteiro de

obras e do alojamento.

A exclusão dos trabalhadores em relação à cidade era perceptível para eles próprios, que se sentiam como forasteiros. Assim, por terem um círculo social restrito, desenvolveram uma cultura comum durante a construção da Usina. Tinham apelidos associados a características físicas ou animais, os quais eram utilizados até mesmo para nomear pratos durante as refeições. A comunicação e a cultura dos trabalhadores estavam enraizadas na experiência vivida no canteiro de obras, e possuíam seus próprios dialetos, contos e senso de humor. Além disso, compartilhavam conhecimentos práticos adquiridos durante o trabalho, valorizando a experiência em contraste com a educação formal.

No próximo subcapítulo, abordaremos a formação da Zona de Prostituição em Foz do Iguaçu, onde as trabalhadoras do sexo se deslocavam para a cidade em busca de trabalho, um local frequentado pelos funcionários da hidrelétrica.



# Exploração sexual e a zona de prostituição

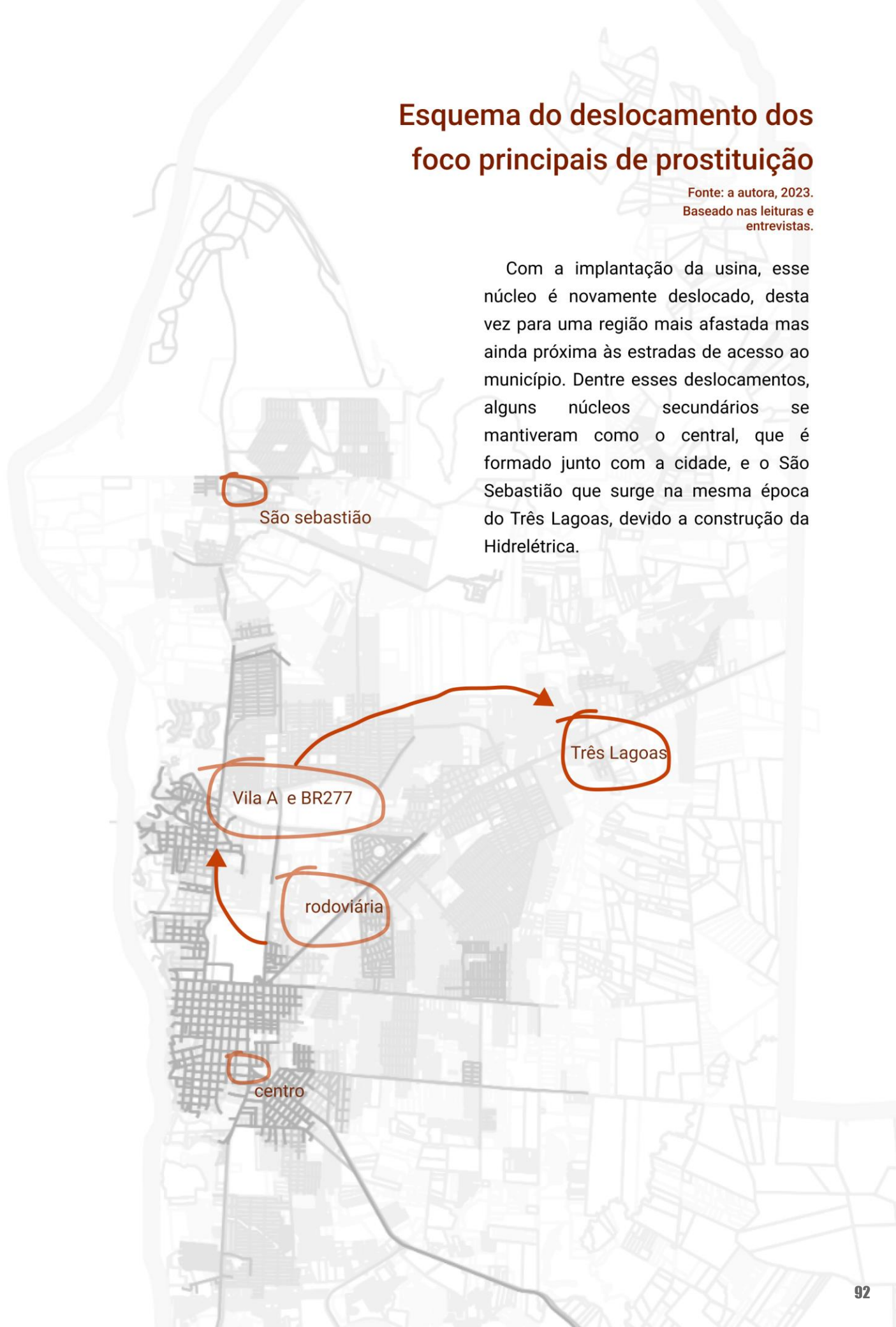
O bairro Três Lagoas fica próximo à BR-277, que atravessa o município de Foz do Iguaçu, e foi o principal foco de prostituição no período de construção da usina. Também conhecido como “A Zona” e considerado uma zona de tolerância de prostituição, essa área que ficava dentro do bairro continha a maioria das casas de prostituição e boates de Foz do Iguaçu. Segundo uma reportagem do Intercept (2021), aproximadamente 10.000 mulheres trabalharam na Zona e durante o período de construção da hidrelétrica registraram-se cerca de 4.280 crianças sem pai na certidão de nascimento.

Segundo White, há uma mudança brusca no perfil da prostituição fronteiriça com a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (WHITE, 2010). As antigas áreas de prostituição localizavam-se no local que hoje é a rodoviária de Foz do Iguaçu, formando um pequeno núcleo inicial, que depois se deslocaria para um segundo núcleo na região que viria a ser a Vila A, acima da BR-277, como esquematizado a seguir.

## Esquema do deslocamento dos foco principais de prostituição

Fonte: a autora, 2023.  
Baseado nas leituras e  
entrevistas.

Com a implantação da usina, esse núcleo é novamente deslocado, desta vez para uma região mais afastada mas ainda próxima às estradas de acesso ao município. Dentre esses deslocamentos, alguns núcleos secundários se mantiveram como o central, que é formado junto com a cidade, e o São Sebastião que surge na mesma época do Três Lagoas, devido a construção da Hidrelétrica.



Com a construção das vilas operárias, a Itaipu viu interesse na área do segundo núcleo de prostituição, já que a Vila A era um projeto de vila permanente, diferente da Vila C, no qual se pretendia integrar posteriormente a cidade. Assim sendo, as autoridades locais expropriaram as casas de prostituição existentes ali e influenciaram seu deslocamento para área rural do município, onde nasceria o bairro Três Lagoas, ainda mais distante do centro urbano e delimitado pela rodovia (WHITE, 2010). A ideia de manter uma zona de tolerância parecia favorável aos agentes do território para os interesses dos novos trabalhadores que chegavam na cidade e para o comércio sexual que se desenvolvia na fronteira, optando-se assim pela escolha de um lugar que julgava-se adequado. Na época, sob o governo militar entendia-se que a prostituição deveria estar isolada. O bairro Três Lagoas fica a 10 quilômetros do centro da cidade, próximo ao limite do município de Foz do Iguaçu com Santa Terezinha de Itaipu.

The exact role of Itaipú Binacional in the wholesale removal and relocation of the prostitution zone is not clear, though local residents have long speculated that company officials not only bought out proprietors, but also gave them free land for a new zone. Clearly, company and city officials understood the necessity for a zone of tolerance that was sufficiently removed from the city center, easily accessible from the highway, and ample enough to contain the number of houses required to service the thousands of male dam workers that would soon descend upon the borderlands. (WHITE, 2010, online).

A partir desses processos criaram-se dois espaços dentro do bairro Três Lagoas que se dividia em parte residencial e parte da área de prostituição. A parte residencial é a que comporta moradores expropriados de onde seria construído o lago de Itaipu, o Distrito de Alvorada do Iguaçu, e outras regiões da cidade a partir de 1990. Já a zona é separada pela BR277 e é o local posteriormente escolhido para a implantação “das três penitenciárias do município”. (RIBEIRO, 2015).

A Zona era um dos locais mais frequentados durante o período de construção da Hidrelétrica de Itaipu e mantinha-se aberta durante o dia e a noite. Tornou-se um atrativo para populações vulneráveis da região e profissionais do sexo que vinham para trabalhar nas mais de 30 casas de prostituição do bairro. A origem dessas mulheres era diversa, muitas vindas de Santa Catarina bem como do Paraguai. Uma das entrevistadas por Maria de Fátima (RIBEIRO, 2002), relata ter 12 anos quando começou a prostituir-se, enquanto outras vinham já em seus 20 anos.

Tanto os locais quanto o público das boates sofrem mudanças com a chegada da hidrelétrica de Itaipu. A casas noturnas que eram frequentadas por turistas nacionais e internacionais passam a ser lotadas com os barrageiros em sua grande maioria, entretanto é narrado nas diversas entrevistas a frequência de oficiais e

cargos altos do empreendimento. Quanto à relação aos construtores em entrevista a Ribeiro (2002), é relatado que as mulheres da zona precisavam estar constantemente atentas, uma vez que havia ocasionalmente casos de violência física além de casos de homicídios contra as prostitutas. Destaca-se que elas utilizam nomes de profissão o que dificulta o monitoramento ainda que houvesse a intenção de fazê-lo por parte da polícia. Ademais esses comportamentos violentos podem ser em parte atribuídos as condições sociais dos barrageiros considerando que a reclusão intensificava os padrões de gênero e a desterritorialização diminuía seu senso de inclusão na sociedade na época. Entretanto, é importante considerar os preconceitos e estereótipos da população em geral para com as prostitutas.

Segundo Ribeiro (2002), nas casas havia uma rede social ativa, com cerca de 20 a 25 mulheres que trabalhavam e residiam lá. Elas estabeleciam códigos de convivência e apoio mútuo. Em relação ao cuidado do corpo, quando engravidavam, buscavam assistência de parteiras. Esse conhecimento, transmitido oralmente, era bem entendido pelas mulheres mais velhas.

Dessa forma, com a expansão da prostituição criou-se um sistema complexo de controle dessas profissionais do sexo, com o interesse na prevenção das ISTs, elas ganhavam

documentos de licença para trabalho que eram gerenciados pela delegacia do município. Essa regulamentação contava com taxas, multas, corrupção e coerção, muitas vezes, sendo assim a Zona sempre se manteve sob os olhos de guardas e militares (WHITE, 2010). Além disso, o controle das “carteirinhas de bailarinas” era feito a partir da realização de exames periódicos que ocorriam nas próprias delegacias. Dessa forma evidencia-se o controle não somente ao seu território mas sob seus corpos.

Apesar de conviver com os inúmeros casos de coerção das instituições e dos perigos que muitas vezes apresentavam os clientes, as mulheres da Zona não se intimidavam. Conforme os relatos (RIBEIRO, 2002), tinham liberdade, eram altivas em suas reivindicações e postura o que dificultava acesso a cidade, uma vez que contradiziam o papel da mulher à época. Assim, a própria população formalizava a segregação social no qual diferenciava a cidade a partir de uma dicotomia de gênero, criando fronteiras para não enxergar o outro lado.

O começo da decadência da Zona de prostituição se deu por vários motivos, dentre os quais a intenção de diminuir a fama que o local tinha. Segundo o White (2010), pode se considerar alguns casos de violência envolvendo funcionários de Itaipu, a perda do poder de compra destes funcionários, o aumento de ISTs que era divulgado pelas mídias locais e a

expansão urbana em direção ao bairro Três Lagoas pressionou a saída de casas de prostituição. (WHITE, 2010).

Em RIBEIRO (2002), vemos que os donos das casas de prostituição atrelam o fim da Zona às demais gestões públicas que teriam permitido a integração da prostituição à cidade. Além disso é considerado os próprios barrageiros os culpados pelo surto de ISTs entre as profissionais do sexo, que isoladas da cidade tinham que recorrer a diversos métodos de tratamento.

Observa-se o processo de segregação da prostituição e das trabalhadoras do

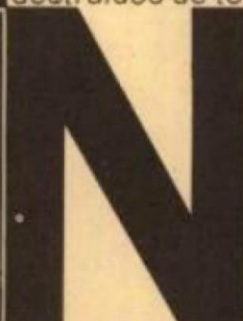
sexo em Foz do Iguaçu em questões de infraestrutura e acessos à cidade, até que pudessem ser consideradas extintas da cidade, se igualando aos próprios limites das penitenciárias. O Três Lagoas é uma região caracterizada por receber as populações que sofreram as remoções, constituindo um aglomerado periférico de 38 bairros com baixa infraestrutura e equipamentos públicos (RIBEIRO, 2015). A zona encontra-se limitada até mesmo de sua própria região, bem como ocorreu aos barrageiros, quando cessado o período de serviço, foram abandonados a sua própria sorte.



Fonte: Acervo particular de Maria Romana. Via Ribeiro (2002) em "Memórias do concreto : vozes na construção de Itaipu".

**"Tem um alemãozão meio tarado que dá banho de champagne em nós"**

A Zona de Meretrício de Foz do Iguaçu, expulsada por Itaipu para Três Lagoas, é para muitos um tabu e para outros um ponto de algazara, festa e bestialidade. O desprezo, o desrespeito humano são as palavras que melhor expressam o tratamento dispensado pela sociedade às prostitutas. O relato que segue pode não acrescentar nada ao que todos sabem sobre isso. Mas uma zona de meretrício é sempre o motivo para pensar sobre o que se chama de "valores humanos" - ameaçados, quando não destruídos de todo.



Fonte: Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, n° 5, 07 a 14 de janeiro de 1981.p.12. Via Almeida (2019) em "O que a pedra não canta, o jornal enuncia: o discurso do Jornal Nosso Tempo sobre a prostituição em Foz do Iguaçu (1980-1985)".





são sebastião

três lagoas

Foto aérea (mosaico) de Foz do Iguaçu, 1979, com a identificação de zonas de prostituição relacionadas a Itaipu e citadas nas entrevistas.  
Fonte: Itaipu.

A seguir apresentam-se trechos da entrevista com Aluísio Palmar e Valdir Sessi. O primeiro trabalhou no Jornal Nosso Tempo por 15 anos, sendo esse um veículo de imprensa alternativo que atuou de 1980 a 1994 contrario à ditadura. Aluísio indicou a entrevista com Valdir, que participou Centro de Direitos Humanos de Foz do Iguaçu (CDHFI).

Os dois apresentam visões diferentes da Itaipu Binacional e prostituição. De qualquer forma fica evidente as marcas no território em suas falas.

“

(...) com que eu falei agora há pouco de que Foz do Iguaçu, ela sempre teve essa característica. De ser um lugar assim, o lugar da corrupção, dos órgãos públicos, ainda mais naquela época. Essa corrupção, então, fomentava essa facilitação das casas de prostituição se entendeu? Por exemplo, (...) Então você sabe a Vila A, ela não tem um mercado municipal? estão construindo ali. Antes de Itaipu, ali ficava uma grande região da prostituição. Na região do Boyci, também eram uma grande região de prostituição, isso... isso no período pré Itaipu. Quer dizer, existia a prostituição e não tinha nada que ver com a Itaipu. Entendeu, a Itaipu, a grande obra que é objeto do seu estudo, apenas ela fomentou e fez com que as casas de prostituição se adequassem ao novo público”.

“(...) uma das coisas que eu discordo é da Itaipu favorecer a prostituição, entendeu? A Itaipu ela não aceitava, mas tolerava porque não tinha como ser diferente, as casas de prostituição como um cartão de visita da obra. Na Vila São Sebastião, onde tem um ginásio agora. Não sei se você chegou a olhar ali. Ali como eu te disse foi uma sessão, as outras sessões das casas de prostituição era a região do Três Lagoas, que ainda tem algumas ruínas.”

“A Itaipu investia nessas casas de prostituição, e fazia e fazia blitz, como se fosse um órgão policial. Entendeu? Mas ela ia ali não para fomentar para que o trabalhadores ficar, os operários da empreiteira ficasse mais sossegado, não. Ela ia ali mesmo para fazer com que complicasse a permanência dele na casa de prostituição”

“(....) por exemplo, na região de Três Lagoas. A prefeitura, assim, meio que ameaçada pelo Conselho de Segurança Nacional, no início da construção, ela foi forçada a deslocar as casas de prostituição desses lugares que te falei de início e mandar para Três lagoas, mandar para outros lugares, principalmente para Três Lagoas, porque eram distantes da cidade e facilitava o controle melhor desse pessoal. Então, o que aconteceu com isso? Ela em vez de ajudar, ela criou um lugar violento, violento de morte, um lugar sem infraestrutura, um lugar onde o poder público só chegaram para cobrar tributo, mas não fiscalizada com outras coisas. Eventualmente forneciam carteira de saúde, eventualmente, para mulheres. Mas então ela cria um impacto, bem lembrado que você está estudando. Nós tiramos o problema dum lugar e concentramos todo o problema em outro, onde fica mais fácil, a meu ver a corrupção. Você deve ter visto o Arquivo Nacional. E você vê que, em determinado momento, o relatório em que o a pessoa, o relator que faz a pesquisa para enviar para o Conselho de Segurança Nacional, fala assim: "olha a Itaipu está deslocando as casa de prostituição, a Itaipu juntamente com a prefeitura, estão fomentando esse deslocamento das casas de prostituição no lugar x pra um lugar y e um lugar não sei que não sei o que". Então, isso era uma forma, tirava o problema da vista da grande obra. Assim das pessoas que chegavam para obras e as autoridades colocavam em outros.”

**Valdir Sessi**  
**Historiador**

“

*Antes de Itaipu o que acontecia aqui é que acontece em todas cidades pequenas, ou porte médio. Uma prostituição desorganizada, bastante desorganizada, com profissionais do sexo, geralmente vindas, oriundas do campo.”*

*“(…) Com a vinda da lavoura de café, e com o fim da pequena propriedade rural, dos meeiros, (inaudível) e final de todos os parceiros que trabalhavam em parceria com os donos de propriedade, quando entrou a mecanização, esses agricultores saíram do campo, vieram para as cidades. E Foz do Iguaçu sempre foi uma cidade que atraiu devido a ponte com Paraguai essa coisa toda e esses agricultores em cheio, encheu a periferia, e foram criadas primeiras favelas aqui da cidade. A vinda das favelas também só engrossou a prostituição na cidade de Foz do Iguaçu, onde a maioria das mulheres era de origem do campo, de mãos calejadas, prostitutas de mãos calejadas. Com a vinda da Itaipu, essa prostituição que estava, que acontecia nos bairro. Em casas de bairro ou em casas mais diversas. Na vila Yolanda havia casas de prostituição, mesmo no centro da cidade, em frente ao batalhão. Havia casa de prostituição, havia casas de prostituição perto da ponte, no Vila Portes. Ou seja, muito desorganizada e esparramada, digamos, a prostituição na cidade organizado. A prostituição passou a ser organizada e passou. Eu não sei se passou a ser planejada, mas organizadas sim. Então a prostituição foi confinada numa região delimitada na chamada Três Lagoas. Então surgiu a ZBM, zona de baixo meretrício da região de Três Lagoas. A partir daí, (inaudível) até a entrada da Itaipu nesse negócio todo, as mulheres não eram controladas. E as doenças venéreas eram comuns. No entanto com a Itaipu, as mulheres eram obrigadas a usar uma carteirinha de saúde, essa carteirinha de saúde era dada na delegacia de polícia. Eu nunca entendi isso, o que tem haver polícia com saúde pública? Mas as mulheres tinham que ir na polícia. Não sei de quanto em quanto meses para renovar carteirinha de saúde. De vez em quando a polícia dava batida na zona de baixa meretrício, para ver quem tinha que não tinha feito a renovação. Essa renovação, muitas vezes para feitas exame médico, era simplesmente para carimbar, era um simples carimbo. A única zona de baixo meretrício que fugiam da região de Três Lagoas foi a zoninha do pé inchado. Essa isso surgiu onde atualmente está à vila de São Sebastião. Próximo da Vila C. Havia também a prostituição mais elitizada. Como vieram trabalhadores altamente qualificados. Muitos vieram da Suécia. Muitas vieram da Noruega, dos seus países, então bem desenvolvidos.”*

**Aluísio Palmar**  
**Jornalista**

“

*“Estes trabalhadores qualificados, ganhavam bem, eles frequentava boates. Surgiram muitas boates uma quantidade imensa de boates, aí as mulheres eram mais qualificadas para atender este público. Ou seja, acontece que se você analisar vai ver que em todas as cidades ou regiões onde foram construídas barragens de hidrelétricas aconteceu o mesmo processo da organização da prostituição pelas empresas. Oficialmente, Itaipu nunca assumiu esse tipo de comportamento. Quando eu fui fazer pesquisa, o arquivo da Itaipu. Eu estava pesquisando desaparecidos políticos. Meu foco era os desaparecidos políticos. Mas eu comecei a mexer com muitos documentos da polícia empresarial que seria da guarda de Itaipu e da Unicom.*

*“E os boletins de ocorrência, muitos boletins de ocorrência, eu encontrei nos arquivos da Itaipu Binacional, no Departamento de Pessoal e no arquivo da Guarda de Itaipu. Boletins de ocorrências de polícia. Eu encontrei muita coisa de famílias que denunciavam seus maridos ou vizinhos. Porque, na verdade a Itaipu sempre foi uma bolha durante... sempre não, durante um bom período até 1990. Era uma bolha, a vila A e vila B eram bolhas, pessoas viviam confinada, não tinham contato com o mundo exterior. Ficavam doidas para voltar, só queriam terminar a obra e ir embora. Havia muitos problemas dentro da comunidade e tudo ia parar na guarda, que tinha conhecimento de tudo isso aí e fazia seus relatórios, seus boletins de casos de família. E esses boletins já encontrei muitos no arquivo da Itaipu, onde mostra que a própria guarda da Itaipu entrava dentro da zona de meretrício, para fiscalizar o comportamento barrageiros. Ou seja, era permitido mas também eles cuidavam muito da imagem da empresa, principalmente. E quando havia exame médico é lógico que o barrageiro era submetido ao exame de doença venérea. Isso aí o sistema médico da Itaipu, controla periodicamente, todo barrageiro é submetido a exames de saúde.”*

**Aluísio Palmar**  
**Jornalista**



# Exploração sexual e a segregação socioespacial

Observamos que a região de Três Lagoas possui uma formação histórica marcada por processos de segregação socioespacial. Dentro desse contexto, destaca-se a antiga zona de prostituição, que foi objeto de intensos deslocamentos ao longo do tempo (WHITE, 2010). A transferência dessa Zona ocorreu na década de 1970, integrando-a ao então bairro que acolhia os expropriados de Itaipu.

A maioria das residências estava localizada na área que, atualmente, corresponde à Vila A. De forma semelhante ao ocorrido em Alvorada do Iguaçu, não havia um decreto de utilidade pública que respaldasse as remoções; estas eram conduzidas por meio de "negociações" e contratos de compra e venda. As "indenizações" eram direcionadas aos proprietários, ou seja, os donos das boates.

O processo de construção da usina teve início em 1974 e, já em 1975, o procedimento de aprovação do loteamento da área estava em tramitação na prefeitura conforme verificado em pesquisas realizadas no acervo da PMFI. Nessa época,



Foto aérea (mosaico) de Foz do Iguaçu, 1979. Fonte: Itaipu.



**1974** traçado urbano  
perímetro urbano 1975

**1977** traçado urbano  
perímetro urbano 1975

**1979** traçado urbano  
perímetro urbano 1975

#### LEGENDA

	Perímetro Municipal Vigente		Parcelamento do solo 2023
	Traçado urbano 1974		Perímetro Urbano Vigente
	Traçado urbano 1977		Perímetro Urbano Histórico
	Traçado urbano 1979		Região conhecida como Três Lagoas
	Parcelamento do solo 2001		

os prefeitos estavam todos afiliados ao exército, dada a condição da cidade estar situada em uma faixa de fronteira.

Na região, poucos antigos moradores ainda permaneciam, e os novos habitantes eram provenientes das áreas rurais, sujeitos a processos de expropriação. No entanto, a mudança de localização das casas de prostituição provocou a eclosão de novos conflitos. Os moradores passaram a se dividir entre a margem direita e a margem esquerda da BR277.

Para se distanciarem das boates, os antigos moradores das áreas rurais começaram a se organizar em uma pequena vila. Esse movimento resultou em um isolamento cada vez mais evidente, que deu origem à zona, caracterizada, sobretudo, pela discriminação de toda a cidade.

Ao designar um espaço específico para a prostituição no bairro, esta se tornou a principal característica da qual os moradores almejavam se desvencilhar.



**1979** traçado urbano  
perímetro urbano 1991

**2001** traçado urbano  
perímetro urbano 1999

**2023** traçado urbano  
perímetro urbano 2020

## EVOLUÇÃO DO TRAÇADO URBANO E PERÍMETRO URBANO - FOZ DO IGUAÇU

Fonte: a autora (2023).

Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica: Rammé (2018),  
PMFI(2023).

Uma das tentativas foi a mudança do nome do bairro, o que não veio a acontecer (WHITE, 2010).

Assim, observa-se que Três Lagoas abrange uma extensa região, nomeada dessa forma para diferenciá-la do que era considerado o perímetro urbano do município. Essa distinção é percebida ao analisarmos a evolução do tecido urbano da cidade no mapa acima. Inicialmente, havia somente o núcleo central, mas a partir da década de 1970, temos o surgimento dos núcleos urbanos das vilas de Itaipu e de Três Lagoas.

Portanto, a partir das pesquisas

realizadas no acervo da PMFI, vemos que dentro da região de Três Lagoas se constituem outros núcleos urbanos de fato. É nessa região que os loteamentos Três Lagoas e o Parque Três Fronteiras são desenvolvidos, marcando os primeiros núcleos urbanos da região. O segundo loteamento corresponde à antiga zona, para onde as casas de prostituição foram transferidas. Ambos os loteamentos foram construídos fora do perímetro urbano, embora tenham tramitado na prefeitura, como veremos a seguir na planta de aprovação do Loteamento Três Fronteiras.



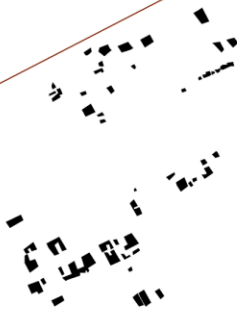
Núcleo urbano  
Três Lagoas



**CHEIOS E VAZIOS**

Fonte: a autora (2023).  
Mapa de cheios e vazios a  
partir de Fotografia Aérea  
de 1979.

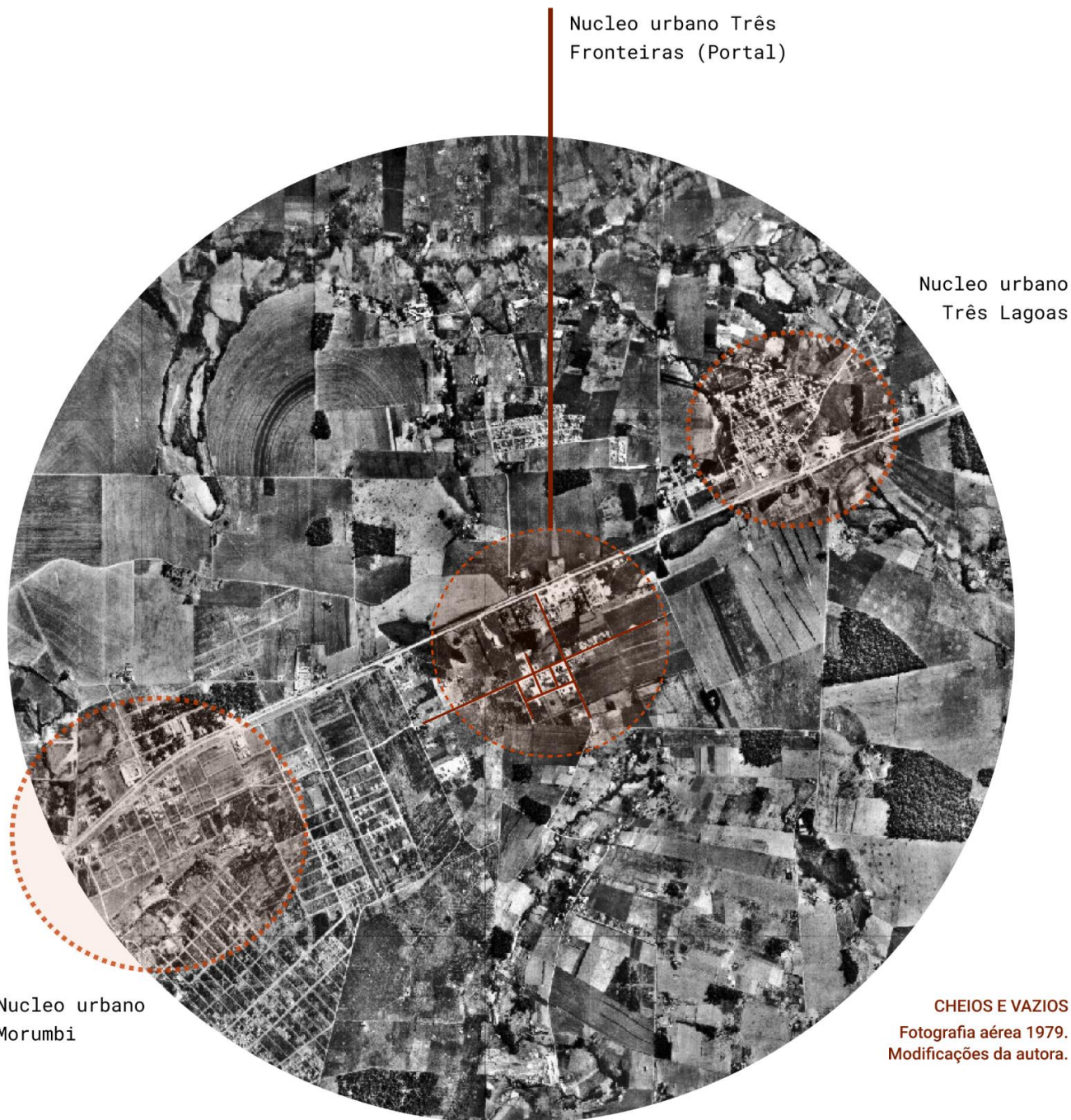
BR277



Núcleo urbano Três  
Fronteiras (Portal)

Pode-se afirmar que grande parte da população expropriada provinha das áreas rurais. No entanto, o loteamento Parque Três Fronteiras não apresentava as dimensões adequadas ao local de implantação, como lote rural, como apontado por um dos despachos da Divisão de Urbanismo da PMFI no processo de aprovação do Loteamento, em anexo a esse trabalho. Além disso, no mesmo despacho de 1975, é destacado que a localização solicitada correspondia a uma zona prevista para comércio atacadista e industrial.

A partir do mapa de cheios e vazios obtido por meio de fotografias aéreas de 1979, podemos observar as diferenças entre os núcleos urbanos. O Três Fronteiras segue um padrão ortogonal, com edificações maiores que parecem ter um coeficiente de aproveitamento superior em relação ao tamanho dos lotes. Em contraste, o traçado do Três Lagoas é mais orgânico e parece acompanhar a topografia. As edificações são consideravelmente menores se comparadas ao núcleo anterior, além de estarem mais espalhadas, com os lotes menos ocupados. É possível concluir que, nessa época, o Três Fronteiras apresentava características mais marcantes de um núcleo urbano consolidado, enquanto o Três Lagoas ainda mantinha resquícios de uma configuração rural.



Núcleo urbano Morumbi

Núcleo urbano Três Fronteiras (Portal)

Núcleo urbano Três Lagoas

**CHEIOS E VAZIOS**  
Fotografia aérea 1979.  
Modificações da autora.

Nas imagens aéreas a seguir destacamos os núcleos urbanos dessa região até então rural. Posteriormente, destacamos o traçado viário dos

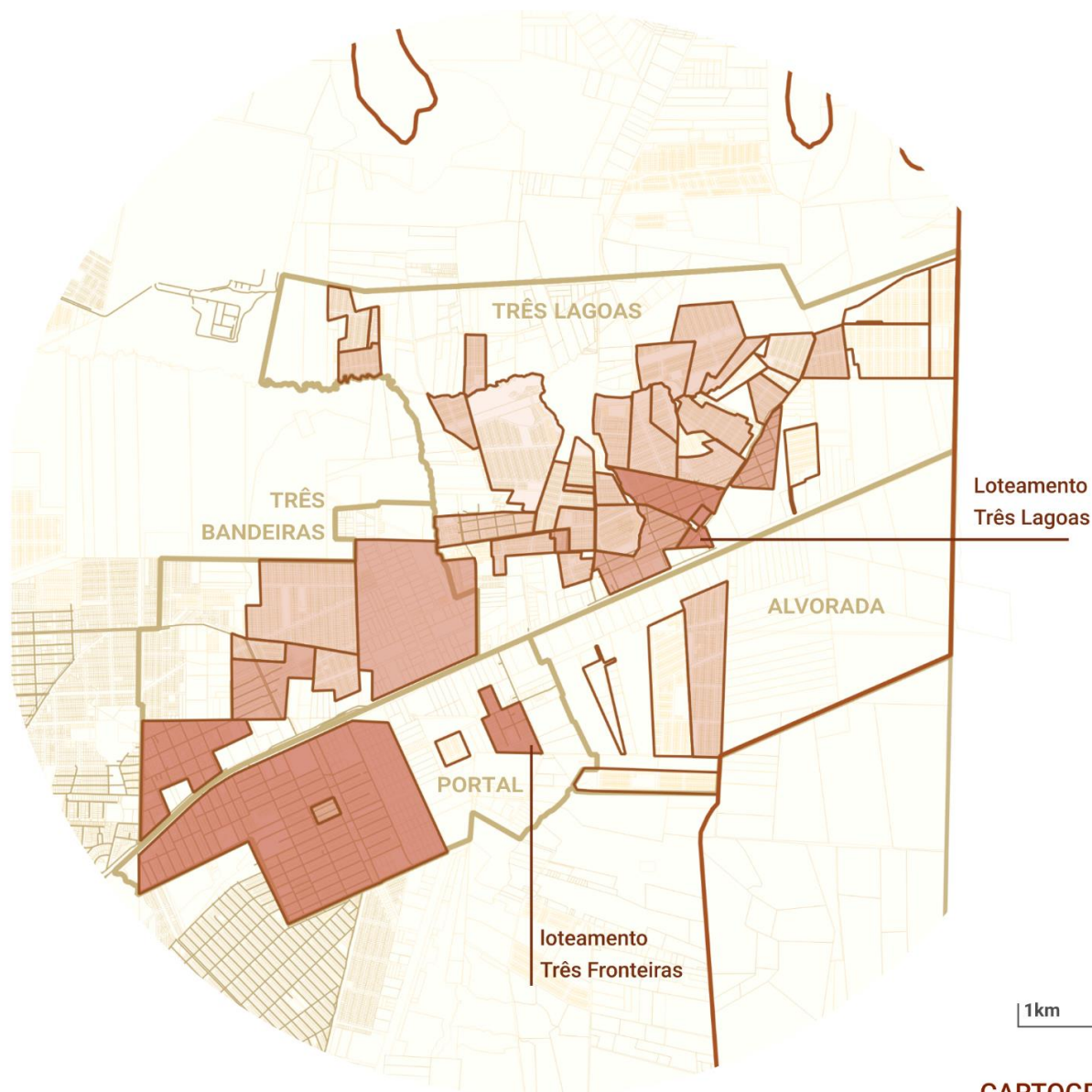
núcleos do Loteamento Três Fronteiras e Três Lagoas em comparativo de 1977 e 2022.



Fotografia aérea, 1979. PMFI (2023).  
Com modificações da autora.

**1977**





**LEGENDA**

- Perímetro municipal
- Traçado urbano
- Parcelamento do solo 2001-2023
- Perímetro urbano 2006
- Perímetro de bairro
- Loteamentos 1970-1979
- Loteamentos 1980-1989
- Loteamentos 1990-1999
- Loteamentos 2000-2009
- Loteamentos 2010-2021

**CARTOGRAMA:  
LOTEAMENTOS POR  
DÉCADAS - REGIÃO DO TRÊS  
LAGOAS E ENTORNO, FOZ  
DO IGUAÇU**

Fonte: a autora (2023). Elaboração a partir das referências:  
Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

Elaboração da autora a partir de dados da PMFI(2023).  
Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).

bairro	TRÊS LAGOAS	Taxa	PORTAL	Taxa
1970-1979	2		2	
1980-1989	3	150%	1	50%
1990-1999	20	400%	0	0%
2000-2009	6	24%	0	0%
2010 - 2021	6	19%	1	33,3%

**TABELA DE  
LOTEAMENTOS  
POR DÉCADA**

Apesar das características iniciais, o núcleo que viria a se expandir seria Três Lagoas. É válido ressaltar que este loteamento encontrava-se ainda mais distante do centro de Foz do Iguaçu, separado por uma rodovia federal. Além disso, seu traçado está mais próximo da BR277, o que não é ideal para um bairro residencial. Contrariando todos esses aspectos, foram implantados 23 loteamentos de 1980 a 2000, sendo 20 na segunda década. Por outro lado, do lado oposto da BR277, apenas 2 loteamentos foram realizados no mesmo período de 20 anos.

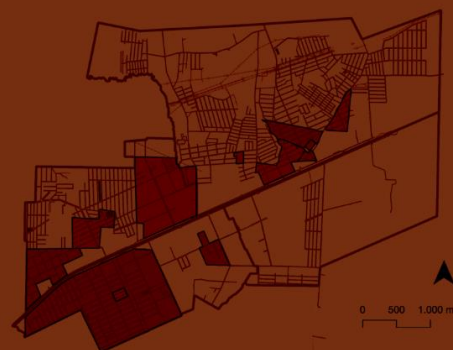
A concentração dos loteamentos no lado acima da rodovia é resultado de novos processos de desapropriação. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de 1974 previa a construção da Avenida Beira Rio, margeando o Rio Paraná. No entanto, este projeto foi congelado devido à presença de quatro favelas naquela área (RIBEIRO, 2015). Esse projeto seguia o Plano Diretor de Desenvolvimento e Turismo de Foz do Iguaçu de 1968 elaborado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Municipal (Codem), que incluía a via turística.

Acredita-se que, devido às atenções voltadas para a implantação da usina e os conflitos fundiários resultantes das desapropriações, o poder público não tinha interesse em alimentar as revoltas populares pelo direito à terra e moradia. Assim, a avenida foi parcialmente concluída em 1996 (RIBEIRO, 2015).

Fonte: a autora (2023). Elaboração a partir das referências:  
Base cartográfica: Rammé (2018), PMFI(2023).



1970-1979



1980-1989

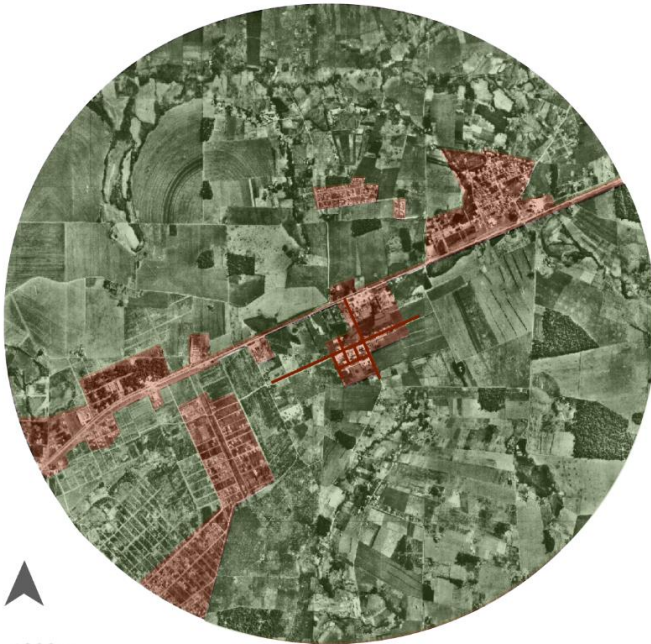


1990-1999

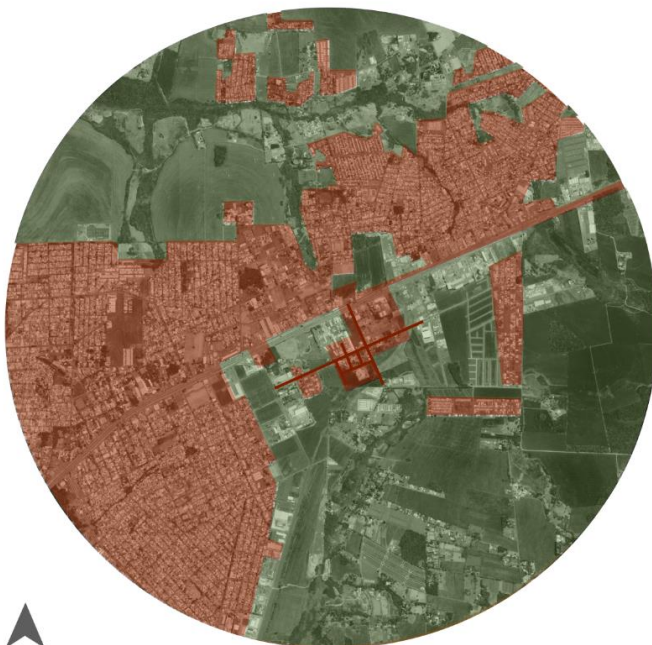


2000-2009

## CARTOGRAMA DOS NÚCLEOS URBANOS



Fonte: a autora (2024). Imagem de satélite, 1979 Google Earth (2023).



Fonte: a autora (2024). Imagem de satélite, 2022. Google Earth (2023).

### LEGENDA

Núcleo urbanos  
(vias, parcelamento adensado e ritmado, edificações alinhadas a via)

Limites urbanos  
(áreas de plantio, industrias, massas de vegetação, hidrografia, lotes rurais)

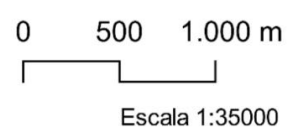
Na mesma década, em 1993, foi criada a Companhia Habitacional de Foz do Iguaçu (FOZ-HABITA). Dessa forma, as desapropriações dos assentamentos irregulares ao longo do Rio Paraná passaram a ser convertidas em diversos conjuntos habitacionais na margem acima da BR277, na região do Três Lagoas.

Dos loteamentos aprovados na margem abaixo da rodovia nesse período, ambos estão distantes do núcleo urbano mais consolidado, Três Fronteiras. Esse processo é enfatizado com o passar do tempo, à medida que a expansão urbana cresce em um raio equidistante da antiga zona, repelindo aquele espaço.

No Mapa de Zoneamento de 1991, observa-se que o loteamento incide na Zona Residencial e faz limite com a Zona Industrial, Zona de Preservação Permanente e Zona de Serviços. É interessante notar que ambos os núcleos urbanos são separados do centro da cidade pelas mesmas zonas, caracterizadas como áreas de carga e descarga, centros logísticos e empresariais. Apesar de o zoneamento não ter sido efetivamente preservado conforme a lei, é notável a exclusão do núcleo urbano de Três Fronteiras, tanto pelo poder público quanto pela própria população lindeira. Ambos os loteamentos passaram pelo processo de gentrificação da cidade, mas no caso de Três Fronteiras, esse processo se repetiu dentro da própria região.

# ZONEAMENTO 1991, Foz do Iguaçu

Fonte: PMFI (2023) com  
alteração da autora.



## LEGENDA

Perímetro urbano histórico

PU1991\_LC004 copiar

Perímetro Municipal

Zoneamento 1991

EE

SE

ZEP

ZEU

ZI

ZR2

ZR4

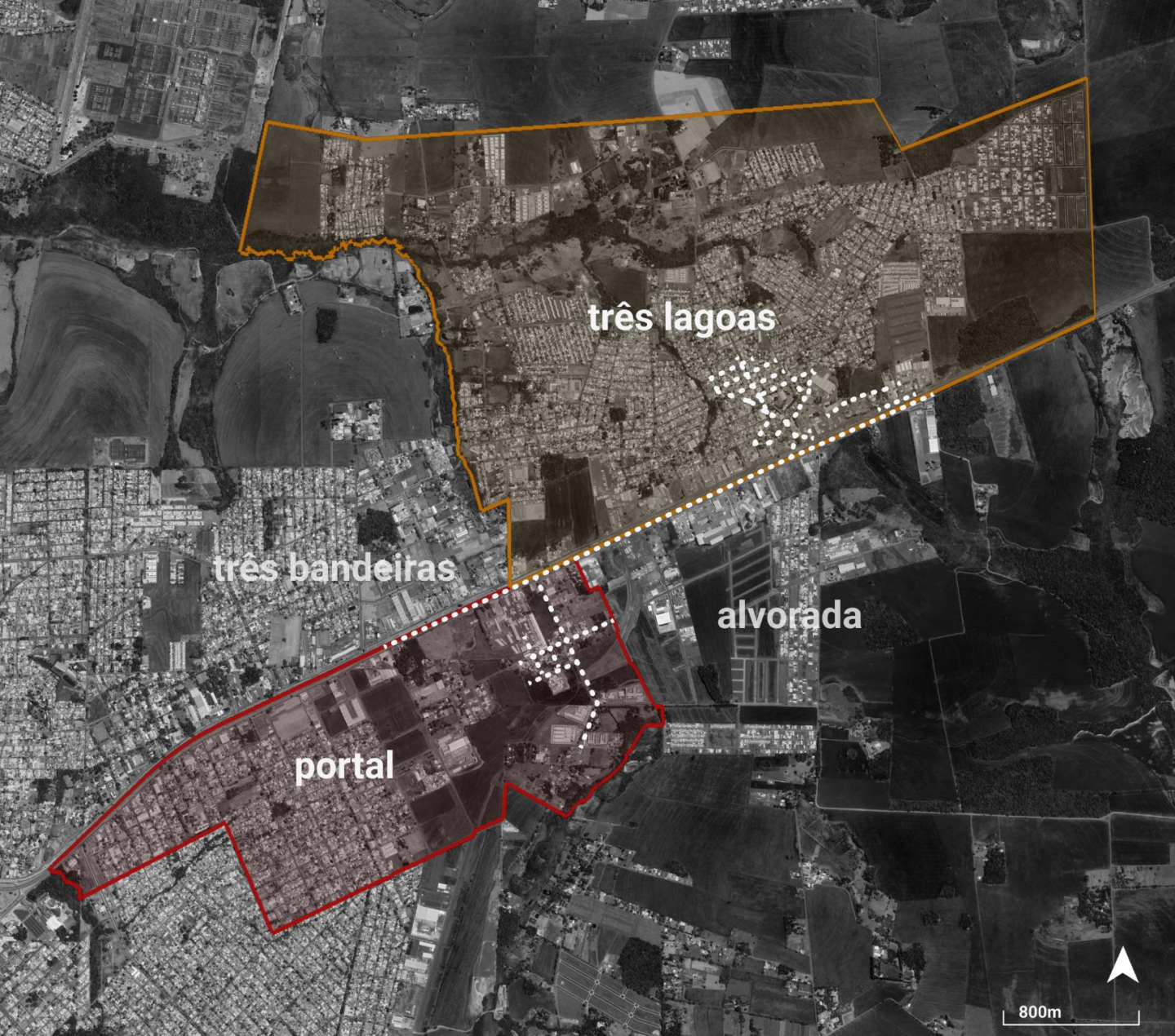
ZS

Localidades Itaipu

3 fronteiras loteamento







Fonte: a autora (2024). Imagem de satélite, 2022. Google Earth (2023).

A grande região de Três Lagoas foi posteriormente dividida em quatro bairros: Três Bandeiras, Três Lagoas, Portal e Alvorada, conforme Lei Complementar 303/2018. O loteamento Três Fronteiras ficou na extremidade do bairro do Portal. Aprovado em 1975, teve como origem um conjunto de chácaras. É composto por 13 quadras com lotes de 600m<sup>2</sup> a 800m<sup>2</sup>, além de contar com uma área de serviços públicos no centro, de 9.775m<sup>2</sup>

Apesar do zoneamento de 1991 indicar a área como Zona Residencial, em 1993 foi construída a primeira Cadeia Pública<sup>1</sup> de Foz do Iguaçu na área verde do loteamento. Dessa forma, enquanto a margem acima da BR277 recebia os conjuntos habitacionais, a margem abaixo recebia os estabelecimentos penais. De fato, a cada década seguinte, uma nova penitenciária seria implantada nos arredores do Três Fronteiras.

<sup>1</sup> <https://arquivo2011.aen.pr.gov.br/Noticia/Foz-do-Iguaçu-tem-nova-cadeia-e-mais-R-27-milhoes-para-o-sistema-prisional>



Ainda na década de 1990, os moradores tinham que cruzar a BR277 para levar seus filhos até a escola mais próxima em Três Lagoas. As ruas não eram asfaltadas e a população continuava a viver sob os rumores de futuras desapropriações (RIBEIRO, 2002).

De acordo com alguns moradores de Três Lagoas, o problema do bairro é a “zona”, para Maria o problema da “zona” é o bairro. Não há asfalto, nem escola, nem água, nem luz, nem segurança. (RIBEIRO, 2002, p.92)

Nos anos 2000, a zona de prostituição começou a entrar em decadência (WHITE, 2010). Muitas das boates foram fechadas, restando apenas suas ruínas nos lotes próximos à cadeia pública. Essas áreas se dividem em plantações e vegetação, assim como todo o entorno. Em visita de campo em 2023, percebe-se que a região foi tomada pelo setor de logística e indústria. Onde haviam antigos casarões agora são empresas, transportadoras e comércio de grande porte.



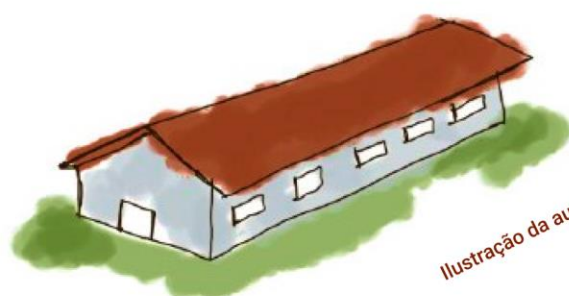
**IMAGENS DO LOTEAMENTO  
TRÊS FRONTEIRAS**  
Google Street View (2021).



Hoje, a maior parte da população se concentra em uma única rua, comprimida entre empresas e penitenciárias. Afastada de todos os equipamentos públicos, a divisão dos bairros ainda dificulta o acesso aos serviços de Três Lagoas. O acesso a Três Fronteiras é feito por duas ruas desertas, ambas pela BR277. Nos pontos de entrada dessas vias, há postos de gasolina e transportadoras. Caminhões, ônibus e transeuntes passam por ali.

Os antigos casarões compridos, repletos de quartos, agora foram divididos em pequenas residências que abrigam as famílias, como ilustrado na imagem a baixo. Diferentemente dos anos 1990, quando, segundo Ribeiro (2002), as pessoas se encontravam dentro de casa, espreitando pela janela. O cenário atual é outro, com pessoas nas ruas cultivando laços. No entanto, ainda há um certo estranhamento com os visitantes e um distanciamento em relação à antiga zona.

As marcas da fragmentação, das fronteiras e dos limites no território também definem as fronteiras sociais, que podem ser sentidas na vivência, na memória e no futuro da população.



*Ilustração da autora (2023)*

Assim, “onde fronteiras separam indivíduos, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põem em contato” (RIBEIRO, 2002, p. 83).

Por fim, vemos que o Loteamento Três Fronteiras, desde que foi implantado com o objetivo de ser uma zona de prostituição, foi segregado da cidade. Isso é possível de observar em: sua aprovação fora do perímetro urbano; na formação do tecido urbano paralela ao loteamento, mantendo-o geograficamente isolado; na ausência de atendimento do serviço público; na construção de limites urbanos como penitenciárias, indústrias e rodovias que comprimem a população ali existente.

Apesar de hoje ser uma região de uso residencial por seus moradores remanescentes, estes são desconsiderados no planejamento urbano da área. Dessa forma, entende-se como a discriminação de gênero desencadeou processos espaciais de exclusão no território.

A dificuldade de acesso à cidade pode ser compreendida através de cartogramas do entorno do Loteamento Três Fronteiras e seus equipamentos públicos mais próximos, tais como áreas da saúde, educação, lazer e mobilidade.



BRR 277

TRANSPORTADORA/  
INDUSTRIAS

PERIMETRAL  
(PROJEÇÃO)

PENITENCIÁRIAS

ÁREAS DE CULTIVO

## CARTOGRAMA: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Fonte: a autora (2023).  
Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica:  
PMFI(2023).



## SAÚDE

### LEGENDA

- +** Núcleo de saúde (UPA SAMU)
- +** Posto de saúde (UBS)
- Raio de abrangência 800m

Perímetro urbano histórico

**---** PU2020\_LC334 copiar

**□** Perímetro Municipal

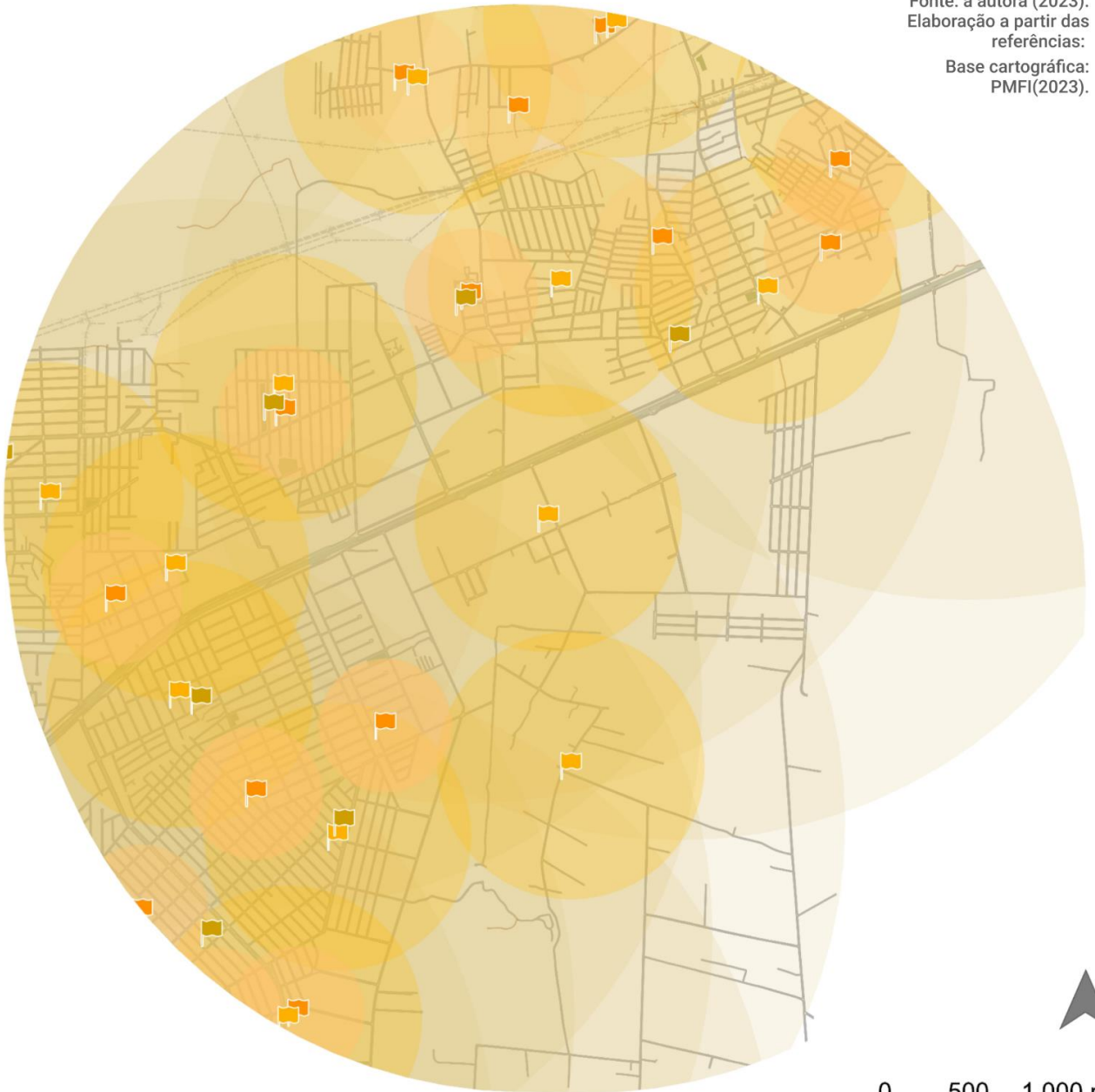
Localidades Itaipu

**---** Loteamento Três Fronteiras

## CARTOGRAMA: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS


Fonte: a autora (2023).  
Elaboração a partir das referências:


Base cartográfica:  
PMFI(2023).




## EDUCAÇÃO

### LEGENDA


 Escolas estaduais

 Escolas municipais

 Escolas de ensino infantil

 Raio de abrangência 3000m

 Raio de abrangência 800m


 Raio de abrangência 400m

Perímetro urbano histórico

 PU2020\_LC334 copiar

 Perímetro Municipal

Localidades Itaipu

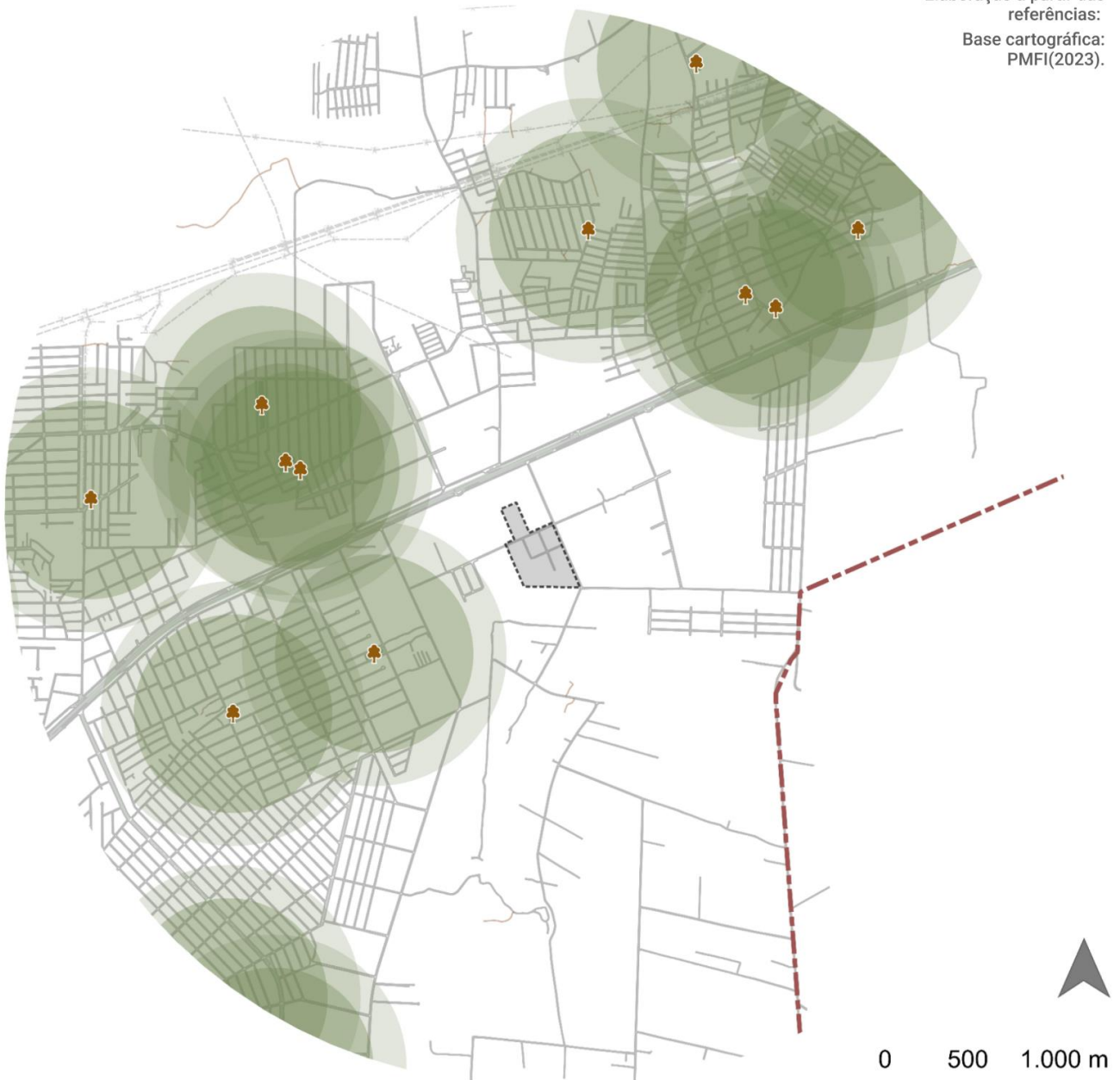
 Loteamento Três Fronteiras



## CARTOGRAMA: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS







Fonte: a autora (2023).  
Elaboração a partir das referências:

Base cartográfica:  
PMFI(2023).



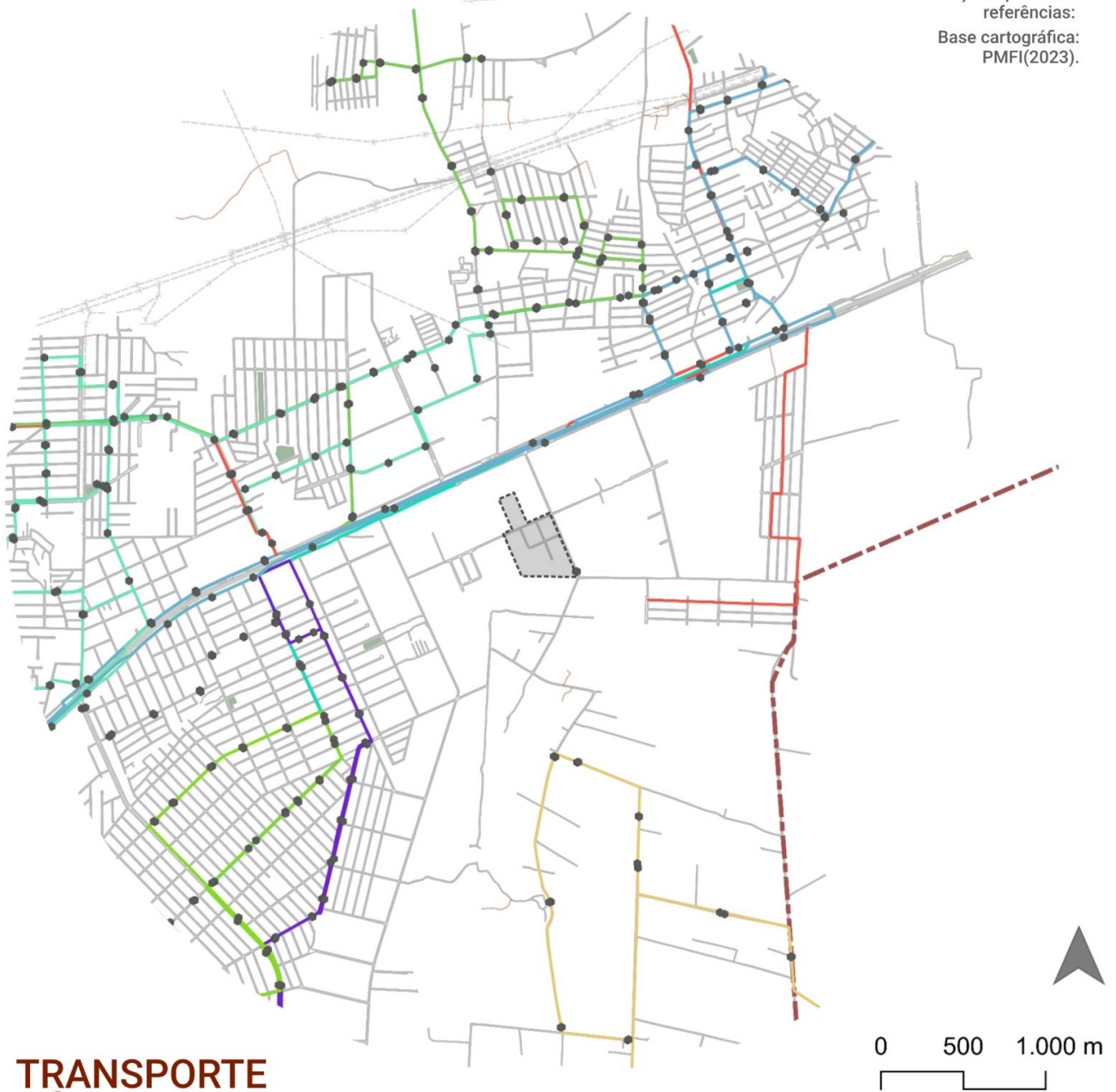
## LAZER

### LEGENDA

-  Praça
-  Praça Área de abrangência 600m
-  Praça Área de abrangência 800m
- Perímetro urbano histórico
-  PU2020\_LC334 copiar
-  Perímetro Municipal
- Localidades Itaipu
-  Loteamento Três Fronteiras

## CARTOGRAMA: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Fonte: a autora (2023).  
Elaboração a partir das referências:  
Base cartográfica:  
PMFI(2023).



## TRANSPORTE PÚBLICO

### LEGENDA

#### Transporte

- pontos\_de\_onibus\_foz\_sirgas2000\_
- Linhas de onibus esc1\_20000
- Linha 10 - Cidade Nova
- Linha 200 - Gleba Guarani
- Linha 225 - Três Lagoas - Centro 2.
- Linha 230 - Três Lagoas - Ponte
- Linha 250 - Três Bandeiras
- Linha 310 - Conjunto Libra via Cam

- Linha 315 - Primeiro de Maio
- Linha 320 - Interbairros
- Linha 330 - Aparecidinha
- Linha 335 - Morumbi
- Linha 50 - Vila A via PR
- Linha 55 - Vila A via JK
- Linha 70 - Cidade Nova - INSS

#### Perímetro urbano histórico

— PU2020\_LC334 copiar

— Perímetro Municipal

#### Localidades Itaipu

— Loteamento Três Fronteiras

# Mulheres, crianças e adolescentes atingidas

Para apresentar de maneira sensível a realidade estudada nesse trabalho, apresento as vozes de mulheres entrevistadas que tiveram contato com a exploração sexual e lutaram para combatê-la.

Elza, Lúcia (nome fictício) e Pantera (entrevistada para o documentário “As Putas” e transcrito pela autora).

Durante a pesquisa muitas mulheres foram ouvidas, ainda que nem todas as histórias são divulgadas nessa pesquisa para manter sua privacidade, a contribuição é imensurável.



**Elza Mendes.  
Liderança popular,  
ativista, educadora  
social.**

**Foz do Iguaçu  
ago, 2022.**

“

Eu sou a Elza. Elza Mendes. Eu sou piauiense. Morei um período no Rio de Janeiro. Me casei. E durante um período eu vivi no Rio de Janeiro mas por questões de violência doméstica e desacertos matrimoniais, eu acabei vindo parar em Foz do Iguaçu em 92 (1992) e estou aqui até hoje. Falar de violência é muito fácil. Falar sobre mim é muito fácil. Porque eu sou uma mulher vítima de violência doméstica desde a minha infância até o período em que eu decidi que eu não sirvo para ser mandada. Primeiro ponto. Eu sou usada mas quando eu desconfio que tô sendo usada eu chuto o pau da barraca e adeus conversa. Então assim, em 92 eu cheguei fui pro Rio Grande do Sul foragida com meus filhos. Depois de um período eu fui localizada pelo meu ex marido, hoje falecido, graças a Deus! Que Deus o tenha. Retornei e estou aqui até hoje. Nesse percurso eu fui removida da região central pra Três Lagoas, lá eu criei os meus filhos. Perdi dois de 2005 a 2008. Em 2008, eu mudei de lá pra esta casa onde eu estou até hoje. Já são 14 anos que estou aqui. É... sou mãe de 4 filhos naturais. Dois falecidos e duas estão vivas. Um filho adotivo e 4 netos. Minha mãe está viva até hoje com 84 anos. Minha família toda na região nordeste. E nessa estava em Foz do Iguaçu eu fiz de tudo um pouco. Desde vender flor na porta de cemitério até trabalhar com prostitutas. Como é que eu trabalhava com prostitutas? Eu trabalhava com promoção e prevenção em saúde: as doenças sexualmente transmissíveis e as formas de organização social. Porque tem uma cartilha nacional, a prostituição é um mal necessário.”

“

Foram 10 anos trabalhando com esse público, onde eu descobri as mazelas de Itaipu. Hoje eu vou falar Itaipu, porque eu to boazinha, não (inaudível) essa palavra não. É... Durante o período militar do Estado Brasileiro foi criada a Usina de Itaipu, projetada em parceria com o Paraguai, por uma necessidade nacional que é a produção de energia elétrica para o desenvolvimento do país. Será que as mazelas e as dificuldades se encerraram com essa produção extrema de energia? Não, elas se ampliaram. Foz do Iguaçu na década de 70, do início da obra, contava com... entre 32.000 e 40.000 pessoas. Era uma cidade de pequeno porte, sem desenvolvimento, não tinha 20 anos da inauguração da Ponte da Amizade. Então o trânsito era livre porém regime militar nos dois países. Era muito complicado. Mas vem com a gestão militar do país e implanta um hidrelétrica. E da noite pro dia, em um curto espaço de tempo, porque 6 meses não é nada, pra se viver (inaudível) dependendo do contexto, a cidade de 32.000 pulou pra 150 mil pessoas. Sem infraestrutura física de deslocamento, sem infraestrutura de educação, sem um corredor viário legal. Mas chegaram uma média de cento e poucos mil homens. Homens. Homens. E como é que você acalma o homem? Seja ele fora ou dentro do sistema prisional? Sexo. Com isso abre-se uma porteira. E passa boi passa boiada nessa porteira. Dentro de muito pouco tempo, pela exploração sexual e pela exploração do corpo da mulher, em pouquíssimo tempo tinham mais de 10.000 mulheres pra saciar os desejos sexuais dos homens em Foz do Iguaçu. "Mas o regime militar foi maravilhoso!" Pra muita gente... Porque essas mulheres chegavam, elas tinham que passar pela delegacia, preencher uma carteirinha, pagar pra fazer os exames de saúde. Porque na época não tinha SUS. E todo mês ela fazia exame, pagava taxa. Elas contribuía pra... pagava uma taxa na delegacia pra poder permanecer no município. Então era exploração da exploração da exploração. O Estado também explorava essas mulheres. Não eram só os homens que exploravam. Mas nós temos que levar em consideração que numa obra do tamanho de Itaipu muitas pessoas morreram, nunca foram nem encontrado seus corpos. E não se fala disso. Nesses dias conversando com uma pessoa, uma pessoa disse "quer saber da história? Dá uma volta na Vila C, vai no boteco onde fica os amigos mais antigos conversando, batendo papo. Fala que Itaipu é maravilhosa e aí você vai entender o contexto: é Itaipu é maravilhosa... mas ninguém sabe o que aconteceu lá dentro". E aí eu ouvi essa fala, tem duas semanas, de um estudante que tá lá batendo papo, tocando violão, conversando com um, conversando com outro pra entender o contexto histórico desse município. E até hoje essa cidade, ela não preserva a sua história, ou finge que a história não aconteceu. Porque é muito fácil depois de 30 anos de salada vim envolver num tanto socialista e tentar minimizar as mazelas de Foz a Guaíra mas a história pregressa do indivíduo não ser contada. Cê sabe o que é pregressa, né? É a história do passado, não é contada, os erros cometidos não são contados. "Ah a Itaipu a maior usina hidrelétrica do mundo..." Sei lá... (inaudível) não quero saber. Mas nós temos, tínhamos na época de grande eufúror e de muitos homens sem família sem esposa, em Foz do

Iguaçu, na região de Três Lagoas. Eram mais de 50 prostíbulos. Durante a semana ficava esvaziado mas de sexta até segunda de manhã cedo os ônibus de Itaipu levavam esses homens pra aquela região. Tinham ônibus. Disponibilizavam transporte pra levar. Como forma de saciar os desejos, os ímpetos dos homens... ou animais, né? Então a gente tem que levar isso em consideração. Um último trabalho realizado por uma estudante, uma estudante da UNILA, deu conta de 300 cidadãos, moradores daquela região, filhos de prostitutas que não tem nome dos pais nas suas certidões de nascimento. As novas gerações já estão com nome do pai e da mãe mas eles e elas não tem os nomes dos pais, só os das mães. Então isso, é história de Foz do Iguaçu, ela é muito frustrante. Pra mim, frustrante. Porque eu não tenho registro físico disso. Hoje se eu voltar lá na região e conversar lá. Eu não vou localizar mais 10 mulheres que estão aqui desde o início. Porque muitas faleceram. Muitas se mudaram. Os filhos estão tomando conta desses mães em outros locais. Cê entendeu? Hoje, se tiver 2 ou 3 prostíbulos abertos, é muito, naquela região. Não to dizendo que não existe prostituição em Foz do Iguaçu. Eu estou dizendo que elas estão mais imperceptíveis. Porque quando você nos anos 90 falava "vou pro Três Lagoas"... "Vixe vai pra Zona!". Você não podia falar que tava indo pro Três Lagoas, que já falavam tá indo pra zona. Então tem todas essas questões."

“

Na exploração sexual comercial, eu fiz parte de um projeto de 2005 a 2008, trabalhando com crianças e adolescentes, com adolescentes em exploração sexual a partir da pesquisa que eu fiz no campo trabalhando com as prostitutas adultas. Isso foi muito pontual, porque eu levei pra instituição que eu fazia parte, a instituição levou pra um outro local, pra um (inaudível), que na época tava vindo pela PEC da exploração sexual. Houve um trabalho nacional, e em Foz do Iguaçu, eles fizeram essa pesquisa em Foz do Iguaçu. A OIT entrou com o programa sentinela pra acolher as meninas que eram encontradas. E disso ai nós criamos, e ai eu posso citar alguns nomes: criamos a primeira frentona, que hoje é a rede Proteger, que foi o comitê de combate à exploração sexual comercial de Foz do Iguaçu. Era Ivania Feronato, Roseli Chuster (confirmar nomes e sobrenomes), Sueli Luis, Angelita, eu, Célia Regina, Alecido Nagata. Entendeu? Cada um tinha (...) Padre Juliano. Nós criamos esse comitê que hoje é a rede Proteger. Acabou coma exploração sexual comercial? Não! Porque que não acaba? Porque tem sempre um poderoso, uma poderosa por trás dessa exploração”



“ Eu trabalhei com mulheres casadas e trabalhei com prostitutas. Eu nunca foi tão respeitada quanto dentro prostíbulo. Cara, de chegar e a casa está cheia, tendo dez, quinze, vinte homens lá dentro, as meninas se divertindo, dançando, bebendo. Eu chegar. Eu nunca encontrei um homem para me desrespeitar. Eu chegava a minha bolsa, a mala com mil e quinhentos preservativos dentro, os (inaudível), os material para entregar, entregar para fazer uma distribuição, preencher meu relatório. Um nome. Quantos preservativos. Dava tchau. Às vezes, uma das meninas falava assim "Ô Elza! Tem comida pronta na cozinha e eu ia para a cozinha, sentar e jantar. Porque eu ia entre cinco e dez horas da noite, no horário de trabalho. Entre cinco e dez da noite. Então chegava lá as cinco e saía de lá as dez. Melhor que isso: quando eu estava para sair uma das meninas, porque andava de perto do cadeião até a BR 277 a pé, então, uma das meninas falavam, chamava um dos adolescentes que estavam por ali "ou vai com a Elza até lá encima". Para eu não correr risco. Elas ainda tinham cuidado comigo, cuidado pessoal. E não é todo lugar que você entra e alguém tem esse respeito. Lá dentro, é um respeito ímpar. Isso chama muito a atenção (...) Cecília, casada, ela não tem o poder de negociação do preservativo como a prostituta tem, sabe porquê? A maior hipocrisia está entre ela e o marido. Sabe qual? É? Sabe qual é a hipocrisia? A certidão de casamento, como se aquilo ali fosse um selo de fidelidade. E aí a mulher perde a autonomia e o poder de negociação do uso do preservativo, porque ela se prostitui por um prato de arroz e feijão e perde o poder da negociação. No processo, a gente trabalhava da seguinte forma: vamos pensar cem reais o programa, "te dou duzentos para transar sem preservativo". As meninas tinham e têm autonomia para dizer não, "eu fico sem o dinheiro, mas no meu corpo mando eu". Então você percebi a qualidade de um trabalho que fez com um grupo e a falta de responsabilidade do outro grupo. Você fez o mesmo trabalho com os dois grupos. Mas esse grupo aqui não me responde. "Ah, Elza pelo amor de Deus sabe, tô com gonorreia". Assim, e o preservativo que eu te dei? "Ah o Fulano não quis usar", se entendeu? Então a gente tem que ter essa sensibilidade de entender. Ela não tem poder de negociação. Teve uma situação dentro da minha casa meus filhos eram todos vivos e pra toda vida minha casa foi porta aberta, entrava um saía outro. "Ah Elza vou jantar ai com você!" Beleza, eu fazendo a janta, o marido, a mulher, o casal estava lá, os filhos dele também estão aí. O meu filho chegou a falar: "mãe, cê vai no campo hoje? e não estou com visita, e ai a mulher falou "vai onde?", "Ah vou em tal lugar levar preservativo", "Ah eu quero que essas putas morram tudo!" e eu "cala a boca!". Pera aí, "quantas vezes uma puta foi na tua porta buscar teu marido?", "nenhuma", "quantas vezes foi na zona buscar teu marido?". Várias, várias. Quem é a mulher casada que pode dizer que não é puta? Não pode, não tem o direito de menosprezar outra. Não é só por uma questão humana, é por uma questão de se colocar no lugar da outra, é se colocar no lugar da outra. (...) Ela pode fazer o que? Sem contar que alguns homens fica dentro de casa, cuidando dos filhos e coloca a mulher para a prostituição, e não é tão raro assim. São muitos. Então a gente tem que ter o discernimento de entender o contexto que o outro vive, para não criminalizar. Ela já é vítima do sistema. Eu ainda vou criminaliza-la? Porque? Qual é o meu direito de criminalizar o outro.”

“

Eu posso falar que eu iniciei o trabalho na região de Três Lagoas, onde era denominado um espaço muito forte de prostíbulos, por criação de todo o contexto, com a vinda de Itaipu. E dois meses depois fazendo esse trabalho com as prostitutas e tal que não sei que, conversando com uma pessoa, com duas mulheres lá do Morumbi, que era um projeto anterior com mulheres casadas. Elas falar sim: "tal lugar, tal lugar tal lugar tem prostíbulo". "Tá então vamos lá visitar, você me leva lá? porque não sei nem onde é que fica" e nós fomos. Nos levaram, apresentou, que não sei que. Iniciou se um processo e aí eu fui para a coordenação dos projetos e falei olha, eu abrir um novo campo na região do Morumbi, a pessoa olhou pra mim assim, já vinha acompanhando os processos: "como assim na região do Morumbi?" eu falei "ué, tem 14 prostíbulos no Morumbi", "como assim", "ok, aqui o relatório". Passado esse período acertamos, continuamos fazendo executando trabalho naquela região da Mário Filho, começando na esquina da República Argentina, até quase chegando na BR 277, Mário Filho, Mané Garrincha e Praça sete de Setembro. Aquele entorno ali, 14 prostíbulos tinha na época. Hoje eu não sei, não posso afirmar isso. Período 2005-2010. E aí trabalhando conversa um, com conversa com outra, conversa, com conversa com outros que a gente vai se comunicando. Aí eu encontro uma menina e a ela para "Elza, a semana que vem eu não vou estar aqui nessa região", porque aí tinha outras pessoas que trabalhavam a região do centro, da Costa e Silva ali perto, onde você mora e tal, que não sei que e a JK. E aí ela foi e falou assim: "eu estou essa semana no Três Bandeiras, assim, assim, assim e vou ficar lá.", "ta bom, eu vou dar uma passada por lá" chegar lá converso com ela, e "ali do lado, tem outro bairro, outro lugar, tem outro, tem outro, tem outro. Ou seja, quando eu levo toda essa demanda para a coordenação, a coordenação fala "caramba que merda é essa?". Porque nós trabalhamos com esse público já dois anos e ninguém nunca chegou nesses locais. "Como é que você faz?" E aí chega a questão da criança e do adolescente que a gente trabalhando com as adultas você observa, tu percebe "essa mina não tem quinze anos", "quantos anos você tem?" "dezoito". Sabendo que não é, e aí tu leva para a sua coordenação. É obrigação tua enquanto trabalhador de campo identificar as fragilidades, e aí leva! A gente começa a articular um trabalho. Em 2002, o projeto foi encaminhado para o para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, gestão Lula. E em 2003, 4 de janeiro de 2003, nós iniciamos o trabalho em parceria, Secretaria Especial de Direitos Humanos e OIT, com 'crianças e adolescentes. Essa é uma história que me chama muito para mim, essa responsabilidade, que identifiquei, levei para o grupo, alguém sensível a problemática e acompanhando as investigações da exploração sexual de Foz do Iguaçu, ele resolve criar o projeto, encaminha e aprova projeto, o projeto "Acordar". E aí vem, em dezembro, em novembro de 2002, a diretora internacional da OIT, em Genebra, a brasileira Isa Ferreira, para conhecer o projeto, porque era parceria OIT e Secretaria Especial de Direitos Humanos, para formar um consórcio de instituições para

trabalhar a exploração sexual. Porque na época se o S.O.S Criança, na época não tinha Conselho Tutelar, S.O.S Criança. Eles agiam de forma policialista, pegava as crianças, adolescentes, enfiavam na Kombi, levava para os abrigos que eram depósitos de seres humanos. Casas com 50, 60 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade acrescida, independentemente da situação. E nessa brincadeira formou-se, a Isa veio para fazer uma reunião e conheceu os grupos que estavam fechando a parceria para trabalhar com o público, porque o projeto estava aprovado, tinha que começar já. Chegamos na reunião, ela foi para conhecer o nosso grupo de educadores de rua. Minha carteira foi assinada como educadora de rua. E aí "foi a Elza que trouxe a demanda" a Isa olha para a minha cara falar assim: "Elza diante de tudo o que já falaram de você aqui, quantas adolescentes - a meta era cento e vinte de colocar no programa - quantas adolescentes você coloca no programa?" falei: "eu? nenhuma". "Como assim?". Falei "Isa, não vou trabalhar com a minha vontade, isso é um processo lento que vai demandar tempo, conhecimento, negociação para eu inserir, se ela quiser, que não só a polícia não sou Conselho Tutelar eu não sou S.O.S Criança, se quiserem assim bem se não quiserem assim, amém". "Eu não vou fazer segundo a sua vontade, porque nós vamos trabalhar com vínculos, respeito, comprometimento, respeitando o tempo do outro". Ela saiu de lá, terminou a reunião, dali a pouco, a pessoa que tinha levado ela ligou na instituição, falaram: "a Isa informou que pode não contratar ninguém, mas a Elza não pode ficar fora do projeto". Porque as pessoas estavam. E aí mudou muito. A partir desse trabalho também a forma de abordagem com crianças e adolescentes."



**Lúcia,  
moradora.**

**Foz do Iguaçu  
ago, 2022.**

Lúcia é um nome fictício ao qual nos referimos a segunda entrevistada do Três Fronteiras. Encontramos Lúcia sentada em frente a sua casa conversando com outra mulher. Ela aceitou conversar mas preferiu que não gravássemos suas falas.

Lúcia, é moradora do bairro desde sua infância. Chegou ainda criança com seus pais em 1974. Ele veio para construir os casarões e acabou por ficar por lá. Sua mãe trabalhava lavando a roupa das mulheres que trabalhavam nos casarões, as prostitutas, e cuidava também dos filhos dessas mulheres.

Conta que a zona era localizada próxima a antiga Cobal, onde hoje é construído o Mercado Municipal na Vila A. Com a construção da Itaipu, as casas de prostituição teriam sido realocadas para o novo loteamento a ser implantado, o Três Fronteiras, e os donos das casas foram indenizados. Ela cita de memória alguns dos nomes: Julia, Joana, Japa, Negão, Mariazinha, Marcos. Donos das casas.

Quando perguntada sobre quantas casas de prostituição haviam ali, Lúcia diz com certeza de que haviam 38, pois lembra bem de tê-las contado em sua infância. Em cada casa, diz que trabalhavam cerca de 20 mulheres.

Outra pergunta feita a Lúcia foi sobre o que ela diria ser um problema em morar ali, ela responde de forma rápida que serviços como Uber e deliverys, que são mais difíceis de encontrar.

**Pantera,  
Prostituta.**

**Transcrição feita do  
documentário “Putta” de  
Lílian de Alcântara (2016).**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvqmZLtiZic>. Acesso em 25 de abril de 2023.

**Pantera,  
Prostituta.**

**Transcrição feita do  
documentário “Putta” de  
Lílian de Alcântara (2016).**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvqmZLtiZic>. Acesso em 25 de abril de 2023.

“

A minha família era grande. Daí meus irmão começaram a trabalhar, eu também queria trabalhar. Só que eu arrumei um serviço assim numa firma de papel muito longe de casa. Tinha que ir de ônibus. E eu perdi o ônibus pra ir. Eu falei eu vou a pé eu tinha que levar os documento né? Só que era uma estrada assim que tinha eucalipto dos dois lado e eu fui sozinha, eu perdi o ônibus, eu fui sozinha. Aí chegou lá numa altura tinha um e eu ó, eu acredito que ele tava assim hoje em dia, eu eu vejo os drogado, eu acredito que ele tava drogado, aí eu me apavorei, me amoleceu as perna e me arrastou pro meio do mato, do eucalipto e daí ele me violentou ali. Meu pai era muito bruto. Ele não aceitou. Ele falou que era mentira. Que eu estava mentindo porque eu não estava machucada e que a partir daquele momento eu não falasse com a minha irmã. Com treze anos e meio uma senhora daqui foi pra lá e pediu pra minha mãe, me trazer pra trabalhar numa num restaurante e daí eu vim. Meu pai me xingava de que eu era vagabunda, que eu era puta. Está aí a minha mãe eu acho que até deixou mais eu vim com essa senhora pra mim num passar o que eu estava passando em casa. Quando eu cheguei eu já descobri que não era restaurante.

“

Foi horrível. Foi na época da Itaipu. Isso aqui era um fervo. Era vinte e quatro hora o que eu ia fazer?

Primeira vez que eu fui pro quarto, como foi a coisa mais difícil. tinha vergonha de tirar roupa. Aí a dona da casa mandou eu ir lá com o cliente e eu fui mas eu tinha vergonha. Fiquei sentado na cama. E o homem ainda por incrível que pareça, primeiro não tinha uma perna. Era uma perna mecânica. Ai meu Deus do céu. E eu fiquei olhando aquele homem tirar a roupa. Tirou a perna, colocou em cima do guarda-roupa. Daí que eu fiquei com mais medo ainda.

A história da pantera na época que a pantera fazia salão as coisa era tão diferente. E as cliente eh aqui nesse salão mesmo cliente que traz corda pra gente amarra pra gente bater, tudo essas coisas a gente fazia.”



“

Fazer quatro anos que eu não tinha contato com a minha família. Quatro anos depois eu voltei e eu nunca esqueço, meu pai estava sentado assim, minha mãe assim, meu pai falou, aonde você está morando? Eu falei, olhei bem pra ele e falei, eu estou na zona. Hoje eu sou a puta que o senhor me chamava. Falei pra ele. Mas aquilo dentro de mim parece que me rasgou de ter que falar isso.”

“

Sempre morando dentro de boate com meus filho, criei meus filhos tudo dentro do boato. No começo eu pagava a pensão. Eu coloquei eles na pensão, então eu trabalhava e pagava a pensão pra eles. Mas depois foi uma, foi ficando assim, ficava muito tempo longe, né. Quando eu passei daí a tocar a casa eu sempre fazia uma parte separada pra eles ficar ali e eu cuidava deles e assim eu criei meus filho.”

“

Trinta do quarto, cem pra elas. E eu nunca permiti dela fazer menos. Porque eu como trabalhei assim que nem elas, eu acho que a menina também tem que ganhar, não é só a casa. Tem bebida que elas ganham comissão. A cerveja eu não dou comissão, mas é dose, Ice, qualquer outra bebida elas ganham comissão.

“

Eu me envolvi com esse que foi meu marido pra me esquecer essa paixão. E daí foi que eu me estropiei. Que eu não conhecia ele direito pra mim escapar daquela, me acabei me envolvendo com esse que depois me separei, depois ele morreu. E daí eu jurei pra mim mesmo nunca mais. Ter homem nenhum e nunca mais quis saber de homem na minha vida. Quis viver pros meus filho até hoje chega cliente e fala assim, mas Pantera você é nova ainda, você não tem Deus me livre. Não não, tenho meus filho, tenho meus neto, cada vez está vindo mais, eu não tenho tempo pra essas coisa.”

“

Quando eu entreguei lá embaixo eu não ia mais tocar. Daí por causa delas eu continuei pra não deixar elas na rua. E as menina também falaram, você não vai deixar nós na mão Pantera. Arruma outra coisa, um bar, alguma coisa, mas não deixa nós na rua aí eu fiquei com dó dela. Daí o menino que estava tocando aqui me ofereceu. Daí até inclusive eu fui procurar um bar alguma coisa. Mas daí eu falei mas o povo me conhece daqui. Se eu colocar vai demorar pra eles achar onde eu estou. Daí eu falei então vou pegar aqui mesmo. Daí foi que eu coloquei aqui mas eu ia parar.”

Imagens do documentário "Putta" de Lílian de Alcântara (2016)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvqmZLtiZic>. Acesso em 25 de abril de 2023.





# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Com a implantação da hidrelétrica, ocorre a tentativa de organização desse território. É estabelecido um zoneamento estratificado no qual o espaço geográfico é classificado em termos de renda e controle de suas atividades. Exemplos comuns disso incluem as vilas de Itaipu, habitadas pelos trabalhadores da hidrelétrica. No entanto, esse fenômeno se estende a muitas outras situações na cidade, como é evidente no caso da prostituição. Anteriormente, sua configuração espacial podia ser considerada dispersa pelo município desde sua formação, com alguns focos espalhados pelo tecido urbano. A partir da década de 1970, no entanto, ela passa a se concentrar em um grande polo específico conhecido popularmente como zona de prostituição.

O sistema de ordenamento adotado na cidade torna-se intrínseco ao planejamento urbano municipal. Os corredores turísticos, as vilas de Itaipu, as zonas industriais, o corredor logístico, o centro, os conjuntos habitacionais e os condomínios horizontais, entre outros, são organizados espacialmente, como uma herança das políticas implementadas pela GOI. No entanto,

esse zoneamento ocorre a partir da fragmentação do território. Observa-se que a cidade se expande devido a essa fragmentação, criando áreas afastadas do núcleo urbano. Esse novo desenvolvimento, embora organizado pelo empreendimento, acaba sem conexão entre si, especialmente quando se trata dos assentamentos irregulares. O processo de reassentamento e as diferentes formas de deslocamento resultam em uma reconfiguração do território, fragmentando ainda mais a cidade. Assim, os limites urbanos e a segregação social acabam sendo intensificados por esses processos. As desigualdades e conflitos sociais na luta pelo acesso à cidade são ainda mais acentuados. Por vezes, os grupos com menor poder de negociação e reivindicação são negligenciados pelas políticas públicas e pelo direito à cidade.

Essa fragmentação da cidade resulta em diversas realidades que não se interconectam. De certo modo, é como se a administração municipal estivesse gerindo pequenos territórios e não uma cidade articulada, uma vez que nem mesmo a população a compreende dessa forma. Como consequência, observa-se a população desarticulada e a gestão municipal sobrecarregada com solicitações individuais. Os empecilhos que chegam a esfera pública, decorrente de todos esses processos acabam com deficiências de análises.

Dessa forma, a segregação socioespacial presente em Três Lagoas

e os impactos da Usina Hidrelétrica de Itaipu revela a interconexão entre grandes obras de infraestrutura e desigualdades urbanas. A construção da hidrelétrica foi um marco que desencadeou deslocamentos forçados e reconfigurou a geografia urbana, com consequências sociais e ambientais duradouras. Para abordar essa questão de forma holística, é essencial um estudo multidisciplinar que compreendam apenas os impactos imediatos na população deslocada, mas também as ramificações socioambientais a longo prazo. A mitigação dos efeitos dessas grandes obras exige estratégias de compensação social, realocação justa, preservação ambiental e inclusão das comunidades afetadas na tomada de decisões. Para além disso, é importante rever os métodos de planejamento urbano, uma vez que a perpetuação das mesmas formas de organizar o território de modo autoritário, pouco participativo e de interesse individual tendem a ampliar os impactos ambientais das GOIs. Sendo assim, é necessário repensemos nossas práticas para evitar a repetição das mesmas consequências sociais e ambientais negativas que historicamente têm acompanhado grandes empreendimentos.

Ao aprofundarmos na pesquisa entendemos que, de todos os impactos das grandes obras de infraestrutura, sua relação com os polos de prostituição nos territórios onde são implantadas ainda são pouco estudados como em

sua espacialização e desencadeamento de novos impactos. Sendo subestimados o efeito dos ciclos de deslocamentos populacionais e de exploração sexual pelas cidades interioranas.

Em relação a Foz do Iguaçu, torna-se evidente que a prostituição passa por intensas modificações em sua espacialidade com a chegada da GOI. A cidade, interiorana e transfronteiriça, permeada pelo turismo e pelo mercado internacional em suas atividades formais e informais, tinha em sua estrutura urbana a coexistência das articulações desses modos de vida. A prostituição, portanto, ocorria de forma desorganizada em relação ao território, ou seja, a atividade estava integrada ao tecido urbano e à cidade, mesmo que sob as especificidades da formação transfronteiriça.

Após a GOI a organização do território é vista como uma forma de controle, principalmente nas vilas de Itaipu. Dessa forma, é possível afirmar que o mesmo ocorre na região da antiga zona. São áreas que compartilham características como limites geográficos e isolamento, estratificação social, período histórico, segregação espacial e deslocamento populacional. O loteamento Três Fronteiras uma vez que implantado com objetivo de migrar as casas noturnas e a prostituição para a margem do perímetro municipal inicia seu processo de fragmentação na cidade. É restrito o acesso entre o

loteamento e o tecido urbano, mantendo a população e as atividades restritas a área delimitada.

Assim, a chegada maciça de trabalhadores, em grande parte homens, para as obras da hidrelétrica criou uma demanda por serviços sexuais, levando ao estabelecimento forçado e crescimento da zona de prostituição a fora do então perímetro urbano do município. Esse fenômeno contribuiu para a exploração sexual e a vulnerabilidade das mulheres envolvidas nessa atividade. A falta de regulamentação e proteção adequada para as trabalhadoras do sexo perpetuou um ciclo de marginalização, violência e desigualdade, refletindo a desigualdade de gênero e a exploração sistêmica das mulheres, acentuada pelo contexto socioeconômico gerado pela implantação de Itaipu.

Vemos como maior destaque a falta do direito à cidade. Este vai além do acesso físico ao espaço urbano; engloba a participação ativa e democrática na construção e gestão da cidade. No caso observamos que os interesses econômicos e a falta de planejamento urbano inclusivo levaram a uma segregação social que perdura ao longo das décadas. Diminuindo o acesso a transporte, educação, saúde e áreas de lazer. A conversão da antiga zona de prostituição em zonas industriais e de logística gerou alterações ambientais, como a perda de espaços verdes, aumento da

poluição, reconfiguração da paisagem, deslocamento forçado da população, insegurança, isolamento.

As políticas implementadas a partir de 2001 visando combater a exploração sexual associada à Usina Hidrelétrica de Itaipu são um passo importante, porém não suficiente para resolver os impactos profundos causados pela exclusão e formação da zona de prostituição ao longo de décadas. Essas políticas concentram-se principalmente na atual situação da prostituição, sem abordar adequadamente o apagamento histórico das violências e discriminações enfrentadas pelas mulheres que foram parte da zona durante anos. Além disso, não oferecem compensação ou mitigação à desigualdade social que permeia o Três Fronteiras até os dias de hoje. Estas políticas devem não apenas abordar a exploração sexual presente, mas também buscar reparar as desigualdades acumuladas e as violências passadas, garantindo uma abordagem inclusiva para a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região de Três Lagoas.

Diante da complexidade do planejamento urbano e da gestão pública, é imperativo aprender com os processos do passado para evitar sua repetição. Estamos atualmente em meio à implantação de uma nova rodovia federal, um corredor logístico transcontinental que corta o perímetro

urbano de Foz do Iguaçu, dentre outros processos de fragmentação. Esta rodovia surge novamente como um obstáculo para os moradores de Três Fronteiras, pressionando-os contra o tráfego turístico, logístico e as rotas do crime organizado. Assiste-se, mais uma vez, a administração pública negar a existência de uma população que reside ali há mais de 30 anos. Além disso, é crucial questionar em que medida essa imposição não reforça formas de trabalho informal e a prostituição. As instituições públicas devem estar atentas a cenários de negligência pública e vulnerabilidade social, que hoje não são apenas estudos, mas fatos comprovados. A reflexão sobre essas experiências passadas é fundamental para a construção de políticas e ações que promovam a justiça social e evitem a perpetuação das desigualdades que moldaram a história dessa região.

*Fazer uma ponte entre o pensamento crítico e a intervenção exige um grande esforço. Exige sobretudo, engajamento, compromisso com a certeza de que, iniciado o processo, nenhuma mudança será pequena, dada a dimensão das contradições que envolve. Uma boa imagem para representar essa ideia é a da fissura por onde começa a escorrer um fio d'água, na imensa barragem. Iniciado o processo, será difícil barrá-lo devido ao motor que é alimentado pelas numerosas contradições. (Ermínia Maricato. Brasil Cidades, 2013. P. 56)*



# Referências

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado; ASSUMPÇÃO, Solange Bonomo. **A Unila e o papel da universidade periférica**. In: CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira. *Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021, p. 195-231. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134>. Acesso em: 12 out. 2021.

ANGILELI, Cecília Maria Machado et al. **A CIDADE-MERCADORIA INTERIORANA FRONTEIRIÇA**. *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 11, p. 10-30, 2021.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. **Regiões de fronteira e fluxos migratórios: o caso do Paraná**. In: Penha, B. O., Desiderá Neto, W. A. O., & Moraes, R. F. D. O. *O Mercosul e as regiões de fronteira*. IPEA. 2017.

FARIAS, Talden. *O conceito de meio ambiente na ordem jurídica brasileira*. BRAVO, Álvaro Sanchez. **Justicia y medio ambiente**. Espanha: Punto Rojo Libros, p. 59-74, 2013.

MARISCO, Luciane Maranha. **REVISITANDO AUTORES SOBRE OS CONCEITOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL NA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO**. [TESTE] *Revista Contexto Geográfico*, v. 5, n. 9, p. 45-56, 2020.

MOURA, Rosa; PÊGO FILHO, Bolívar; FERREIRA, Gustavo Henrique Soares. **A Gestão urbana em arranjos transfronteiriços e os desafios de sua regulamentação**. IPEA. 2022.

## Outras referências

BRASIL. **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE TURISMO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME DIVERSAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELA IMPRENSA**. Relatório Final. Câmara dos deputados. 4 de junho de 2014

RAMOS, Diana Helene. **“PRETA, POBRE E PUTA” a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Assis et al. **III Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA**. Altamira: UFPA, 2016.

OLIVEIRA, Assis; PINHO, Vilma Aparecida. **Direitos das crianças e dos adolescentes: violência sexual, medidas socioeducativas, diversidade étnicorraciais e movimentos populares**. Belém, 2014.

PINHO, Vilma; OLIVEIRA, Assis. **Direitos infanto-juvenis e violência sexual em contexto de grandes obras: reflexões e perspectivas**. Belém: GTR, 2014.

PIMENTEL, Juliana Maria Vaz. **Territórios e territorialidade da prostituição em Rosana (SP)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.

# GOIs

ABERS, Rebecca Neaera. **Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura.** Brasília : Rio de Janeiro : Ipea. 2016.

ABREU, Simone et Al. **Libro del 2° Encuentro Internacional La Formación Universitaria y la Dimensión Social del Profesional : a 46 años del Taller Total en la UNC.** 1a ed . - Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2017.

VERDUM, Ricardo, et al. **Integração, usinas hidrelétricas e impactos socioambientais.** Brasília: INESC, 2007.

DENGLER, Eva Cristina; WERNECK, Anna Flora; CAFRUNI, Milena. **Prevenindo a Exploração Sexual: Um Guia Prático para o Setor Privado.** Childhood, São Paulo, 2021

DETONI, Priscila Pavan. " **Seguir barragem**":(re-des) construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2010.

FIGUEIREDO, Regina; SANTOS, Alessandro; PEIXOTO, Marcelo. **Promoção da saúde sexual e reprodutiva em contextos de grandes obras de infraestrutura e trabalho temporário masculino.** In: QUEIROZ, Tacinara et al. Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos. Recife, EdUFPE, p. 91-111, 2015. APA.

NINA, Rafael Ishimoto Della. **Análise das intervenções da participação pública no licenciamento ambiental de centrais hidroelétricas no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. 2016.

REIS, Vinicius; MORGADO, Renato; GIOVANELLI, Rafael. **GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA, CORRUPÇÃO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.** WWF-Brasil. 2021.

SANTOS, E. C. **Os homens por trás das grandes obras do Brasil.** Childhood, São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** Edusp. 5°ed. 2008.

**Os Impactos Socioambientais das Usinas Hidrelétricas.** Disponível em: <<https://origoenergia.com.br/blog/energia/impactos-socioambientais-das-usinas-hidreletricas/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

VERDUM, Ricardo. **Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana. (Org.). Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais.** Brasília: INESC, p. 13-40, 2007.

# Desapropriações e Itaipu

DA SILVA, Liana Amin Lima. **Justiça De Transição Aos Avá Guarani: A Necessária Política De Reparações E Restituição De Terras Pelas Violações Cometidas Durante a Ditadura Militar.** In: FILHO, C. F. M. D. S. Os Avá Guarani no oeste do paraná (re)existência em Tekoha Guasu Guavira. [S.l.]: Letra da Lei, 2016. p. 320-359.

DE MORAES JUNIOR, Leonil Ribeiro. Mastro: **A Formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Informe do I Encontro dos Trabalhadores Rurais sem-terra do Oeste do Paraná em Santa Terezinha de Itapu.** Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/informe-do-i-encontro-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-do-oeste-do-parana-em-santa-terezinha-de-itapu/> Acesso em 08 abr. 2023.

FABRINI, João Edmilson et al. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Revista NERA – ano 15, nº. 21. Presidente Prudente, jul/dez de 2012.

FARIAS, Edson Alencar. **Itaipu Binacional, Alvorada do Iguaçu e Vila Bananal: deslocamento e isolamento social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Integração Latino Americana. Foz do Iguaçu, 2017. P.38-82.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipú.** 2 edição revista e ampliada: 2003. Edições Loyola e Comissão Pastoral da Terra do Paraná. São Paulo, 2013. P. 13-59.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB - BRASIL). **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Secretaria Nacional do MAB. Agosto, 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/politica-nacional-de-direitos-das-populacoes-atingidas-por-barragens-2/> Acesso em 09 abr. 2023.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **A implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (Brasil/Paraguai) e a disputa pela terra no Brasil na década de 1970: entre a história e a memória.** Cadernos do CIM, Ano I, volume I, Nº 1. Janeiro/Junho, 2017, PELOTAS/RS.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. **Território e conflito: breve história sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço.** XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente, SP, 2012.

ROLAND, Manoela Carneiro et al. **Comentários Sobre o PI 2.788/2019 Sobre a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Homa Publica. Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas. Vol. IV. Jan-dez de 2020.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. **Populações atingidas por barragens no Paraná [livro eletrônico]: como e por que lutamos por direitos.** Curitiba, PR : Terra de Direitos, 2022.

VEINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga. **Manual do atingido. Movimento de Atingidos por Barragens (MAB - BRASIL).** Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa/ADIA. 2005. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/manual-do-atingido/>. Acesso em 09 abr. 2023.

# Desapropriações e Itaipu

DA SILVA, Liana Amin Lima. **Justiça De Transição Aos Avá Guarani: A Necessária Política De Reparações E Restituição De Terras Pelas Violações Cometidas Durante a Ditadura Militar.** In: FILHO, C. F. M. D. S. Os Avá Guarani no oeste do paraná (re)existência em Tekoha Guasu Guavira. [S.l.]: Letra da Lei, 2016. p. 320-359.

DE MORAES JUNIOR, Leonil Ribeiro. Mastro: **A Formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Informe do I Encontro dos Trabalhadores Rurais sem-terra do Oeste do Paraná em Santa Terezinha de Itapu.** Disponível em: [https://documentosrevelados.com.br/informe-do-i-encontro-dos-trabalhadores rurais-sem-terra-do-oeste-do-parana-em-santa-terezinha-de-itapu/](https://documentosrevelados.com.br/informe-do-i-encontro-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-do-oeste-do-parana-em-santa-terezinha-de-itapu/) Acesso em 08 abr. 2023.

FABRINI, João Edmilson et al. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Revista NERA – ano 15, nº. 21. Presidente Prudente, jul/dez de 2012.

FARIAS, Edson Alencar. **Itaipu Binacional, Alvorada do Iguaçu e Vila Bananal: deslocamento e isolamento social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Integração Latino Americana. Foz do Iguaçu, 2017. P.38-82.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipú.** 2 edição revista e ampliada: 2003. Edições Loyola e Comissão Pastoral da Terra do Paraná. São Paulo, 2013. P. 13-59.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB - BRASIL). **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Secretaria Nacional do MAB. Agosto, 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/politica-nacional-de-direitos-das-populacoes-atingidas-por-barragens-2/> Acesso em 09 abr. 2023.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **A implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (Brasil/Paraguai) e a disputa pela terra no Brasil na década de 1970: entre a história e a memória.** Cadernos do CIM, Ano I, volume I, Nº 1. Janeiro/Junho, 2017, PELOTAS/RS.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. **Território e conflito: breve história sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço.** XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente, SP, 2012.

ROLAND, Manoela Carneiro et al. **Comentários Sobre o PI 2.788/2019 Sobre a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Homa Publica. Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas. Vol. IV. Jan-dez de 2020.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. **Populações atingidas por barragens no Paraná [livro eletrônico]: como e por que lutamos por direitos.** Curitiba, PR : Terra de Direitos, 2022.

VEINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga. **Manual do atingido. Movimento de Atingidos por Barragens (MAB - BRASIL).** Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa/ADIA. 2005. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/manual-do-atingido/>. Acesso em 09 abr. 2023.

# Itaipu \_ zona de prostituição

ALMEIDA, Luana de. **O que a pedra não canta, o jornal enuncia: o discurso do Jornal Nosso Tempo sobre a prostituição em Foz do Iguaçu (1980-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Unila. Foz do Iguaçu, 2020.

CATTA, Luiz Eduardo et al. **O Cotidiano de uma Fronteira: a Perversidade da Modernidade**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 271, de 18 de julho de 2017**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/FOZ, que define princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a realização das ações de planejamento no Município de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em 09 de set 2023.

HUERTAS, Mayra Alejandra Bernal. **VILA C: UM CASO DE MARGINALIDADE URBANO E SOCIAL**. Revista Espirales, v. 2, n. 3, p. 156-161, 2018.

Itaipu Binacional. **BÊ-Á-BÁ de Itaipu**. Itaipu Binacional, 1982. Disponível em: [https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/BX\\_beaba\\_OK.pdf](https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/BX_beaba_OK.pdf). Acesso em 05 de jun de 2023.

PIMENTEL, Joara de Oliveira Cardorso. **Moradia Digna é Mais Que Um Teto e Quatro Paredes: o papel da localidade da habilitação social no processo de constituição do direito à cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Unila. Foz do Iguaçu, 2016.

RAMMÉ, Juliana. **A compreensão da urbanidade pela morfologia urbana: as vilas de Itaipu**. 2020. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2020

RIBEIRO, Danilo George et al. **Metamorfoses na cidade: Tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. Dissertação. Toledo, PR : [s. n.], 2015

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias Do Concreto: vozes na construção de Itaipu**. Dissertação. Cascavel. Edunioeste , 2002.

WHITE, John Howard. **Itaipú: Gender, community, and work in the Alto Parana borderlands, Brazil and Paraguay, 1954–1989**. The University of New Mexico, 2010.



An aerial photograph of a city, likely in a coastal or riverine region, showing a prominent river winding through the urban landscape. A large dam or bridge structure is visible in the upper middle section. The city is densely packed with buildings and roads, with some green spaces interspersed. The overall tone is muted, with a light beige or greyish background.

**ANEXOS**





An aerial photograph of a city, likely in a coastal or riverine region, showing a prominent river winding through the urban landscape. A large dam or bridge structure is visible in the upper middle section. The city is densely packed with buildings and roads, with some green spaces interspersed. The overall tone is muted, with a light beige or greyish background.

# **ANEXOS**



721 085 008 339 4 1978 FLZ DE IGUAÇU

ALTO DO SEMINGOS QUARTE

68020174 PROPRIETAR.

76 205 511560

\*\*\*\*\*18,1 \*\*\*\*\*18,0 \*\*\*\*\*18,0 \*\*\*\*\*28,1 \*\*\*\*\*0,64 \*\*\*\*\*18,1

MINIFUNDO TRABALHADOR RURAL

\*\*\* \*\*71.399,00 0,2% 1,0 1,4 0,3 0,4 0,034

\*\*\*\*\*0,00 \*\*\*\*\*0,00 \*\*\*\*\*0,00 \*\*\*\*\*163,58 \*\*\*\*\*35,42

\*\*\*\*\*199,00 31/10/78 \*\*\*\*\*222,00 237 0554 15/07/78

*Handwritten signature*

AGENCIAMENTO ECONOMIA

441 SET 13 19900000

*Mathewla 1515*  
*2 (12010)*  
*19 04 76*

SEGUIE NO VERSO

REGISTRO DE IMÓVEIS  
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR.  
Rua Mal. Floriano Peixoto, 1335  
Fone 72-000 - 72-2234

REGISTRO GERAL

REPUBLICA

DR. ATALIBA APRES DE AGUIRRA  
Oficial Titular  
CPF 008.147519

MATRÍCULA Nº =515=

REPUBLICA

Lote nº187 (cento e oitenta e sete), do Imóvel Foz do Iguaçu, Parte II, situado neste Município e Comarca, com a área de 18,1469ha (dezoito hectares, quatorze ares e sessenta e nove centiares), com os limites e confrontações seguintes: - Norte, com o lote nº186; Este, com Frederico Zille; Sul, com o lote nº188; e Oeste, com a -taipu e lote nº193 (cento e noventa e três). Cadastrado no Incra sob nº - 721.085.008.389. O referido é verdade, Foz do Iguaçu, 19 de abril de 1976.....

PROPRIETÁRIO: - INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA  
I/N/R/G/R/A/.....

R=01/515= Titulado o imóvel em favor de Sr. ALDINO DOMINGOS DUARTE, brasileiro, casado, agricultor, filho de Domingos Duarte e Otilia Duarte, portador do CIC. nº060.384.259, residente nesta Comarca; - por Título Definitivo nº4(09)32(1)5.475, expedido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, na Cidade de Cascavel, neste Estado; - em 13 de fevereiro de 1975, pelo valor de CR\$1.345,14 (hum mil, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros e quatorze centavos). Demais condições constantes do título. O referido é verdade. Foz do Iguaçu, 19 de abril de 1976.....

Matrícula 515  
2 (2010)  
19 04 76

=515=



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

TÍTULO DEFINITIVO

TÍTULO DEFINITIVO que outorga o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA ao Sr. "ALDINO DOMINGOS DUARTE"

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, nos termos dos arts. 11, 97 e 100 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, por seu Presidente, na forma do artigo 25, alínea «g» e 51 do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, OUTORGA ao Sr. ALDINO DOMINGOS DUARTE, Bras. casado, agricultor, Certidão de Casamento nº 369, fls.2, liv.8 nº 3, Maleiro — SC, o título de propriedade da área de 18,1469 ha (Dezoito hectares, quatorze ares e sessenta e nove centiares,.....), situada no Município de Foz do Iguaçu — Paraná cadastrada sob o nº 721 085 008 389 com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Com o lote nº 186; ESTE: Com Frederico Zille; SUL: Com o lote nº 189 e, OESTE: Com a Itaipú e lote nº 193.—

O presente título de propriedade é do lote nº 187, do Imóvel Foz do Iguaçu, "PARTE II", conforme planta e memorial descritivo dele integrantes.

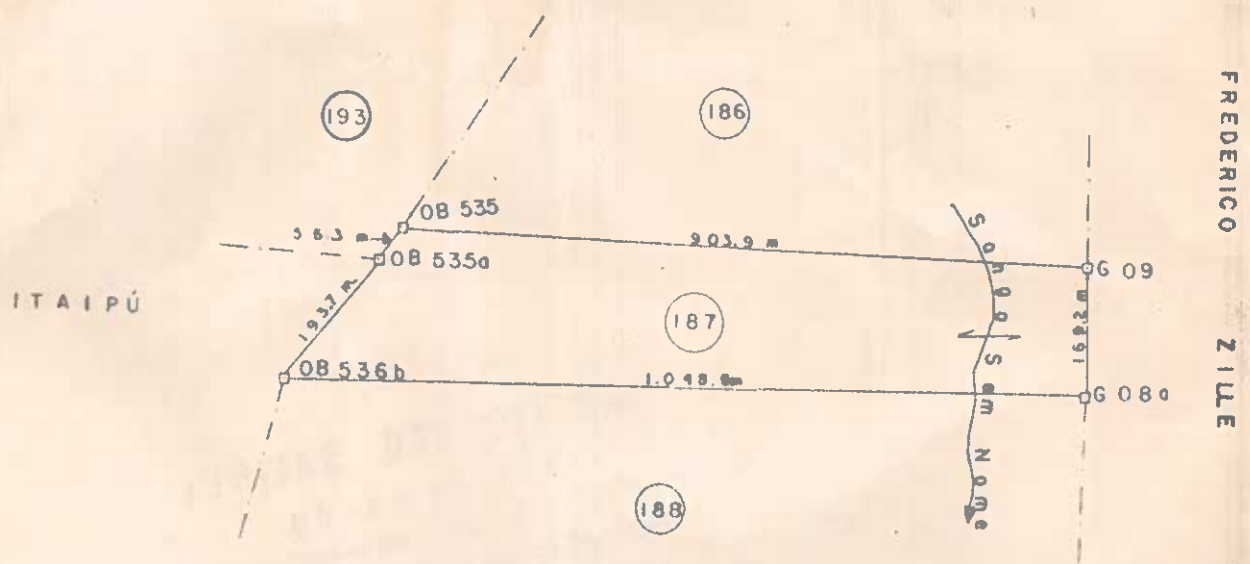
Este TÍTULO DEFINITIVO é outorgado em virtude de legitimação de posse, pagas as taxas legais, conforme consta do Processo Administrativo nº INCRA-PPF/1.844/75, decorrendo os direitos reconhecidos em lei ao seu titular.

CASCADEL, PR, em 18 de FEVEREIRO de 1976

  
AROLDO JOSÉ MOLETTA  
Coordenador Regional INCRA/PR  
Delegação de Competência - Portaria 1697/76

PRESIDENTE DO INCRA

A 2ª via deste Título, acompanhada da planta e memorial descritivo da área, constituirão Folha de Livro Fundiário da Divisão de Terras Públicas do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS-DF  
 COORDENADORIA REGIONAL DO PARANÁ - CR-09  
 PROJETO FUNDIÁRIO DO PARANÁ - PFP

IMÓVEL: FOZ DO IGUAÇU PARTE II LOTE N.º 187 ÁREA: 18.1469 ha

MUNICÍPIO: FOZ DO IGUAÇU ESTADO: PR ESCALA: 1:10.000

DESENHADO EM 16/10/75 POR: TEREZINHA VISTO

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

*Despacho*

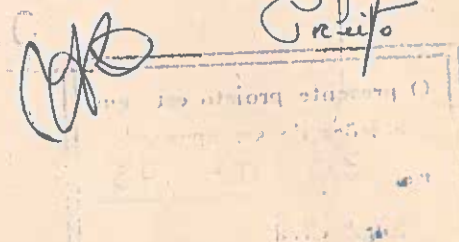
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

*1º ofício. Em 1º ago 75*

22 JUL 75 004490

PROTOCOLADO

*Calif*



Os abaixo assinados, vêm pelo presente, muito  
respeitosamente a presença de V. Excia., requerer a aprovação  
do Loteamento "JARDIM TRES FRONTEIRAS", de conformidade com as  
plantas anexas.

Têrmos em que

P. DEFERIMENTO

Foz do Iguaçu, Pr. 21 de Julho de 1.975.

*[Signature]*  
LUIZ CARLOS DALCANALE

*[Signature]*  
JOÃO CARVALHO DA SILVA

*João D.F. Em 1º ago 75.*  
*[Signature]*

*8860*

Verificando nos registros desta seção, deles nada constatamos a respeito da área de terra em questão.

D.F. em-22-07-75-IJI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

*Angela Maria Favassa*  
ANGELA MARIA FAVASSA  
Auxiliar Datilógrafa

Ao D.E.O., para os devidos fins.

em-22-07-75-

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

*Olavo Mousquer*  
OLAVO MOUSQUER  
Diretor da Fazenda

O presente projeto está em  
condições de ser aprovado  
em 30 / 07 / 75  
Esp.º Civil  
Diretor do DEO

pagou a trib. conf.  
falaes MS 8860al2  
10/12/75  
RFR.





MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

IIIª EXÉRCITO

5ª RM e 5ª DE

2ª GPT FRON - 1ª B FRON

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
000162 - 4FEV77  
PROMOCIDO

*Adoscu*  
Ofício nº 30/S4

*Arquivos juntos com o  
processo de loteamento  
Jardim Três Fronteiras  
Em 15/01/77*

Foz do Iguaçu-PR, 28 de janeiro de 1977  
Do Comandante do 1º Batalhão de Fronteira  
Ao Sr Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu  
Assunto: Informação (presta.)  
Referência: Of nº 066/77-GP, de 20 Jan 77

*ASB*

Em atenção ao ofício acima referenciado, informo a V. S. que por solicitação desta Unidade, o Sr Chefe do Estado Maior Regional/5, informou em Radiograma nº 05/SPR/5, de 13 Jan 77, que devido a grande quantidade de processos de loteamentos em andamento naquela Região Militar, o processo de loteamento Jardim Três Fronteiras encontra-se ainda em estudo.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S. os meus protestos de alta estima e consideração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA  
000162 - 1/2 FEV 77  
PROTÓCOLO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
IIIº EXÉRCITO  
5ª RM e 5ª DE  
2º GPT FRON - 1º B FRON

*LDOSU*  
Ofício nº 30/S4

*Arquivos se juntou com o  
processo de loteamento  
Jardim Trés Fronteiras  
Em 15 mar 77*

Foz do Iguaçu-PR, 28 de janeiro de 1977  
Do Comandante do 1º Batalhão de Fronteira  
Ao Sr Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu  
Assunto: Informação (presta)  
Referência: Of nº 066/77-GP, de 20 Jan 77

*[Handwritten signature]*

Em atenção ao ofício acima referenciado, informo a V. S. que por solici-  
tação desta Unidade, o Sr Chefe do Estado Maior Regional/5, informou em Radiogra-  
ma nº 05/SPR/5, de 13 Jan 77, que devido a grande quantidade de processos de lotea-  
mentos em andamento naquela Região Militar, o processo de loteamento Jardim Trés  
Fronteiras encontra-se ainda em estudo.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S. os meus protestos de  
alta estima e consideração.

POR DELEGAÇÃO

JECY SERÔA DA MOTTA - Cel  
Cmt do 1º B Fron

*[Handwritten signature]*  
LEOPOLDO MOSQUERA GOMES - Major  
Sub Cmt do 1º B Fron

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU-PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FOZ DO IGUAÇU  
22 JUL 75 004487

PROTÓCOLO

*Despacho:*

*Deleido E. Ra*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Os abaixo assinados, Vêm pelo presente, mui  
respeitosamente a presença de V. Excia., requerer a aprovação  
do Loteamento "JARDIM TRES FRONTEIRAS", de conformidade com as -  
plantas anexas.

Têrmos em que

P. DEFERIMENTO

Foz do Iguaçu, Pr. 21 de Julho de 1.975.

*[Handwritten signature]*  
LUIZ CARLOS DALCANALE

*[Handwritten signature]*  
JOÃO CARVALHO DA SILVA

*[Handwritten signature]*  
Secretaria

Em 4 ago 75.

*[Handwritten signature]*  
D G

8860 abs

Secreto  
1695

Verificando nos registros desta -  
secção nada constatamos a respeito de  
Impostos e Txs. incidentes sobre a -/  
área de terra em questão.

D.E. em-22-07-75-IJL IGUAÇU  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU  
*Angela Maria Favassa*  
ANGELA MARIA FAVASSA  
Auxiliar Datilógrafa

Ao D.E.O., para os devidos fins:  
em-22-07-75-IJL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU  
*Olavo Mousqueb*  
OLAVO MOUSQUEB  
Diretor da Fazenda

À Dir. Financeira  
Para examinar e  
informar.

Em 22/07/75

*Olavo Mousqueb*  
Dir DEO

Satisfaz as exigências  
da Lei Municipal nº 200  
portanto está em  
condições de aprovação.  
Assim a prova de  
domínio para a  
em contrato de compromisso  
de compra e venda.

em 27-07-1975  
*Olavo Mousqueb*

À Dir. Fazenda

Para efeito de pagamento de  
taxa informamos que o total  
de arremate é de 1.596,10m.  
Um mil quinhentos e noventa e seis  
centos e dez centavos) x 20,00m

17º Gabinete do Pre-  
feito para os devidos  
fins

Em 30/07/75  
*Olavo Mousqueb*  
Dir DEO

ao DF para os fins  
devidos.

Em 14/08/75.  
*Olavo Mousqueb*

Retirei 3 cópias do  
Memorial descritivo  
1 decreto de Aprovação  
Contrato Particular de  
Compra e Venda nº 16-  
plantas.

Em 10.11.75  
*Olavo Mousqueb*

Paguei a taxa correspondente  
conf. tabela nº 25. 8860  
a 62. R. 10/11/75.  
*Olavo Mousqueb*

Ilustrissimo Senhor Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu - Pr.  
Nesta Cidade

7

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE FOZ DO IGUAÇU  
22 ABR 75 002781  
PROTÓCOLO

Despacho:  
Deferido. Em 25 abr 75  
D.G.  
po Prefeito

Senhor Prefeito.

JOÃO CARVALHO DA SILVA E DR. LUIZ CARLOS DALCANALLE, residentes e domiciliados na Cidade de Foz do Iguaçu - Pr. proprietários das Chacaras nº 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 104 - 105 e 107 do Parque Três Fronteiras, situado no Município de Foz do Iguaçu - Pr., desejando efetuar o Loteamento das acima referidas chacaras, vem com respeito e acatamento requerer à V.S. se digne determinar a aprovação do incluso Anteprojeto de Arruamento.

Neste Termos  
P. Deferimento  
Foz do Iguaçu, 18 de Abril de 1.975  
João Carvalho da Silva  
Dr. Luiz Carlos Dalcanalle.-

No D.F. Em 25 abr 75.  
D.G.

2197

Verificando nos registros desta  
secção deles constatei que as áreas -  
em questão não encontram-se cadastra-  
das junto a Fazenda Pública Municipal,

D.F. em-22-04-75-

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

ISAAC JONES LOPES  
Assessor Administrativo

Ao D.E.O., para os devidos fins.

D.F. em-22-04-75-

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

OLAVO MANSQUER  
Diretor da Fazenda

17 Secção Técnica  
para analisar e informar

Em 23/04/75

Osmar Stalder  
Dir D.E.O

Solicita as exigências do  
Dei Municipal nº 200, portanto  
esta em condições de  
aprovação

em 24-4-75  
Osmar Stalder

O presente projeto está em  
condições de ser aprovado.  
Em 24 / 04 / 75  
Eng.º Civil  
Osmar Stalder  
Dir D.E.O

17o Dir. Gabinete

para os devidos fins

em 24/04/75

17o D. Fazenda

Informamos que a  
área total representada  
por ruas no presente  
loteamento é de  
48.400 m<sup>2</sup> (quarenta e  
oito mil e quatrocentos  
quarenta metros quadrados)

Em 7/5/75

Osmar Stalder  
Dir D.E.O

Feito o lançamento  
de execução, conforme  
informações do D.E.O

Em 06.05.1975

L. G. Leite

Retirei as plantas em  
ausência.

Em 07/05/75.

Al. Krizan

Paguei a toe. correspondente  
conf. lote nº: 2197.

9.07/05/75.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

BRADDOAN.

BEATRIZ ANGELA PADUAN  
Escrevente Datilograf.

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

14

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

23 SET 74 005.071

PROTOCOLO

Despacho:

Recebido. Em 23 set 75

Caluf.

INDUSTRIAL, AGRICOLA E IMOBILIÁRIA SÃO RAFAEL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com séde na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná, por seu Gerente abaixo assinado, vêm -  
muito respeitosamente solicttar a V. Excia. que seja aprovado o ARRUA-  
MENTO do Loteamento denominado PARQUE TRÊS FRONTEIRAS - Terreno -  
"Boici", localizado neste Município e Comarca de Foz do Iguaçu, con-  
forme titulo de propriedade registrado sob o nº 19.184 no Cartório -  
do Registro de Imóveis desta Comarca, para o que, junta ao presente  
cinco cópias da Planta do Loteamento.

Nêstes Termos

Pede e Espera Deferimento

Foz do Iguaçu (PR), 23 de setembro de 1974

[Signature]

T. 6342 a44

A Sec. Em 24 set 75

[Signature]

6342

[Signature]

Verificando nos registros desta  
secção nada constatei a respeito -  
da área em questão, bem como da  
Firma requerente.

D.F. em-11-04-75-

*[Handwritten signature]*

Ao D.E.O., para os devidos fins.

D.F. em-11-04-75-

*[Handwritten signature]*

7 Divisão Técnica  
para examinar e informar

Em 15/07/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. DEO

7 Div. Urbanismo  
para informar quanto  
ao setor de urbanismo.

Em 26/08/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. DEO

AO DIR. DEO

O LOTEAMENTO EM APRETO.

FUZA CONTRA-SE FORA DO PERI-

MO 15 M DE TESTADA DO LOTE.

DE ÁREA MÍNIMA. E 600 M

O PDU DE...

OS LOTES MÍNIMOS DE 40  
LOGICAMENTE O APRO-  
MENTO NÃO COBERTO PE-  
LO DE UMA ZONA INTEL-  
FUTURA.

EM 26/08/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. URBANIS

7o. Sab. Prefeito

Solicitamos nos dias 01  
de dezembro tomar por ba-  
lei nº 200 ou o novo Plano  
Urbanizacões, para aprovaçõ  
resposta loteamento.

Em 28/08/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. DEO

AO Cons. Jurídico  
para informar

Em 01/09/75

*[Handwritten signature]*

AO DEO com o fone  
do Sr. Conselheiro Jurídico.

Em 9 set 75

7 Div. Obras D.E.

Faca co



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL  
Ao D.E.O., para os devidos fins.

D.F. em -11-04-75-

*[Handwritten signature]*

7 Divisão Técnica  
para examinar e informar

Em 15/07/75

Osmildo Schibler  
Dir. DEO

7 Div. Urbanismo

para informar quanto  
ao setor de urbanismo.

Em 26/08/75

Osmildo Schibler  
Dir. DEO

AO DIR. DEO

O LOTEAMENTO EM APDECO.  
ENCONTRA-SE FORA DO PERÍ-  
METRO DEVER TER QUASE OS  
15 M DE TESTADA E 600M<sup>2</sup>  
DE ÁREA MÍNIMA.

O PDU PREVE NESTA  
ÁREA A ZONA DE COMÉRCIO  
ATACADISTA E INDUSTRIAL

FUTURA

338274

EM 26/08/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. Urbanismo

7o. Sab. Prefeito

Solicitamos nos seus oriente  
de duas ruas tomar por base  
Lei nº 200 ou o novo Plano  
Urbanizacões, para aprovar  
junta loteamento.

Em 28/08/75

Osmildo Schibler  
Dir. DEO

AO Cons. Jurídico  
para informar

Em 04/09/75

*[Handwritten mark]*

AO DEO com o parecer  
do Sr. Conselheiro Jurídico.

Em 9 set 75

7 Div. Obras D.E.

Faca co  
Jurídico, opor  
arruamentos.

Em 29/09/75

Osmildo Schibler

Ao D.E.O., para os devidos fins.

D.F. em 21-04-75.

*[Handwritten signature]*

7 Divisão Técnica  
para examinar e informar

Em 15/07/75

Osmildo Schibler J  
Dir. DEO

7 Div. Urbanismo  
para informar quanto  
ao setor de urbanismo.

Em 26/08/75

Osmildo Schibler J  
Dir. DEO

Ao Dir. DEO

O loteamento em apreço.  
FICOU A FOLHA DO PERI-  
METRO DE 15 M DE TESTADA E 600 M  
DE LARGURA MÍNIMA.  
O PDU PREVÊ A ESTA  
ZONA DE COMÉRCIO  
ATAQUEISTA E INDUSTRIAL

AO DE UMA ZONA INDUSTRIAL  
FUTURA.

Em 26/08/75

*[Handwritten signature]*  
Dir. Urbanismo

7o. Sub. Prefeito

Solicitamos nos seus orient.  
de devmos tomar por base  
Lei nº 200 ou o novo Plano de  
Urbanização, para aprovar do  
presente loteamento.

Em 28/08/75

Osmildo Schibler J  
Dir. DEO

Ao Cons. Jurídico  
para informar

Em 01/09/75

*[Handwritten mark]*

Ao DEO com o parecer  
do Sr. Conselheiro Jurídico.  
Em 9 set 75

7 Div. Obras D.C.

Fica com o parecer  
Jurídico, aprova  
arruamento.

Em 28/09/75

Osmildo Schibler J

O presente projeto <sup>de arrendamento</sup> está em condições de ser aprovado.  
Em 10 / 09 / 75  
Eng.º Civil  
Oswaldo Stahl Schmid

Do Gabinete do Senhor  
Prefeito para os devidos  
despachos  
Em 10 09 75

Oswaldo Stahl Schmid  
Dr. Oswaldo Stahl Schmid!  
Diretor do D.E.O.

Do DF para os  
devidos arrendamentos

Em 29/09/75.

Retirei o decreto,  
a certidão e as  
plantas.

Em 09/10/75.

[Signature]

Passou a tra. corresp.  
conf. tabelas nºs;  
6342 a 44.  
T. 09/10/75.  
Bladon